

conjuntura
econômica



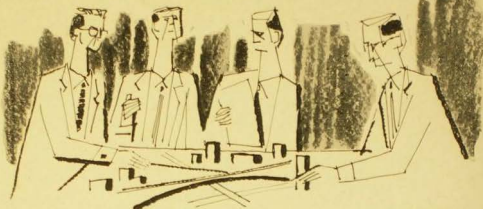
ANO XXI - N. 11 - NOVEMBRO 1987

EXEMPLAR DE ASSINANTE

20
ANOS

fundação getúlio vargas

Quando os líderes de uma comunidade planejam o seu desenvolvimento urbano quais os requisitos a considerar?



PLANEJAMENTO URBANO

DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ADMINISTRADORES MUNICIPAIS

Elaborado com base na profunda experiência de administradores, longe de pretender oferecer soluções prontas para as autoridades municipais, "PLANEJAMENTO URBANO" expõe os princípios básicos de planejamento adequado à comunidade.

Do enunciado de que as cidades são criadas para atender às necessidades humanas, somente realizáveis por homens que vivam juntos, numa organização comunitária, a obra parte para ilustrar os princípios e os processos de planejamento com realizações de destacados urbanistas.

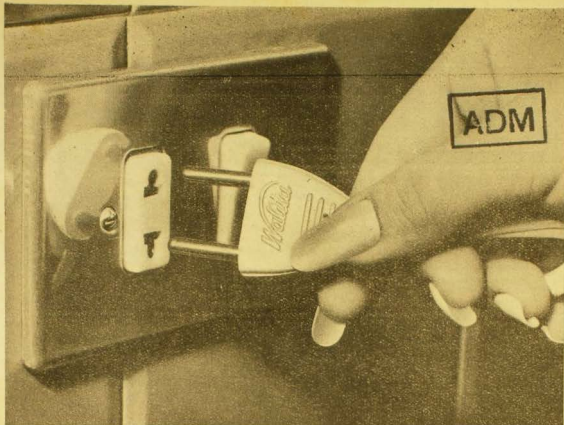


fundação getúlio vargas
serviço de publicações

nas principais livrarias, ou pelo reembolso postal

Fundação Getúlio Vargas - serviço de publicações
praia de botafogo 186 caixa postal 29 ZC - 02

Rio de Janeiro GB



Há 28 anos tudo começou a ficar mais simples

Foi em 1939 que uma indústria de aparelhos eletrodomésticos surgiu entre nós para dar uma nova dimensão ao conceito de conforto e bem-estar nos lares brasileiros.

Nesses 28 anos, sua marca tem sido verdadeiro sinônimo de alta qualidade. São liquidificadores, enceradeiras, batedeiras, ferros de engomar, aspiradores de pó, exaustores, enfim, toda uma linha de aparelhos elétricos para uso doméstico, cuja excelência de fabricação tornou WALITA reconhecida como marca de qualidade até mesmo fora de nossas fronteiras. Indiscutivelmente, a Eletro-Indústria WALITA é uma das maiores e mais modernas fábricas de aparelhos eletrodomésticos da América Latina, verdadeiro orgulho da indústria nacional. Nós, do Banco de Boston, nos sentimos orgulhosos em ter colaborado na evo-

lução da WALITA por todos estes anos, através de nossos serviços nos setores de operações bancárias. Aquê- le Cliente que se desenvolveu em ritmo de progresso sempre crescente, que marcou decisivamente um novo conceito de conforto em todos os lares brasileiros, é hoje mais um nosso velho amigo, ao qual oferecemos sempre a precisão, o rigor, a pontualidade e o toque pessoal dos nossos serviços.

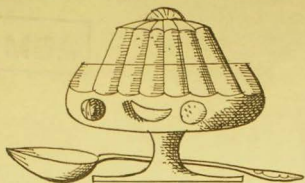


BANCO de BOSTON

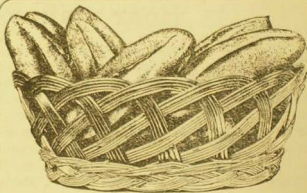
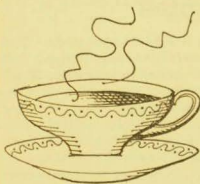
The First National Bank of Boston

UM BANCO TRADICIONAL.

UMA TRADIÇÃO DE PROGRESSO.



F&R



Será que você já notou a íntima relação que esta marca F&R tem com você e a sua família? Pela manhã, no café, você tem o pãozinho macio, apetitoso, que os Fermentos Fleischmann ajudam a fazer. Sobremesa, no almoço e jantar, a escolha: Pudins, Gelatinas, Manjar ou Flan Royal. Também o Refrêscó é Royal. E... vamos ao lanche? Hoje tem bôlo, feito leve, delicioso, com o Fermento em Pó Royal. As cinco, o chá. Que é Tender Leaf, naturalmente. Esta sua marca F&R —Fleischmann-Royal— agradece, honrada, a preferência.

F&R

**FLEISCHMANN
ROYAL**

TINTAS YPIRANGA

AS MAIS VENDIDAS NO BRASIL

põem, em cada
lata, a garantia
dos seus
laboratórios!



Antes de serem entregues ao público consumidor, os produtos das Tintas Ypiranga são rigorosamente testados pelo nosso Departamento Técnico. Painéis de provas ao ar livre são verificados para resistência ao sol, vento e chuva durante longos períodos. Testes adicionais são levados a efeito para verificação de secagem, consistência, brilho, facilidade de aplicação, uniformidade de cor e retenção e, também, resistência a vários agentes químicos constituem a sua garantia de que os mesmos elevados padrões de qualidade são mantidos em todas as latas de Tintas Ypiranga.

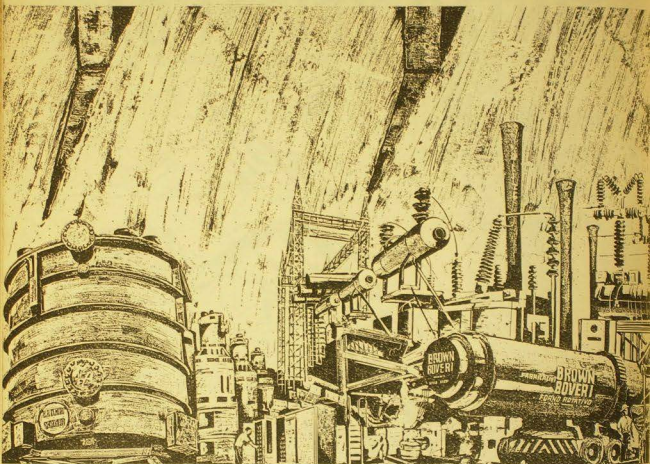
A SERVIÇO DO PÚBLICO HÁ MAIS DE UM QUARTO DE SÉCULO



Há uma tinta Ypiranga para a finalidade que V. deseja. Desde a proteção de grandes áreas como, por exemplo, cascos de navios, até a pintura de móveis e outros objetos domésticos.

10 laboratórios, mais de 65 químicos e engenheiro-químicos dos nossos Departamentos de Controle e Pesquisa, garantem a qualidade dos Produtos Ypiranga.





• Reatores trifásicos de 50.000 kVAr. • Forno a arco SSXD 450, de 30/35 t. • Banco de transformadores de 150 MVA, 220/66 kV. • Forno rotativo para calcinação de bicromato de sódio. • Subestação com

Osasco - SP., 1957

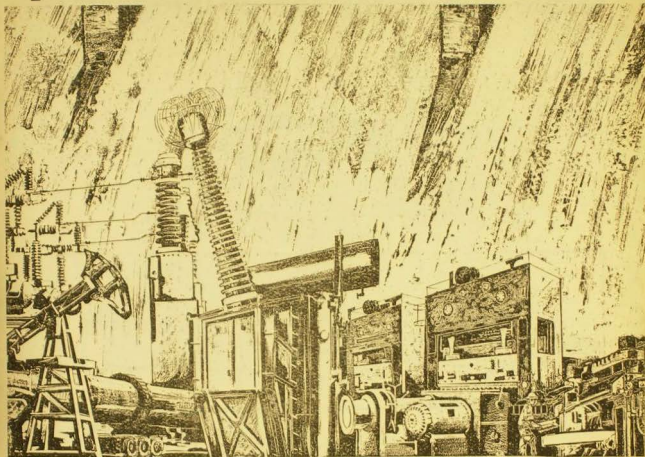


Osasco - SP., 1967



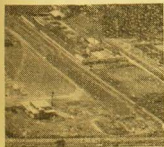
... pod

quando se confia no Brasil...



de 2x5 MVA, 60/13,2 kV. • Unidade de bombeio de petr3leo "Cavalo de Pau". • Motor de g3mcho para navio. • Pressas mecânicas de rep3aro Schuler, de 400 T. • G3sola trio de laminador 520 mm de diâmetro.

e-se fazer muito em 10 anos!



A Brown, Boveri & Cie., S.A., da Su3ica, hã dez anos atrã, jã possu3ia uma ampla visã3o do imenso campo que o Brasil oferecia. Investiu e implantou uma pequena fãbrica em Osasco, com 3.000 m² e 100 operãrios e hã dez anos cont3nuas investindo maciçamente em maquinãria e capital, a ponto de transformã-la em um grande complexo industrial com 61.000 m² e 2.700 empregados.

Surgiu, assim, a maior fãbrica de material eletro-mecânico pesado de t3da a Am3rica Latina.

O precioso "know-how" que entã3o trouxe, acumulado em 75 anos de experi3ncia mundial, hoje jã se transformou em t3cnica brasileira, enriquecendo a potencial de mã3o-de-3bra especializada do Brasil.

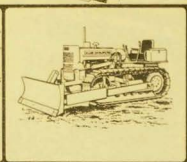
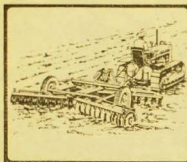
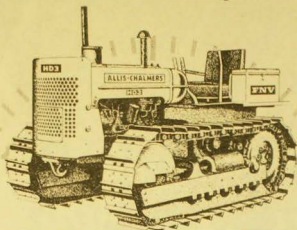
Ao completarmos dez anos no Brasil, essa t3cnica que nos veio da Su3ica, pa3s s3mbolo de precisã3o, estã incorporada aos produtos pesados que orgulhosamente exportamos para a Venezuela e a Col3mbia, tamb3m nos equipamentos de navios que vendemos ao M3xico.

A razã3o 3 simples: a BROWN BOVERI confia no Brasil!

INDÚSTRIA EL3TRICA BROWN BOVERI S.A.

Osasco - S.

O que é um trator "tempo integral"?



ALLIS-CHALMERS **HD3** DE ESTEIRAS

FABRICADO PELA

FNV

É um trator que trabalha de manhã, à tarde e também à noite, se necessário. É um trator que trabalha todos os dias da semana, todas as semanas do ano. Assim é o trator ALLIS-CHALMERS HD3 de esteiras, produzido no Brasil com

a alta técnica FNV. Não para nunca. Ou melhor, só quando é a folga do tratorista. Afinal de contas, tratorista não é máquina. Nem queremos dizer que o trator ALLIS-CHALMERS HD3 seja um robô.

FINANCIAMENTO ATÉ 4 ANOS

FNV

FÁBRICA NACIONAL DE VAGÕES S.A.

- uma indústria brasileira a serviço do transporte -

FÁBRICA: Cruzeiro - Est. São Paulo - ESCRITÓRIO: Praça Dom José Gaspar, 134 - SP - Cx. Postal, 9794 - Tel. 35-2105 - End. Teleg. "Fabriva" - São Paulo - Brasil

VENDAS E SERVIÇOS:

COMERCIO: WITTENBERG LOPES S.A.
Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte

COMPANHIA BRASILEIRA IMPORTADORA "CIMBA"
Maringá, Paraná

COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINARIAS (CEBRAMA)
Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul

COMPANHIA DISTRIBUIDORA RARO INDUSTRIAL
Rio de Janeiro, Ceará

COMPANHIA NOROESTE DE AUTOMOVIS "COMET"
São Paulo, Mato Grosso do Sul

COMPANHIA PARANENSE DE MAQUINARIAS "CIMPA"
Maringá, Paraná

CEPSO - COMPANHIA COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS
Rio de Janeiro, Guanabara

IMPORTADORA DE MAQUINAS AGRICOLAS
E RODOVIARIAS S.A.
Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul

MAQUINARIAS S.A.
Rio de Janeiro, Minas Gerais

PARANÁ S.A., PARANENSE DE MAQUINAS
Curitiba, Paraná

SOCIEDADE TECNICA DE MATERIAS "SOTEM" S.A.
São Paulo, São Paulo

TRATORES E MAQUINAS S.A. "TRAMAC"
São Paulo, Mato Grosso do Sul



Polietileno Union Carbide para moldagem

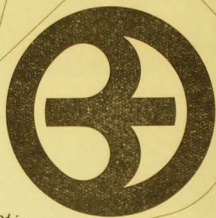
DNDY - 0551 NATURAL.

Nôvo composto indicado para moldagem de peças mais complicadas. Grande brilho e alta fluidez. Facilidade de coloração.

Para maiores informações, consulte nosso Departamento de Produtos Plásticos, que lhe fornecerá literatura técnica gratuita e os esclarecimentos adicionais que você desejar.



UNION CARBIDE DO BRASIL S.A. - Indústria e Comércio - São Paulo: Avenida Paulista, 2073 23º andar - (Conjunto Nacional) - Tel.: 33-5171
Rio de Janeiro (GR): Rua Araújo Porto Alegre, 36 4º andar - Tel.: 42-8030.



Esta marca v. não vê. Mas ela está presente em todos êstes veículos

FNM • GENERAL MOTORS • MERCEDES-BENZ
SIMCA • SCANIA-VABIS • TOYOTA • WILLYS

Fabricamos carrocerias, cabinas, ferramentas pesadas; projetamos e construímos protótipos para veículos nacionais. Começamos há 18 anos, antes mesmo da instalação da indústria automobilística brasileira e, hoje, nossa Fábrica de São Caetano do Sul é, no ramo, uma das mais importantes da América Latina. Ajudamos a aperfeiçoar o veículo nacional, economizamos divisas para o País. Estamos orgulhosos e queremos que v. saiba: somos uma indústria totalmente brasileira, servindo a empresas internacionalmente consagradas. Estamos cumprindo nossa missão.



BRASINCA S.A.
FERRAMENTARIA-CARROCEIRAS-VEÍCULOS

AV DR AUGUSTO DE TOLEDO 105-FONE 42-1000-SÃO CAETANO DO SUL-SP

As exportações brasileiras de café, em setembro último, atingiram 3 154 364 sacas, em comparação com as 1 536 424 de agosto. Essas remessas para o exterior nos 9 primeiros meses de 1967 e 1966 foram, respectivamente, de 13 463 269 e 13 256 831 sacas (Ver pág. 23).

* * *

Foram emitidos, em outubro, NCr\$ 100,5 milhões, dos quais NCr\$ 20,6 milhões reforçaram a caixa em moeda corrente do Banco do Brasil e os restantes NCr\$ 79,9 milhões aumentaram o saldo de papel-moeda em circulação (Ver pág. 31).

* * *

A programação financeira do Tesouro Nacional previu para os 9 primeiros meses do ano uma receita de NCr\$ 5 009,3 milhões e uma despesa de NCr\$ 5 965,6 milhões. A execução financeira apresentou um deficit de NCr\$ 1 329,8 milhões com uma receita de NCr\$ 4 725,1 milhões (Ver pág. 37).

* * *

Os últimos 20 anos trouxeram maiores transformações e problemas para a economia brasileira do que qualquer período idêntico anterior de sua história. Não só o aumento da população, da produção e dos preços teve importância, como também a participação dos setores na renda nacional se modificou substancialmente (Ver pág. 81).

* * *

A evolução da economia do mundo ocidental tinha dois objetivos principais no pós guerra: na América, a reconversão da economia de guerra em economia de paz; e, na Europa, a reconstrução das instalações industriais, dos meios de transportes e das habitações (Ver pág. 137).

CONJUNTURA ECONÔMICA

REVISTA MENSAL EDITADA PELA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

CENTRO DE ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÔMICA

Fundador: RICHARD LEWINSOHN

EXPEDIENTE

Diretor: JOSÉ GARRIDO TORRES
Redator-Chefe: DENIO NOGUEIRA
Secretário: NEWTON LUIZ DO REGO
Corpo Redatorial: EDISON CEZAR DE
CARVALHO (Redator-Chefe Adjunto),
AUGUSTO CESAR CARDOSO, BASÍLIO MARTINS,
ERNST MUHR, GEOFFREY A. LANGLANDS,
HÉLIO M. ESCOBAR, HERBERT FRIEDMANN,
JAYR DEZOLT, JOHN O. SCHROY, JORGE
KINGSTON, LÚCIA MARINHO PIRAJÁ,
MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN,
ORLANDO DE SOUZA, OSWALDO
R. FRANCO, PEDRO PAULO BARBOSA DA
COSTA e TUPY C. PÔRTO
Correspondentes no Exterior:
Europa: RICHARD LEWINSOHN
E.U.A.: JORDAN YOUNG

REDAÇÃO:

Av. 13 de Maio, 23 — Sala 1 222
Telefone: 52-4601 — Rio de Janeiro

Publicada pela:
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
Diretor: LEOSTHENES CHRISTINO
Assistente da Direção: ARY M. CALDEIRA
Produção: DENIS POLICANI
Publicidade: MAURÍCIO PINHEIRO
Vendas: JORGE RANGEL DA MOTTA
Circulação: HAROLDO RIBEIRO
Praia de Botafogo, 186 — Tel.: 46-4010
Caixa Postal 29 - ZC 02 - Rio de Janeiro - GB

É permitida a reprodução total ou parcial
dos artigos desta Revista, desde que seja
citada a fonte.

Assinatura anual NCr\$ 10,00
Número avulso ou atrasado .. NCr\$ 1,00

Composição e impressão:
GRÁFICA EDITORA LIVRO S.A.
Rua Pref. Olímpio de Melo, 1460 — Rio, GB.

SUMÁRIO

ANO XXI — NOVEMBRO/67 — N.º 11

A CONJUNTURA EM INSTAN- TÂNEOS	9
Apresentação	11
EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	
Café — quase preenchida a cota ..	23
Moeda e crédito — expande-se o en- caixe	31
Tesouro Nacional — aumenta o de- fícit de caixa	37
Mercado cambial — cotações do "pa- ralelo" mais estabilizadas	45
Mercado de títulos — ligeira baixa	49
Mercado de empregos — firme com cautela	53
Preços — favorável o comporta- mento	57
Emissões de capital — em nível ele- vado	61
Insolvências — continua melhorando	67
Mercado imobiliário — ainda pouco animado	75
ESTUDO ESPECIAL	
Evolução da economia brasileira — 1947/1967	81
AGRICULTURA	
Arendoim — uma lavcure em expansão	93
FINANÇAS	
Impôto do selo — resumo final	107
Solvabilidade e política antiinflacio- nária	117
SERVIÇOS PÚBLICOS	
Programas de eletrificação no Cen- tro-Sul	127
A CONJUNTURA NO ESTRAN- GEIRO	
A economia mundial nos últimos 20 anos	137
VÁRIAS NOTÍCIAS	147
ÍNDICES ECONÔMICOS	
Índices paranaenses — nota explica- tiva	153
Índices	155

APRESENTAÇÃO

É com a maior satisfação e grande honra que abro este número comemorativo do vigésimo aniversário de CONJUNTURA ECONÔMICA.

As razões do lançamento e a narrativa de sua já longa trajetória são objeto de sucintos artigos de Luiz Simões Lopes, Eugênio Gudin e de Alim Pedro, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e Diretor-Executivo da Fundação Getúlio Vargas, e de Richard Lewinsohn, fundador da Revista, que conta como surgiu ela no seio da Fundação.

A mim, só me resta, leitor amigo, agradecer seu constante interesse e inalterável apoio durante toda esta jornada, como também dirigir-me ao nosso anunciante para dizer-lhe que sem o seu concurso, nossa tarefa jamais poderia ter sido desempenhada da forma descrita adiante.

Vencida a etapa picneira no Brasil e no exterior (onde é pouca e infiel a informação sobre o Brasil e onde é ainda mais rara e imprecisa a de natureza econômica), prosseguirá CONJUNTURA ECONÔMICA em seu rumo, que é o de analisar com objetividade e isenção os fatos, os dados e os eventos correntes da economia nacional, sob aspecto gráfico sempre mais moderno e atraente.

Nenhuma forma talvez mais adequada de assinalar a efeméride do que a inserção, neste número, de dois estudos retrospectivos, realizados inclusive mediante consulta à coleção de CONJUNTURA ECONÔMICA. Trata-se das ocorrências verificadas, ao mesmo tempo, na economia brasileira e na mundial durante os dois decênios de existência de nossa Revista, o primeiro preparado com o valioso concurso do Instituto Brasileiro de Economia. Cobre-se, assim, período de extrema significação na história do Brasil como na do planeta e que se procurou interpretar com a correção humanamente possível.

JOSÉ GARRIDO TÔRRES
Diretor

o modernismo brasileiro e a língua portuguesa

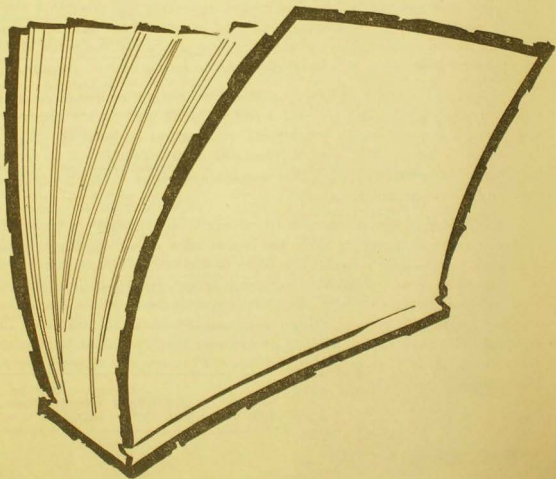
por luiz carlos lessa

Obra única no gênero: um estudo, fartamente documentado, das tendências lingüísticas do modernismo brasileiro. Vigorosa revisão dos principais aspectos da língua literária do Brasil, fundamentada exclusivamente nas obras de consagrados escritores da literatura modernista.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 186, Caixa Postal 29 — ZC-02

Nas principais livrarias
ou pelo Reembolso Postal.



FAZENDO HISTÓRIA

Vinte anos se passaram desde o momento em que surgiu modesta brochura, lançada pela Fundação Getúlio Vargas, já trazendo, entretanto, ambicioso programa, como se depreendia do seu título: CONJUNTURA ECONÔMICA.

Ensaivávamos os primeiros passos no árduo campo do estudo sistemático da economia brasileira e tivemos o mérito de não retroceder em meio da jornada. É que a Fundação não abandona os programas em que se lança, uma vez definidos, reconhecida sua prioridade e testados os meios de executá-los, a não ser quando esgotados. E a conjuntura econômica nacional é manancial inesgotável, programa permanente, cada vez a exigir trabalho de maior profundidade e sofisticação.

Nesses vinte anos, a CONJUNTURA ECONÔMICA ampliou de muito seus levantamentos e análises, cresceu, consolidou-se, transformando-se em ferramenta indispensável a quantos, por variadas razões, precisam conhecer a evolução da economia brasileira.

Seu primeiro número, datado de Novembro de 1947, trazia uma apresentação do eminente brasileiro Dr. Eugênio Gudín, Presidente do Instituto Brasileiro de Economia, que é o antigo "Núcleo de Economia", então existente, muito ampliado e desenvolvido, nesses vinte anos de existência. Seu primeiro Diretor foi o ilustre Prof. Richard Lewinsohn, hoje nosso representante na Europa, e seu Redator-Chefe um competente engenheiro, estudioso da nossa economia, Dr. Américo Barbosa de Oliveira.

O primeiro número do "Boletim Mensal organizado pelo Centro de Análise da Conjuntura Econômica do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas" continha, além do "Índice Geral de Negócios", os índices da "produção industrial" do "movimento financeiro" e dos "preços e salários" e dois estudos especiais: "A Con-

centração Bancária no Brasil" e "Emissões de capital no período 1942/1947".

Hoje, nossa revista CONJUNTURA ECONÔMICA, publica, mensalmente, 205 índices econômicos, sendo 153 nacionais, abrangendo a evolução dos negócios, comércio, transportes, edificações, produção industrial e agrícola, preços por atacado, comércio exterior e movimento financeiro; e 52 índices regionais, sendo 13 da Guanabara, destacando-se os do custo da vida e da construção civil; 12 de São Paulo, constantes de preços (inclusive custo da vida), movimento financeiro e edificações; 16 do Rio Grande do Sul, apresentando, entre outros, o custo da vida em Porto Alegre, e 11 de Minas Gerais, compreendendo movimento financeiro, energia elétrica, movimento de mercadorias e edificações.

Divulga artigos mensais sobre a evolução dos negócios, focalizando o mercado internacional do café, moeda, e crédito, finanças da União, mercado cambial, comércio exterior, mercado de títulos, mercado de empregos, preços, emissões de capital, insolvências e mercado imobiliário, bem como análises regulares sobre agricultura, indústria, comércio, trabalho, finanças, transportes e serviços públicos, além de estudos mensais sobre a conjuntura no estrangeiro.

Estão à sua frente, há longos anos, dois dos mais ilustres representantes da nova geração de economistas brasileiros: O Dr. José Garrido Tôrres, Diretor, e o Dr. Dênio Nogueira, Redator-Chefe.

Nestes vinte anos, foi longo o caminho percorrido, até o reconhecimento generalizado do grande esforço despendido pela Fundação na informação honesta do público. E daí a grande influência na formação da opinião, nos negócios, no Governo, dos índices publicados mensalmente em CONJUNTURA ECONÔMICA. É de se notar a ação de presença, sempre positiva, de uma entidade independente, que fornece os índices básicos, quase sem comentá-los, a uma clientela cada vez mais consciente da imperiosa necessidade de compulсар dados fidedignos, sobre a economia do país.

E, pois, com satisfação e (por que não confessá-lo?) com certa vaidade que vemos transcorrer o vigésimo aniversário de CONJUNTURA ECONÔMICA.

LUIZ SIMÕES LOPES

Presidente da Fundação Getúlio Vargas

IMPARCIALIDADE E ISENÇÃO

"Há 20 anos saía à luz um pequeno fascículo mimeografado, de publicação mensal, contendo dados sobre a situação econômica, financeira e monetária do país. A iniciativa foi de um economista competente e experimentado — RICHARD LEWINSOHN — que ainda hoje empresta sua colaboração à Revista, como seu correspondente na Europa.

A nova publicação (1947) foi desde logo bem acolhida pelo público a que ela se dirigia — homens de empresa e economistas — que nela encontravam um repositório de informações e comentários de grande utilidade.

Paralelamente havia-se formado na Fundação Getúlio Vargas, em 1945, um "Núcleo de Economia" com o objetivo geral de realizar pesquisas sobre a economia brasileira, especialmente, de início, sobre o Balanço de Pagamentos, os Índices de Preços e a Renda Nacional.

As duas iniciativas convergiam assim para o mesmo objetivo, a segunda mais ampla do que a primeira — daí a absorção da Revista pelo Núcleo, hoje "Instituto Brasileiro de Economia" (IBRE), denominação adotada depois que foi possível organizar em bases eficientes e desenvolver a pesquisa econômica.

Constituindo uma seção especial do Instituto, a Revista CONJUNTURA ECONÔMICA tomou grande desenvolvimento, sendo hoje, fora de dúvida, a mais completa publicação do gênero no Brasil. A

procura da Revista pelos círculos estrangeiros que se interessam pela economia brasileira levou a sua Direção a preparar uma edição em língua inglêsa, que vem sendo melhorada e que leva ao estrangeiro as mais úteis informações.

Integrada no espírito do Instituto, a CONJUNTURA ECONÔMICA obedece fielmente à orientação de informar, com inteira imparcialidade e isenção, sem qualquer interferência de paixões ou interesses.

Como Membro do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas e especialmente como Presidente do Instituto, venho congratular-me com os companheiros que dirigem a Revista, os colaboradores e auxiliares pela data do vigésimo aniversário de sua existência, fazendo votos para que ela continue mantendo o alto padrão técnico, moral e informativo que tem sido o segredo de seu sucesso".

EUGÊNIO GUDIN

Vice-Presidente da Fundação Getúlio Vargas e Presidente do Instituto Brasileiro de Economia — IBRE

BANCOS CENTRAIS

Com prefácio do Prof. Dênio Nogueira a Fundação Getúlio Vargas editou o mais recente livro do economista LUIZ SOUZA GOMES
"BANCOS CENTRAIS E INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS DE CRÉDITO".

Obra clássica no gênero e indispensável a quantos lidem com problemas bancários e creditícios do país.

NAS PRINCIPAIS LIVRARIAS, OU PELO REEMBÓLSO POSTAL

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS — SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

Praia de Botafogo, 186 — C. P. 29 — ZC-02 — Rio, GB

OS VINTE ANOS DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Na publicação assinaladora dos VINTE ANOS DE ATIVIDADES que a Fundação Getúlio Vargas completou em 1964, Richard Lewinsohn evoca "Os primeiros passos de CONJUNTURA ECONÔMICA". Em 1947, começa ele, já se sabia que os Aliados tinham ganho a guerra, mas ainda se ignorava quem ganharia a paz; e no terreno econômico estava tudo em movimento e em tumulto.

Como os demais países produtores de matérias-primas, o Brasil era duramente atingido pelas dificuldades desse período de ajustamento e ebulição, inclusive por não dispor de elementos que orientassem com segurança quanto à adequada aplicação das reservas acumuladas durante a guerra. Além disso, o Fundo Monetário Internacional exigia não só a estimativa periódica da renda nacional, mas também um balanço de pagamentos em moldes bastante complicados.

Fazia-se mister, por conseguinte, um conhecimento seguro dos principais aspectos da economia, tanto nacional quanto internacional; e foi daí, basicamente, que surgiu a idéia de se instituir, na Fundação Getúlio Vargas, um Centro de Análise da CONJUNTURA ECONÔMICA. Como ponto de partida para seus trabalhos o CACE levantou os índices dos elementos mais importantes do ponto de vista econômico, valendo-se para isso não só das precárias estatísticas existentes, como dos balanços, relatórios e outros documentos das sociedades anônimas, obrigatoriamente publicados no Diário Oficial.

A fim de divulgar os elementos assim colhidos e os estudos realizados com base neles, foi criado um pequeno boletim, cujo primeiro número, publicado em novembro de 1947, era um simples folheto mimeografado na própria Fundação. A aceitação do boletim ultrapassou as expectativas mais otimistas e, em poucos dias, esgotada a tiragem inicial, foi necessária nova tiragem, igualmente vendida em poucos dias.

Sobretudo por prudência, uma vez que aquêle inesperado êxito poderia ter decorrido apenas da novidade da publicação, alguns dos

números seguintes ainda circularam sob a forma de boletim mimeografado. Mas pouco depois, tendo-se firmado o conceito logo de início alcançado, o modesto boletim dos primeiros meses cedeu lugar à revista impressa, que desde então jamais parou de crescer, de se expandir, de melhorar, tanto em apresentação quanto em conteúdo.

A partir de 1953, ano em que comecei a participar diretamente das atividades da Fundação, já não preciso recorrer ao testemunho autorizado do fundador da revista, pois desde então foi pessoalmente que lhe acompanhei a evolução, o êxito cada vez maior, a escalada para uma posição de nítido relêvo entre nossas mais categorizadas publicações técnicas.

Já é do meu tempo, por conseguinte, o lançamento da edição em inglês, que, tendo começado a circular em abril de 1954, repete, em âmbito internacional, a aceitação alcançada no País, levando hoje virtualmente ao mundo inteiro um conhecimento sucinto mais objetivo e fidedigno dos principais aspectos de nossa economia. E é com interesse pessoal, de leitor, além do que decorre de minhas atribuições na Fundação, que sigo de perto o trabalho de CONJUNTURA ECONÔMICA como órgão rápido e dinâmico de divulgação dos fatos econômicos correntes.

Provavelmente a mais conhecida das oito revistas que aqui publicamos, ela constitui, como se lê nos VINTE ANOS DE ATIVIDADES, "valioso manancial de dados sobre a realidade econômica nacional e instrumento de consulta indispensável a quem, por dever de ofício ou interesse intelectual, necessita de informações de caráter econômico".

No momento em que CONJUNTURA ECONÔMICA atinge o expressivo marco de quatro lustros de útil existência, envio à competente e dedicada equipe da revista, com sinceras felicitações pelos crescentes resultados conseguidos, meus votos no sentido de que esse rumo ascensional se estenda pelos anos vindouros.

Rio de Janeiro, outubro de 1967.

ALIM PEDRO
Diretor-Executivo
Da Fundação Getúlio Vargas

COMO NASCEU "CONJUNTURA ECONÔMICA"

A idéia de iniciar no Brasil pesquisas sobre a conjuntura econômica, publicar os resultados, o essencial sobre os métodos aplicados, as bases estatísticas e outras fontes de documentação, num periódico que se destinasse a todos os interessados nos problemas econômicos e financeiros, visava em primeiro lugar a objetivos práticos. Não foi por acaso que esta idéia se delineou mais precisamente na segunda metade de 1947. A economia de guerra, com suas estritas regulamentações, chegava ao fim e por toda parte havia o desejo de normalizar a vida econômica, de dar mais liberdade à iniciativa privada, sem negligenciar as necessidades de ordem social nem entrar as grandes obras que só podiam ser executadas com a ajuda do Estado. A estas tarefas nacionais se somavam as reformas internacionais, cujos fundamentos já tinham sido estabelecidos durante a guerra nas conferências de Bretton Woods (julho de 1944) para a criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em Washington (agosto/setembro de 1944), e em São Francisco (abril de 1945) para a constituição das Nações Unidas, além de outras em que o Brasil participou ativamente desde o início. Sem dúvida, a vida econômica futura não seria uma simples restauração e continuação do que havia antes da guerra e cada país deveria adaptar-se às novas formas e condições.

Era de se prever também que o ritmo da vida econômica seria diferente daquele observado com grande regularidade no século XIX e que, com sua alternativa de períodos de prosperidade e de depres-

são, prosseguira até às vésperas da Segunda Guerra Mundial. E o objetivo das pesquisas sobre a conjuntura econômica era precisamente observar as oscilações da marcha dos negócios, da evolução financeira e monetária e suas repercussões sobre a economia nacional.

A questão preliminar consistia no seguinte: onde encontrar a documentação para tais estudos? As instituições que existiam para fins análogos no exterior — Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, Escritório Estatístico, na Alemanha etc. — só podiam servir como modelo de forma restrita, pois se baseavam em documentação que faltava no Brasil. Além disso, a maioria de tais centros de pesquisas sobre a conjuntura cessara suas atividades durante a grande crise dos anos 30 ou no transcurso da guerra e os novos institutos surgidos aqui e ali logo após a conflagração se encontravam ainda em estado embrionário. Se quiséssemos iniciar estudos sobre a conjuntura no Brasil teríamos necessariamente que utilizar fontes de documentação nacionais.

Felizmente, vistas de perto, estas fontes se revelaram muito mais ricas do que se supunha. Em particular, as estatísticas fiscais e as do comércio exterior forneceram grande quantidade de informações sobre o volume de transações, o movimento de capitais e as correntes das operações financeiras. A maioria delas podia ser elaborada com rapidez. Se havia, em alguns setores, atrasos de um ou 2 meses, era possível, dentro da nossa finalidade, reduzir o intervalo entre o fato e o seu reflexo estatístico. Logicamente, a estatística do comércio exterior deve ser completa. Mas, considerando a imensa extensão das fronteiras do Brasil, era praticamente inevitável que algumas pequenas estações aduaneiras enviassem seus relatórios com atraso, o que retardava a publicação das cifras globais definitivas das importações e exportações. Entretanto, para se medir a conjuntura econômica, é suficiente tomar como base 98 ou 99% do movimento total. Graças à compreensão e boa vontade dos serviços competentes, foi possível obter os resultados provisórios, isto é, sem o 1 ou os 2% ainda não disponíveis.

Outra fonte de informação preciosa era a publicação obrigatória no Diário Oficial das emissões de capitais, sob a forma de ações ou obrigações, e dos balanços das sociedades anônimas. Estes últimos não davam às vezes senão uma imagem bastante sucinta dos negócios no último exercício. Mas agrupados segundo os ramos de atividades, a ordem de grandeza e outras características das firmas, eles

permitiam, em seu conjunto, a elaboração de conclusões sobre a conjuntura de boa parte da atividade econômica privada.

Em outros domínios, entretanto, as fontes de informação escasseavam. Em particular, o movimento de preços era quase desconhecido. A estatística oficial não indicava senão os preços por atacado de algumas matérias-primas, e o cálculo do custo da vida no Rio de Janeiro e São Paulo era publicado freqüentemente com grande atraso. Devíamos, portanto, organizar pesquisas diretas nos armazéns e mercados para obtermos cifras mais atualizadas. Em síntese, a documentação apresentava lacunas, mas era suficiente para o começo.

A fim de concretizar a idéia, outra tarefa se impunha: encontrar uma equipe apropriada para os trabalhos preparatórios e em seguida para a divulgação dos resultados das pesquisas, de maneira clara e atraente. Os estudos sobre a conjuntura devem ser mais do que simples acumulação de cifras. Eles exigem análises, comentários e, com toda a prudência que se impõe, prognósticos. Necessita-se, portanto, de uma equipe de especialistas para todos os ramos da vida econômica. A escolha do pessoal foi grandemente facilitada, de um lado, pelo interesse que a idéia despertou nos Ministérios, no Banco do Brasil e em outras entidades públicas e, de outro, pela generosa acolhida da Fundação Getúlio Vargas que, sob a presidência do Dr. Luiz Simões Lopes, se encarregou da realização do projeto, do financiamento e dos trabalhos técnicos da publicação.

Numa reunião de diversas personalidades — altos funcionários dos Ministérios, do DASP, dirigentes da Fundação Getúlio Vargas e representantes de grandes empresas econômicas — o autor destas linhas expôs os detalhes do plano que mereceu aprovação unânime. Uma equipe de 12 técnicos trabalhou intensamente durante um mês nos preparativos da publicação e em novembro de 1947 saía o primeiro número de CONJUNTURA ECONÔMICA.

Tratava-se, sem dúvida, de publicação modesta: um boletim em multilith de 36 páginas, em formato pequeno. Mas, para surpresa de todos nós, a primeira tiragem de 1000 exemplares esgotou-se no mesmo dia. Uma segunda tiragem feita às pressas foi também rapidamente vendida. A imprensa começou a ocupar-se da nova publicação. O início foi um êxito incontestável. Entretanto, tudo dependia da continuação. Havíamos preparado o texto de 3 números, dos

quais cada um era mais volumoso que o anterior. Saindo pontualmente na mesma data de cada mês, nossa CONJUNTURA assumia também na apresentação gráfica o aspecto de uma pequena revista. A partir do 4.^o número, a capa apresentava fundo marrom e apareceram os primeiros anúncios. Via-se CONJUNTURA ECONÔMICA tanto na mesa dos dirigentes de grandes empresas como em mãos de estudantes e se reproduziam e discutiam seus comentários. A imprensa estrangeira passou a citá-la cada vez mais, o que estimulou a Fundação Getúlio Vargas a publicar mensalmente, ao lado da edição original em português, outra em inglês.

Quando no princípio de 1952 saí do Brasil para ficar como correspondente da nossa CONJUNTURA na Europa, o "boletim" se havia transformado numa verdadeira revista, que progredia firmemente. E antes de tudo eu sabia que a Direção da Revista e do Centro de Análise da CONJUNTURA ECONÔMICA se achava em boas mãos. Meu sucessor, o Dr. José Garrido Tórres, não só eminente conhecedor da economia brasileira como também da vida econômica dos Estados Unidos, daria provas de administrador como Presidente do BNDE e Presidente do extinto Conselho Nacional de Economia e se revelaria também excelente jornalista. Sob a sua direção esclarecida, CONJUNTURA ECONÔMICA tomou o aspecto de revista moderna, que se pode comparar, pela apresentação gráfica e aperfeiçoamentos técnicos, às melhores publicações do gênero no mundo. Finalmente, sinto-me orgulhoso de haver dado o impulso inicial para a criação desta grande revista, de ter dirigido seus primeiros passos e é com muita honra que há 20 anos colaboro em cada um de seus números.

RICHARD LEWINSOHN

Fundador de CONJUNTURA ECONÔMICA

CAFÉ —
QUASE PREENCHIDA A COTA

Em setembro, as remessas de café do Brasil para o exterior foram de 3 154 364 sacas. Dêste total, os mercados novos absorveram 51 586, tendo sido transferidas para os entrepostos do Instituto Brasileiro do Café, em Trieste, 150 000 e para Beirute 133 334 dos estoques governamentais. O restante seguiu para os mercados tradicionais, tendo cabido aos Estados Unidos 1 299 440 sacas. Com essas remessas, o Brasil quase preencheu a cota de exportação que a Organização Internacional do Café lhe atribuiu para o ano cafeeiro 1966/67. De fato, até o fim de agosto último, o Brasil estava com diferença para menos de 1 823 724 sacas, entre o que remetera e o que sua cota de exportação lhe teria permitido. Somada a esta parcela a cota de setembro, 1 411 433 sacas, tinha-se o total de 3 235 157 sacas que deveríamos remeter neste último mês do ano cafeeiro, unicamente para os mercados tradicionais, se nossa cota de exportação houvesse de ser preenchida. Tendo as remessas sido de 3 102 778 sacas, pouco faltou para que se atingisse o objetivo visado.

O grande volume enviado para o exterior em setembro explica-se pelo fato de haver o IBC garantido, até o fim do ano, os preços aos importadores em suas compras diretas feitas no Brasil, sob a condição de que os embarques fôssem realizados até 30 de

setembro. Também contribuiu para êsse resultado a concessão de uma redução no frete marítimo, em vigor até a mesma data. Tratando-se de antecipação de compras para o aproveitamento das vantagens oferecidas, pode-se admitir que, nos próximos

meses, os negócios se reduzam até que os estoques dos importadores, negociantes e torradores baixem a níveis normais. Todavia, não deixou de ser significativo que o Brasil houvesse obtido aquele resultado, tendo em vista que, em novembro corrente, o Conselho da Organização Internacional do Café estará reunido em Londres para cuidar da prorrogação e emenda do Acôrdio Internacional do Café, constituindo um dos pontos essenciais a serem tratados a distribuição das cotas básicas entre os países-membros.

Em setembro e nos nove primeiros meses do ano, nos últimos cinco anos, as remessas de café do Brasil para o exterior foram as seguintes, em sacas de 60 quilos:

ANOS	SET.	JAN./SET.
1963	1 701 357	13 575 126
1964	1 195 885	10 986 108
1965	1 504 927	9 141 088
1966	2 678 659	13 256 831
1967	3 154 364	13 463 269

A segunda estimativa da produção mundial exportável de café, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, é de 53 341 000 sacas, o que representa diminuição de 3 123 000 sacas em relação à primeira es-

timativa feita a 30 de junho último. Esta cifra compara-se com a da produção exportável de 1966/67, em um total de 46 132 000 sacas. Os principais reajustes na segunda estimativa são: Brasil, 16,8 milhões de sacas (1.^a estimativa 19,8 milhões) e Angola, 3 444 000, tendo sido a 1.^a estimativa de 3 140 000. Em geral, os outros países produtores sofreram alterações sem importância relativamente à primeira estimativa.

Durante o mês de setembro, os preços dos cafés brasileiros no mercado do disponível de Nova York baixaram, ao passo que os da variedade robusta subiram, permanecendo quase inalterados os dos despulpados latino-americanos, bem assim os não-despulpados da Etiópia. É o que mostra o quadro a seguir, feito com dados tirados da Carta Semanal do Bureau Pan-Americano do Café.

A alta dos cafés da variedade robusta havia sido bem maior do que a mostrada no Quadro, logo após o encerramento, a 11/9, das reuniões do Conselho da Organização Internacional do Café, mas quando o mês terminou parte da alta havia sido perdida.

O mercado mantém-se em expectativa pelo fato de haver si-

MERCADO DO DISPONÍVEL
DE NOVA YORK
(em cents de dólar por libra-pêso)

PROCE- DÊNCIA	DATAS		DIFE- RENÇA
	(1967)		
	31-8	28-9	
ARÁBICAS			
<i>Despolpados</i>			
Colômbia			
Mams	40,50	40,50	—
El Salvador			
Padrão Central .	39,13	38,88	- 0,25
México			
Lavado de 1. ^a ..	39,00	39,00	—
<i>Não despolpados</i>			
Brasil			
Santos tipo 2/3	37,75	37,25	- 0,50
Santos tipo 4 .	37,50	36,88	- 0,67
Paraná tipo 4 .	36,75	36,25	- 0,50
<i>Etiópia</i>			
Djimma	36,63	36,75	- 0,12
<i>Robustas</i>			
Angola			
Ambriz 2AA ...	32,00	32,75	- 0,75
Uganda			
Padrão nativo ..	32,00	32,75	- 0,75

do adotada pelo Conselho resolução em que se declara a intenção de emendar e prorrogar o Convênio atual. Anexa à resolução está uma tabela de cotas básicas de exportação, revisadas, que serão objeto de negociações. A prorrogação do Convênio ficou condicionada ademais à

aprovação de propostas de emendas de certos artigos essenciais para o fortalecimento e aperfeiçoamento do Acôrd. Compreende-se que, estando a continuação do pacto atual na dependência de negociações ulteriores, os importadores, negociantes e torradores irão permanecer retraídos, após as volumosas compras efetuadas no Brasil, anteriormente referidas.

De outro lado, a aprovação pelo Conselho de cota global de exportação, para o ano cafeeiro 1967/68 que terá início a 1.^o de outubro próximo, de 47 615 000 sacas, exclusivamente para os mercados tradicionais, que se compara com a final de 45,5 milhões de sacas do ano cafeeiro 1966/67, para os mesmos destinos, torna evidente que haverá pressão baixista sobre os preços do café em futuro não distante.

A cota global de exportação para o próximo ano cafeeiro foi distribuída como segue entre os quatro grupos de café:

GRUPOS DE CAFÉ	COTA EFE- TIVA ANUAL	COTAS SUPLEMEN- TARES	AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS DE EXPORTAÇÃO	TOTAL
Despolpados colombianos	6 490 335	256 830	355 114	7 102 279
Outros despolpados	8 878 616	538 233	494 992	9 911 841
Arábicas não-despolpados	17 936 449	21 080	945 133	18 902 662
Robustas	10 424 791	688 666	584 761	11 698 218
	43 730 191	1 504 809	2 380 000	47 615 000

A cota efetiva anual do Brasil que faz parte do grupo dos Arábicas não despolpados é de 16 788 557 sacas e sua autorização especial de exportação, de 883 924 sacas, num total de 17 672 481 sacas.

Após negociações laboriosas, que chegaram a pôr em risco a continuação do Acôrdio Internacional do Café, relativas aos pedidos, vindos de todos os lados, de maiores cotas de exportação individuais; às opiniões opostas sobre o valor do sistema seletivo de ajuste das cotas; às ameaças de retirada por parte de algumas nações participantes e, ainda, às divergências entre o Brasil e os Estados Unidos quanto às exportações de café solúvel e aos acôrdos sobre fretes marítimos — foi adotada pelo Conselho da Organização Internacional do Café uma resolução manifestando sua intenção de prorrogar, emendado, o atual Convênio, considerando que, se ele não é satisfatório, é melhor do que a inexistência de qualquer outro.

A 16 de outubro próximo vindouro, a Junta Executiva da Organização iniciará a discussão dos temas relativos aos problemas de longo alcance, para fins de recomendação ao Conselho quando este se reunir de novo a 20 de novembro. Entre estes problemas, inclui-se o da revisão das cotas básicas individuais. O Bra-

sil manifestou seu interesse na adoção do novo Acôrdio, concordando voluntariamente com uma redução de 0,49% em sua cota total de 35,80% da cota global de exportação.

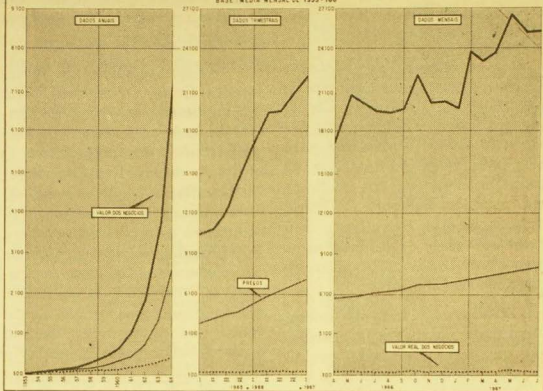
A conservação do sistema seletivo de ajuste das cotas foi objeto de ampla controvérsia entre os produtores latino-americanos e africanos. O Brasil concordou, afinal, com a manutenção do sistema, no que foi amargamente censurado pela Colômbia, visto como se havia comprometido a votar contra sua continuação. Falando à imprensa, o presidente do IBC, membro da delegação brasileira, declarou ser a seletividade um fato real, de que não gostava, havendo concordado no entanto com sua continuação por ser a única maneira de se obterem medidas mais fortes de controle das exportações.

Os novos preços máximos e mínimos para os quatro grupos de café, em centavos de dólar por libra-pêso, são os seguintes, estando entre parênteses os atuais:

<i>Grupos de café</i>	<i>Máximos</i>	<i>Mínimos</i>
Colombianos despolpados	42,75 (47,50)	38,75 (43,50)
Outros despolpados	41,25 (44,50)	37,35 (40,50)
Arábicas não-despolpados	39,25 (41,50)	35,25 (37,50)
Robustas	34,35 (34,50)	30,50 (30,50)

EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICA

BASE: MÉDIA MENSAL DE 1953 = 100



A média das novas faixas de preços está em torno dos preços indicadores atuais para cada grupo. A diferença entre os preços máximos dos colombianos e dos robustas diminuiu de 13 centavos de dólar por libra-pêso para 8,50 centavos. Ficou estabelecido que a Junta Executiva reverá os novos preços, em qualquer ocasião, depois de 1.º de abril de 1968.

Está incluída no sistema seletivo de ajuste das cotas emenda que permite a restauração, no grupo de cafés respectivo, de quantidade igual à do último

ajuste para baixo, caso o preço médio nos quinze dias exigidos se recupere até atingir a média aritmética dos preços máximo e mínimo. Qualquer outro corte anterior poderá também ser restaurado, se o preço do grupo em causa, escoados 15 dias do calendário depois da primeira restauração, permanecer novamente por 15 dias consecutivos de mercado, na média acima mencionada, ou acima dela. Os controles sobre as importações e as exportações por parte dos países-membros foram revistos no sentido de seu aperfeiçoamento, com o que, parece, se tornarão mais difíceis

as principais evasões do sistema de cotas de exportação.

O CAFÉ SOLÚVEL

A delegação dos Estados Unidos tentou tornar objeto de discussão, no âmbito do Conselho, o problema das exportações de café solúvel brasileiro para seu país, alegando tratar-se de competição injusta aos fabricantes norte-americanos. O Brasil não concordou, entretanto, com essa pretensão, declarando estar disposto a tratar da questão em negociações bilaterais.

Todavia, a delegação norte-americana submeteu à apreciação da Junta Executiva, que se reuniu a 16 de outubro findo, para discussão no órgão e ulterior recomendação ao Conselho, em sua reunião de 20 de novembro, projeto de emenda ao novo Convênio a qual, resumidamente, estava assim concebida:

“Se um país-membro impuser uma taxa sobre a exportação do café cru, deverá onerar com taxa correspondente a exportação do café industrializado. Não o fazendo, estará autorizando a imposição, por qualquer outro país-membro, de impôsto de importação em quantia tal que considera necessária para compensar este tratamento diferente. O país-membro deverá proibir aos fabricantes de café in-

dustrializado para a exportação o emprêgo de tipos de café cru que não permitir sejam exportados como café cru”.

Ao que se saiba, não foram fixados ainda, no entanto, o lugar, a ocasião e as circunstâncias das conversações entre os representantes dos dois países. O chefe da delegação dos Estados Unidos declarou que seu país estava preparado para negociar diretamente com o Brasil, embora já houvesse proposto a emenda antes mencionada, para assegurar que o café solúvel brasileiro, ali importado com isenção de direitos, não venha a ser vendido a preço menor que o da indústria local de café solúvel. Acentuou que seria desarrazoado e injusto esperar que os fabricantes de café solúvel norte-americanos apoiassem o novo Convênio e a sustentação dos preços dêle resultantes, enquanto confrontados com o que, em sua opinião, era competição injusta do café do Brasil.

Falando à imprensa, o ministro da Indústria e Comércio do Brasil, chefe de nossa delegação ao Conselho, declarou que havia sido formada comissão interministerial para estudar as queixas apresentadas pelos fabricantes de café solúvel norte-americanos e que o Brasil iria esforçar-se por solução que fôs-

se satisfatória para ambas as partes. Dita comissão estudará também o problema da instalação no Brasil de fábricas de café solúvel de industriais dos Estados Unidos.

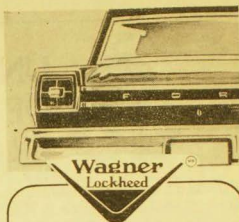
No período compreendido entre janeiro e julho, as importações de café solúvel nos Estados Unidos foram as seguintes, neste e no ano passado, estando realçada a posição do Brasil:

ESTADOS UNIDOS: IMPORTAÇÕES
DE CAFÉ SOLÚVEL
(em sacas de 60 quilos)

	JANEIRO- JULHO 67	JANEIRO- JULHO 66	DIFE- RENÇA
Total ...	335 373	84 616	250 757
Brasil ...	267 668	43 978	223 690

Os dados publicados recentemente pelo Departamento de Agricultura norte-americano parecem indicar que a tendência de queda no consumo *per capita* cessou não tendo havido diminuição no curso da primeira metade deste ano.

No ano cafeeiro 1967/68 (início a 1.º de outubro), serão gastos na Inglaterra 490 000 dólares para promover o consumo do café. A campanha é parte de um programa global que está sendo conduzido através da Organização Internacional do Café. O programa britânico visará principalmente às áreas industriais por meio da televisão.



WAGNER LOCKHEED*

contribui para a
segurança do fabuloso
GALAXIE 1967

No sistema de freios de alta segurança do Ford Galaxie, Você encontra os tubos flexíveis, cilindro mestre e cilindros de roda Wagner Lockheed*, fabricados pela FARLOC DO BRASIL S.A. Preferidos pela indústria automobilística mundial, os componentes e peças de freios Wagner Lockheed* significam maior desempenho e total segurança do seu carro.



FARLOC DO BRASIL S.A.
Indústria e Comércio

Rio: Av. Rio Branco, 99 - 2.º andar
S. Paulo: Av. Ipiranga, 795 - 3.º andar

* marcas registradas

74034



UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

67-1541

Fundada em Assembléia realizada em 27-5-67 pela fusão do Banco Moreira Salles S.A. com o Banco Agrícola Mercantil S.A. e aprovada em 11-7-67 pelo Banco Central do Brasil.

UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Matriz: Rua do Ouvidor, 91 — Rio de Janeiro — GB
Carta Patente n.º 1 — 325

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES — INSCRIÇÃO N.º 33.700.394

EXTRATO DO BALANCETE GERAL DAS 333 AGÊNCIAS Em 5 de Outubro de 1967

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		NÃO EXIGÍVEL	
Caixa	13.146.235,91	Capital	40.800.000,00
Banco do Brasil S.A.	16.929.181,70	Aumento de Capital	1.894.728,31
Banco Central	30.075.417,61	Fundo de Reserva Legal	955.516,14
REALIZÁVEL		Outras Reservas e Fundos	5.515.353,39
Deposito no Banco Central			53.165.997,84
em dinheiro	51.234.436,35	EXIGÍVEL	
em títulos	14.596.177,32	Depósitos	
Cheques a Compensar	7.154.117,08	à vista	304.943.803,09
Títulos Descontados	109.853.413,65	a prazo	16.012.650,94
Empréstimos em Conta Corrente	7.565.752,51	Outras Exigibilidades	
Capital a Realizar	51.050,00	Refinanciamentos e Rescalentos	14.996.934,51
Imóveis	7.536.436,95	Agências no País	243.057.242,40
Reavaliações de Imóveis	383.403,77	Outras Contas	41.388.662,56
Agências no País	271.218.806,64		620.359.333,50
Outras Aplicações	44.194.273,56		
	604.187.867,84	C/ DE RESULTADOS PENDENTES	21.464.752,43
IMOBILIZADO			
Edifício de Uso	9.450.287,85	CONTA DE COMPENSAÇÃO	223.969.089,57
Reavaliações de Edifícios de Uso	21.921.135,82		
Instalações	3.840.966,29		
Outras Imobilizações	11.823.935,55		
	47.036.329,51	TOTAL	918.958.773,34
C/ DE RESULTADOS PENDENTES	15.689.568,81		
CONTA DE COMPENSAÇÃO	223.969.089,57		
TOTAL	918.958.773,34		

JOÃO MOREIRA SALLES - Presidente

FRANCISCO DA ROCHA DUARTE - Contador Geral - C.R.C. - GB N.º 27.226

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: João Moreira Salles, presidente - Eduardo Mário da Silva Ramos, vice-presidente - Pedro de Perna e Júlio de Souza Avellar, diretores-gerais - Egdio Michaelsen, Arthur da Silva Bernardes Filho, José Xavier de Salles e Hélio Rodrigues, diretores-conselheiros.
DIRETORIA EXECUTIVA: Kurt Weissheimer, Joaquim Cândido de Gouvêa Filho, Agenor de Camargo Filho, Caleb Leal Marques, Basílio Mosconi, Dario Campestrin, Emílio O. Kaminski, Genino Del Nero, Alcyr Mendonça

Brasil Atheniense, Arno R. Goebel, Orlandy Rubem Correa e Affonso Armando de Lima Vitule, diretores.

CONSELHO CONSULTIVO: Octavio Gouvêa de Bulhões, Nehemias Gueiros, Camillo Martins Costa e Glycon de Paiva, conselheiros.

CONSELHO CONSULTIVO REGIONAL (Pôrto Alegre): João Dico de Barros, Walter Koch, Carlos Fleck e Alcides. Gonzaga, conselheiros.



UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

MOEDA E CRÉDITO – EXPANDE-SE O ENCAIXE

Foram emitidos em outubro NCr\$ 100,5 milhões, dos quais NCr\$ 20,6 milhões se destinaram ao reforço da Caixa em moeda corrente do Banco do Brasil e os NCr\$ 79,9 milhões restantes acresceram o montante do papel-moeda em circulação. O ritmo de expansão dos meios de pagamento baixou para 0,8% nesse mês, com a moeda escritural do Banco do Brasil crescendo, a dos bancos comerciais se expandindo em cerca de 3% e os empréstimos de 2%. O encaixe livre dos bancos, elevou-se de 12,8% em setembro, para 15,4% em outubro, o que revela melhoria da liquidez bancária, ao mesmo tempo que representa potencial de expansão do crédito.

No período janeiro/setembro as operações do Banco do Brasil com os principais setores da

economia, em seu conjunto, tiveram acentuada expansão, como mostra o QUADRO II. O financiamento do déficit de caixa do Tesouro Nacional pelo Banco do Brasil e Banco Central alcançou a cifra de NCr\$ 581,1 milhões, enquanto os empréstimos do BB à autarquias se reduziram de NCr\$ 7,9 milhões e seus depósitos cresceram de NCr\$ 361,5 milhões, atuando no sentido de compensar em parte o desequilíbrio financeiro do Tesouro.

O setor privado, no período jan./set., recebeu NCr\$ 621,0 milhões de recursos adicionais sob a forma de empréstimos, dos quais NCr\$ 307,5 milhões destinados a operações comerciais e NCr\$ 313,5 milhões às atividades rurais. Os depósitos do setor privado expandiram-se de NCr\$ 431,8 milhões, o que demonstra vir o Banco do Brasil

1 — PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO

Saldos em fins de ano ou mês

(NCr\$ milhões)

DATAS	PAPEL-MOEDA EMITIDO PELA CAIXA DE AMORTIZAÇÃO E B. CENTRAL (a)	PAPEL-MOEDA EM PODER DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS			PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO (c = a - b)
		Caixa do Banco do Brasil	Caixa do Banco Central	Total (b)	
1953 — Dezembro ..	47,0	3,0	—	3,0	44,0
1954 — Dezembro ..	59,0	2,9	—	2,9	56,1
1955 — Dezembro ..	69,3	4,0	—	4,0	65,3
1956 — Dezembro ..	80,8	3,1	—	3,1	77,7
1957 — Dezembro ..	96,6	3,3	—	3,4	93,2
1958 — Dezembro ..	119,8	4,5	—	4,5	115,3
1959 — Dezembro ..	154,6	6,1	—	6,1	148,5
1960 — Dezembro ..	206,1	8,6	—	8,6	197,5
1961 — Dezembro ..	313,8	13,2	5,0	18,2	295,6
1962 — Dezembro ..	508,7	21,0	10,0	31,0	477,7
1963 — Dezembro ..	888,7	37,3	30,0	67,3	821,4
1964 — Dezembro ..	1 483,7	95,4	—	95,4	1 388,3
1965 — Dezembro ..	2 174,8	101,2	—	101,2	2 073,5
1966:					
Janeiro	2 123,0	149,5	—	149,5	1 973,5
Fevereiro	2 123,1	106,3	—	106,3	2 016,8
Março	2 123,2	135,6	—	135,6	1 987,6
Abril	2 173,3	92,1	—	92,1	2 081,2
Maió	2 243,4	104,1	—	104,1	2 139,3
Junho	2 343,6	104,4	—	104,4	2 239,2
Julho	2 363,9	109,1	—	109,1	2 254,8
Agosto	2 422,0	98,5	—	98,5	2 323,5
Setembro	2 482,3	126,5	—	126,5	2 355,8
Outubro	2 522,6	113,2	—	113,2	2 409,4
Novembro	2 662,8	111,8	—	111,8	2 551,0
Dezembro	2 840,3	98,9	—	98,9	2 741,4
1967:					
Janeiro	2 790,8	131,6	—	131,6	2 659,2
Fevereiro	2 790,8	150,3	—	150,3	2 640,5
Março	2 791,5	191,6	—	191,6	2 599,9
Abril	2 789,0	77,0	—	77,0	2 712,0
Maió	2 789,2	62,4	—	62,4	2 726,8
Junho	2 839,7	69,2	—	69,2	2 770,5
Julho	2 940,3	83,9	—	83,9	2 856,4
Agosto	2 940,5	149,2	—	149,2	2 791,3
Setembro	3 038,2	67,8	—	67,8	2 970,4
Outubro (*)	3 138,7	88,4	—	88,4	3 050,3

FONTE: Banco Central.

(*) Estimativa.

II — BANCO DO BRASIL — RECURSOS E APLICAÇÕES
(Milhões de NCr\$)

ATIVO	VARIAÇÕES		PASSIVO	VARIAÇÕES	
	1967			1967	
	Set.	Jan./Set.		Set.	Jan./Set.
I - Caixa em moeda corrente ...	- 81,4	- 31,1	I - Recursos próprios (inclusive saldo líquido das contas de resultado pendente)	+ 23,1	+ 102,9
II - Agências e correspondentes no exterior	-	+ 0,2	II - Débito junto ao sistema bancário:		
III - Outras contas vinculadas a câmbio	- 43,6	- 100,5	1. No País:		
IV - Empréstimos em conta corrente e títulos descontados:			a) Junto ao Bco. Central	- 35,3	+ 185,0
1. Ao setor governamental ..	+ 36,4	+ 573,2	b) Depósitos de bancos, inclusive os à ordem do Bco. Central	+ 204,2	+ 443,7
a) Tesouro Nacional (saldo líquido das operações financeiras)	- 7,1	+ 581,1	2. No Exterior:		
b) Autarquias, governos estaduais e municipais e outras entidades públicas	+ 43,5	- 7,9	a) Correspondentes e Agências no exterior	-	-
2. Ao setor privado	+ 171,5	+ 621,0	b) Fundo Monetário Internacional (responsabilidade líquida)	-	0,4
a) Carteira de Crédito Geral	+ 92,6	+ 307,5	III - Depósitos:		
b) Carteira de Crédito Agrícola e Industrial ..	+ 78,9	+ 313,5	1. Do setor privado	+ 87,5	+ 431,8
3. Ao setor bancário	+ 0,1	+ 0,3	2. Do setor governamental (exclusive Tesouro)	+ 10,3	+ 361,5
V - Compra e venda de produtos de exportação e importação (exclusive café)	- 36,4	+ 18,2	IV - Recursos das Instruções 204 e 205 da SUMOC (*)	- 0,2	+ 48,1
VI - Outras contas (***)	+ 224,7	+ 541,6	V - Depósitos compulsórios vinculados a operações cambiais (**)	-	0,3
TOTAL	+ 271,3	+ 1 622,9	VI - Outras contas (***)	- 18,3	+ 49,9
			TOTAL	+ 271,3	+ 1 622,9

(*) Inclui o saldo liquido da extinta conta "Ágios e Bonificações", dada a mesma natureza desses recursos.

(**) Inclusive Letras do Banco do Brasil e Letras do Tesouro "Série B" tomadas por importadores.

(***) Resíduos das demais contas não constantes deste quadro; as contas interdepartamentais são tomadas por saldo liquido.

FONTE: Balancetes do Banco do Brasil, publicados na imprensa.

captando recursos para suas aplicações junto ao setor privado.

As transações vinculadas ao setor externo foram superavitárias, já que no período citado as Autoridades venderam mais câmbio do que compraram, absorvendo assim recursos em moeda nacional da ordem de NCr\$ 100,5 milhões, mesmo se levarmos em conta os prejuízos decorrentes da desvalorização da taxa cambial, por câmbio comprado.

As operações de café propiciaram a absorção de recursos no montante de NCr\$ 48,1 milhões, tendo em setembro o ingresso de recursos alcançado expressivo valor, em face do grande volume da exportação. O item "compra e venda de produtos"

também propiciou recursos às Autoridades Monetárias no valor de NCr\$ 18,2 milhões.

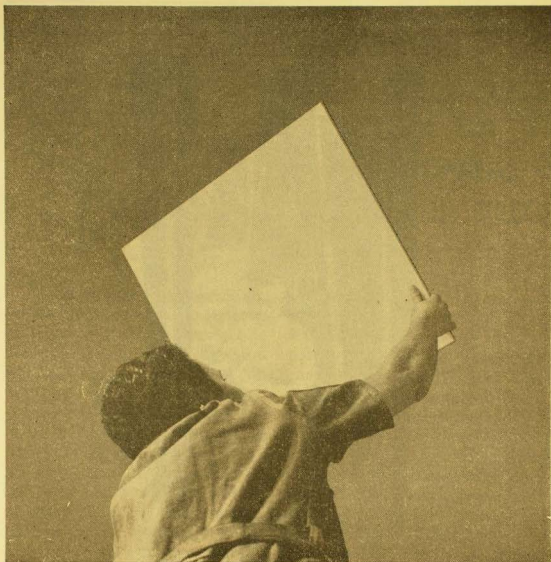
O setor bancário continuou a operar com níveis de recursos abaixo da posição normal durante o mês de setembro. O declínio dos depósitos voluntários foi mais do que compensado pelo incremento das reservas compulsórias. O redesconto elevou-se de NCr\$ 36,7 milhões. Segundo estimativas, os empréstimos dos bancos comerciais elevaram-se de NCr\$ 1940 milhões até setembro. Os depósitos expandiram-se de NCr\$ 2 308 milhões no mesmo período. O excesso dos depósitos sobre as aplicações destinaram a aumento do encaixe e à subscrição de Obrigações Reajustáveis em decorrência da Circular 85 do Banco Central.



BANCO DA AMÉRICA S. A.

— onde você sempre está em casa —

- 70 agências em três Estados.
- Prático e moderno sistema "drive-in".
- Recebimento de impostos e serviços de cobrança.
- Cofres de aluguel para depósito de valores.



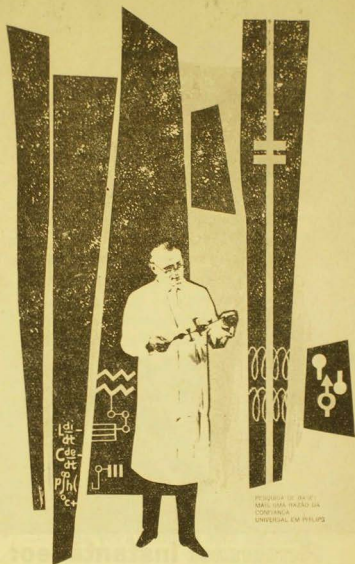
Fôrrobranco instantâneo: já vem pronto para usar.

Sem rebôco, sem telas de arame, sem precisar encher a casa de jornais. Eucatex Fôrrobranco já vem pronto e pintado com tinta plástica. (Adivinhe de que cor...) . Portanto é fácil de lavar. Pode ser aplicado numa questão de horas: mas se você desconfia das coisas feitas com muita rapidez, saiba que Eucatex Fôrrobranco dura muito mais do que forros que demoram dias para ser instalados. E além disso protege sua casa contra o calor e o frio excessivo: ele é

anti-térmico. Protege contra os ruídos: é acústico. Protege contra grandes gastos: é econômico.

Eucatex Fôrrobranco
60x60 cm - 10 mm de espessura

A Eucatex S. A. - C. Postal 1683 - S. Paulo
Desejo outros informes sobre Eucatex Fôrrobranco.
Nome:
Endereço:
Profissão:
Cidade: Estado:



PESQUISA DE RAÍO?
MAIS UMA RAZÃO DA
CONFIANÇA
UNIVERSAL EM PHILIPS

PHILIPS símbolo universal de confiança

JUSTIFICA-SE a afirmativa, pois o desenvolvimento de novos e úteis produtos é uma das mais importantes responsabilidades enfrentadas pela Federação Internacional das Indústrias PHILIPS. Mais de 3 mil cientistas PHILIPS, em muitos países, trabalham para esse fim. Suas conquistas se evidenciam em cada

produto PHILIPS. A pesquisa científica nos laboratórios PHILIPS progride, simultaneamente, em uma centena de direções; é uma garantia para a solidez da PHILIPS no presente e no futuro. A ORGANIZAÇÃO PHILIPS BRASILEIRA (42 anos de serviços no Brasil) é um testemunho vivo dessas verdades.

ILUMINAÇÃO • RÁDIO • TELEVISÃO • RADIOFONES • DISCOS • GRAVADORES DE FITA • BARBEADORES ELÉTRICOS • EQUIPAMENTO MÉDICO E DE RAIOS X • APARELHAGEM DE TELECOMUNICAÇÃO • CINEMA • COMPONENTES ELETRÔNICOS • EQUIPAMENTOS ELETRÓACÚSTICOS • EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS DE MEDIÇÃO E CONTRÔLE INDUSTRIAL.

PHILIPS



simbolo
universal de
confiança

TESOURO NACIONAL — AUMENTA O DEFICIT DE CAIXA

Evidenciando a tendência observada em meses anteriores, continua a agravar-se a posição de caixa do Tesouro. A programação financeira instituída pelo Decreto n.º 61 005, de 13/7/67, previa para setembro uma receita de NCr\$ 725,7 milhões e uma despesa de NCr\$ 665,0 milhões e, cumulativamente, até esse mês, NCr\$ 5 009,3 milhões e NCr\$ 5 965,6 milhões, respectivamente, para a receita e a despesa. O acompanhamento da execução financeira, através das contas do Tesouro junto ao Banco do Brasil, acusou, no entanto, acelerada deterioração no exercício em curso (QUADRO I).

Esse fato determinou que se tomassem medidas novas e adequadas a fim de ajustar as despesas a níveis mais realísticos.

Assim, através do Decreto n.º 61 415, de 28/9/67, o Poder Executivo fixou novas normas para a utilização de créditos orçamentários e adicionais no exercício de 1967. Passava o Poder Executivo a considerar indisponíveis, a partir daquela data (28/9/67), todos os créditos adicionais ou orçamentários, com vigência no exercício, que não tivessem integrado o cronograma de desembolso fixado pela Comissão de Programação Financeira do Ministério da Fazenda.

Entretanto, como arma de política de desenvolvimento econômico, o Governo vem utilizando, do lado da receita, o sistema de transferências (incentivos fiscais) e de retardamento de pagamento de impostos (45 dias para o IPI), com o objetivo de recompor o capital de giro das

I — TESOIRO NACIONAL — EXECUÇÃO FINANCEIRA

JANEIRO/SETEMBRO 1967

(NCr\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	1.º SEMESTRE		JULHO/ SETEMBRO		JANEIRO/ SETEMBRO		SETEMBRO	
	Progra- mado (1)	Exe- cutado (2)	Progra- mado (1)	Exe- cutado (2)	Progra- mado (1)	Exe- cutado (2)	Progra- mado (1)	Exe- cutado (2)
Receita	2 899,7	2 751,2	2 119,6	1 973,9	5 009,3	4 725,1	725,7	592,4
Despesa	4 015,6	3 863,2	1 950,0	2 191,7	5 965,6	6 054,9	665,0	669,7
Deficit	1 125,9	1 112,0	— 169,6	217,8	956,3	1 329,8	— 60,7	77,3

(1) FONTE: Diário Oficial da União, de 14-7-67.

(2) Banco Central e Comissão de Programação Financeira (MF).

II — TESOIRO NACIONAL — RECEITA ORÇAMENTÁRIA
JANEIRO/SETEMBRO DE 1967
 (Em NCr\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO/SETEMBRO				PARTICIPAÇÃO % DE CADA ITEM NO TOTAL	
	A preços correntes		A preços constantes Jan. 66 = 100			
	1966	1967	1966	1967	1966	1967
RECEITA	4 143,8	4 725,1	3 644,5	3 225,3	100,0	100,0
Produtos industrializados (1)	1 156,3	1 691,6	1 016,8	1 154,6	27,9	35,8
Renda	539,0	1 019,3	473,8	696,6	13,0	21,6
Importação (2)	241,4	256,0	211,4	174,2	5,8	5,4
Único s/energia	53,7	84,0	21,9	58,1	0,6	1,8
Único s/combustíveis	645,2	745,7	568,5	509,6	15,6	15,8
Outras (3) (4) (5)	1 508,2	928,5	1 352,1	632,2	37,1	19,6

(1) Imposto de consumo em 1966.

(2) Exclusive taxa de despacho aduaneiro.

(3) Inclui receita não classificada.

(4) Inclui imposto do selo, transformado em 1967 em imposto de operações financeiras e recolhido ao Banco Central para constituir a Reserva Monetária. Em 1967, trata-se de recolhimento de residuo de ano anterior.

(5) Inclui a taxa de despacho aduaneiro, único sobre minerais.

FONTE: Banco Central e Comissão de Programação Financeira (MF).

CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS NEGOCIÁVEIS

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO COM CORREÇÃO MONETÁRIA MAIS JUROS PREFIXADOS

VANTAGENS:

1 - O Certificado de Depósito é emitido nominalmente a 18 meses de prazo mas que pode ser endossado a terceiros e negociado a qualquer momento o que lhe dá a característica de título de LIQUIDEZ ABSOLUTA;

2 - O endosso do Certificado, no caso de venda, dá as mesmas vantagens de um título ao portador.

3 - Embora, aparentemente, o prazo de 18 meses possa parecer longo, na realidade dá ao depositante inúmeras vantagens, principalmente a que lhe assegura, por um ano e meio, a mesma taxa, o que não acontece com outros títulos a curto prazo.

4 - Você pode portanto saber de antemão quanto vai render o seu dinheiro durante esse período.

PROCURE-NOS HOJE MESMO

BANCO AYMORÉ DE INVESTIMENTO S. A.

CARTA PATENTE N.º A-67/564

Capital e Reservas: NCR\$ 5.512.762,17

Rio: Rua do Ouvidor, 108 - 8.º andar - Tels.:
31-1390 - 31-3587 e 31-0403 - GB
S. Paulo: Rua 15 de Novembro, 184 s/1402 -
Tels.: 32-1578 - 32-9009 e 34-4735

Estes depósitos podem ser efetuados
nos nossos distribuidores das
LETRAS AYMORÉ

BANCO HOLANDÊS UNIDO S. A.
BANCO ULTRAMARINO BRASILEIRO S. A.
UNIÃO FINANCEIRA S. A.

empresas, que implica necessariamente em queda de arrecadação (cêrca de 12% em termos reais — vide QUADRO II). Mesmo considerando a contenção anteriormente referida, se projetarmos a tendência da receita e da despesa, verificaremos que o deficit para o atual exercício deverá ultrapassar a cifra de NCr\$ 1.200,0 milhões (aproximadamente 2% do PIB estimado na proposta orçamentária).

Dentro do critério de dividir o exercício financeiro em dois períodos (tal como deixa transparecer a idéia do Dec. n.º 61 005), o segundo semestre (julho a setembro) apresenta o deficit de NCr\$ 217,8 milhões, contra a previsão de superavit de NCr\$ 169,6 milhões. A receita acumulada no período atingiu o montante de NCr\$ 4 725,1 milhões, dos quais 57,4% se referem aos impostos de produtos industrializados e de renda (QUADRO II). Aliás, acentuou-se sensivelmente a representatividade desses impostos, uma vez que em 1966 se apresentavam como 40,9% do total, inclusive o impôsto do sêlo, e 43% exclusive. Êsse fato parece evidenciar melhoria no nível de atividade econômica, de vez que em 1967 não houve alteração, para maior, de alíquotas de qualquer dos referidos impostos.

Quanto à distribuição de despesa segundo a natureza econômica (QUADRO III), parece evidenciar a incompressibilidade

III — TESOIRO NACIONAL — DESPESA DE CAIXA
JANEIRO/SETEMBRO DE 1967

(Em NCr\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO/SETEMBRO				PARTICIPAÇÃO % DE CADA ITEM NO TOTAL	
	A preços correntes		A preços constantes Jan. 66 = 100			
	1966	1967	1966	1967	1966	1967
OPERAÇÕES CORRENTES	2 688,2	3 739,0	2 365,0	2 564,2	60,1	61,8
Aquisição de bens e serviços	1 730,6	2 389,2	1 522,9	1 638,9	38,7	39,5
Transferências correntes	957,6	1 349,8	842,1	925,3	21,4	22,3
CAPITAL	1 787,8	2 315,9	1 570,1	1 585,0	39,9	38,2
Investimentos	473,5	585,0	417,1	398,3	10,6	9,6
Transferências de capital	1 314,3	1 730,9	1 153,0	1 186,7	29,3	28,6
DESPESA TOTAL DE CAIXA	4 476,0	6 054,9	3 935,1	4 149,2	100,0	100,0

FONTE: Banco Central e Comissão de Programação Financeira (MF).

dos gastos correntes que, a cada ano, absorvem maior parcela dos recursos totais. Em 1966, representavam 60% da despesa total; em 1967, cerca de 62%.

Não obstante os esforços do Governo no sentido de reduzir o desequilíbrio financeiro das entidades integrantes da administração descentralizada, existe apenas melhoria sensível em algumas, contrabalançada pela má situação em outras, de forma que continuam, a exemplo de anos anteriores, a observar, em gastos

correntes e de capital, cerca de 50% do dispêndio total do Tesouro.

Para a cobertura do deficit acumulado até setembro (NCr\$ 1 329,8 milhões — superior em termos reais e nominais ao de 1966), o Tesouro contou com os seguintes recursos líquidos: do Banco Central, redução de depósitos no valor de NCr\$ 55,6 milhões; do Banco do Brasil, absorção de depósitos no montante de NCr\$ 636,8 milhões; de colocação de Letras e obrigações junto ao público, NCr\$ 748,6 milhões.



BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, S. A.

Autorizado a funcionar por Dec. n.º 18374, de 28 de agosto de 1928 — C. Patente n.º 1262 — Matriz em P. Alegre — RS

RESUMO DO BALANCETE GERAL EM 5 DE OUTUBRO DE 1967

ATIVO		PASSIVO	
Em Caixa e no Bco. do Brasil S/A	17.387.811,81	Capital e Reservas	14.221.223,09
Depósito à ordem do Bco. Central	18.354.477,90	Depósitos	132.267.361,19
Titulos Descontados e Empréstimos	117.230.939,67	Titulos Redescontados	1.698.636,43
Empréstimo da Cart. Créd. Agrícola	14.000.698,30	Carteira Agrícola — Investimento	
Agências e Correspondentes	38.093.596,08	Estado	2.134.946,13
Outros Valores a Realizar	14.944.894,26	Agências e Correspondentes	45.802.158,45
Ed. de Uso, Imóveis e Outros Bens	10.223.856,06	Ordens de Pag. e Outros Créditos	28.306.195,41
Resultados Pendentes	6.890.602,15	Resultados Pendentes	12.696.365,53
Contas de Compensação	131.908.100,92	Contas de Compensação	131.908.100,92
	369.034.987,15		369.034.987,15

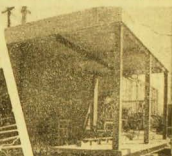
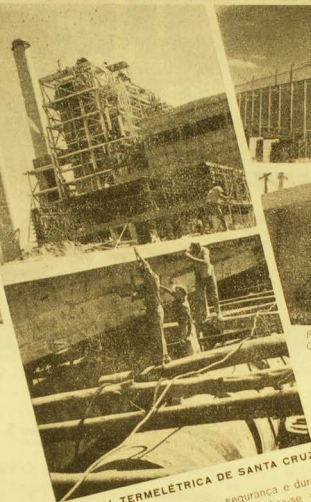
Gustavo Langsch — Diretor Presidente; Benedicto Antunes Sampaio — Diretor Vice-Presidente; Nestor Azambuja Guimarães — Diretor; Cláudio Alberto M. Eberte, — Diretor; Antônio Pires — Diretor; Alderico Massignan — Diretor; Coralino Lima — Diretor; Pedro Vasconcellos de Araújo — Sub-Chefe da Contabilidade — Contador CRCRS nº 1565.

A MAIOR REDE BANCÁRIA GAÚCHA

obras com cimento Mauá



CEANT-8



Projeto e construção de
CHRISTIANI NIELSEN

CENTRAL TERMELÉTRICA DE SANTA CRUZ

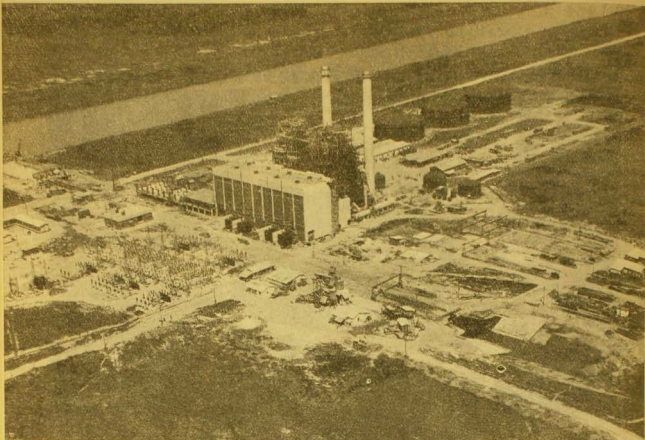
Nos projetos em que solidez, segurança e durabilidade são pontos fundamentais, utiliza-se de preferência o cimento portland Mauá — tradicionalmente afamado por sua qualidade insuperável. Ainda agora, a Central Termelétrica de Santa Cruz, obra de grande expressão industrial, foi totalmente construída com cimento Mauá.

O cimento Mauá supera
as especificações exigidas
para cimento Portland
no mundo inteiro.



CIA. NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

RIO DE JANEIRO



CENTRAL TERMELETRICA DE SANTA CRUZ — EST. GUANABARA
162.400 kw

ELETROBRÁS

Incorporada à Central Elétrica de Furnas S.A.

MONTAGEM
DA

PROJETOS
COMPLEMENTARES
DA



ENGENHEIROS

MONTADORES

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S.A.

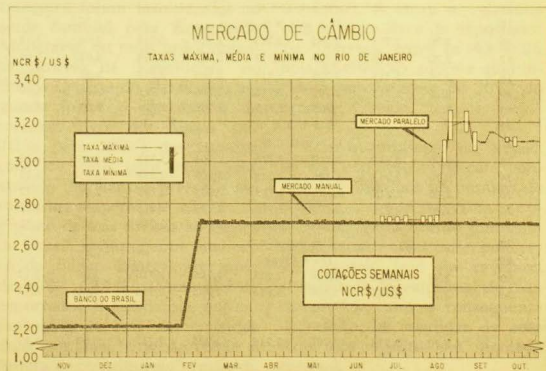
Rio de Janeiro — Brasília — São Paulo

Belém — Salvador — Curitiba — Porto Alegre

MERCADO CAMBIAL – COTAÇÕES DO PARALELO MAIS ESTABILIZADO

O desenvolvimento das cotações do mercado paralelo ou negro em outubro p. findo parece evidenciar as conseqüências de dois fatos. Em primeiro lugar, as forças de oferta e procura des-

locadas do mercado manual para o paralelo já se teriam equilibrado ou equiparado, resultando daí uma situação de “repouso” no mercado, com desenvolvimento ordenado e praticamente



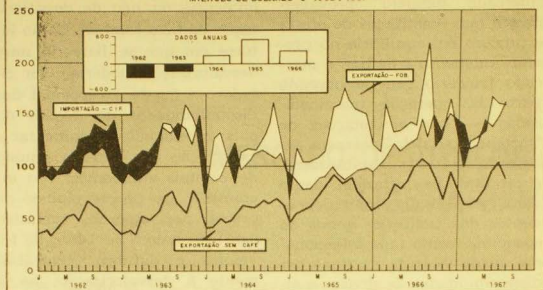
TAXAS DE CÂMBIO — OUTUBRO DE 1967

(NCr\$/US\$)

DIAS	MERCADO LIVRE				MERCADO MANUAL		MERCADO PARALELO	
	BANCO DO BRASIL		OUTROS BANCOS		COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA
	Compra	Venda	Compra	Venda				
1			D o m i n g o					
2	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,05	3,12
3	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,00	3,10
4	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,00	3,10
5	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,05	3,12
6	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,05	3,12
7			S á b a d o					
8			D o m i n g o					
9	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,00	3,10
10	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,00	3,10
11	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,05	3,12
12	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,05	3,12
13	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,00	3,08
14			S á b a d o					
15			D o m i n g o					
16	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,03	3,10
17	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,03	3,10
18	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,03	3,10
19	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,03	3,10
20	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,03	3,10
21			S á b a d o					
22			D o m i n g o					
23	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,05	3,12
24	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,05	3,12
25	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,05	3,12
26	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,05	3,12
27	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,05	3,12
28			S á b a d o					
29			D o m i n g o					
30	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,05	3,12
31	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,05	3,12
Média mensal	2,70	2,715	2,705	2,715	2,705	2,715	3,03	3,11

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

MILHÕES DE DÓLARES • 1962 / 1967



te estável das cotações. De fato, o mercado é um só, apenas se bipartiu quando as medidas de restrição à compra de moeda estrangeira foram introduzidas no setor cambial pela Autoridade Monetária, ou mais propriamente, através de Resoluções do Banco Central do Brasil. Em segundo lugar, o incremento da margem livre de divisas (de 10% para 30%) das exportações de café para negociação através dos bancos privados autorizados a operar em câmbio. O repasse de tais divisas ao Banco do Brasil, como agente financeiro do Banco Central, diminuiu de 90% a 70%, da cambial do exportador. É sabido que nas exportações de café são emitidas duas cambiais. Uma se refere à "quota de contribuição" (mais da

metade do valor da exportação do produto, por exemplo, numa saca exportada por US\$ 45,00, US\$ 25,00 são recolhidos pelo Governo). A outra se relaciona com a parte livre do exportador (a diferença entre os 45 e 25 dólares citados), sobre a qual incide a porcentagem de 70% do repasse referido.

Com a ampliação do "repasse" nas exportações de café, conforme já frisamos no número de outubro de CONJUNTURA ECONÔMICA, operações do mercado-negro seriam absorvidas pelo setor bancário, fato que revelaria a tendência do valor real da taxa de câmbio, com a conseqüente supressão das medidas de controle ora vigentes no mercado manual.

É importante, pois, notar --- corroborando as teses de que o "mercado paralelo" provavelmente tem suas forças de oferta e procura em equilíbrio no presente momento e de que o mercado bancário vem absorvendo parte das operações marginalizadas — que as cotações de "mercado paralelo" parecem ter atingido níveis estabilizados, cujas mutações estariam, daqui para frente, muito mais dependentes das condições gerais da economia, como taxa inflacionária, queda violenta no fluxo das disponibilidades de divisas e alternativas de investimento, do que propriamente da composição dos tomadores e vendedores de moeda.

De outra parte, vale ressaltar aspectos importantes quanto à iminência ou não de desvalorização da taxa cambial. Como fatores em que se basearia uma desvalorização, poderiam ser citados: a queda excepcional das disponibilidades de divisas do país; necessidade de aumentar a exportação e a entrada líquida de capitais autônomos; e o incremento de preços (índice de preços por atacado, exclusive café) da ordem de 14%, de fevereiro a outubro, contrariamente à desvalorização, há a certeza do Governo de que a medida teria repercussões extremamente negativas nas camadas populares.

BANCO BOAVISTA S. A.

UMA COMPLETA ORGANIZAÇÃO BANCARIA

•

**DEPÓSITOS — EMPRÉSTIMOS — DESCONTOS E OPERAÇÕES
DE CAMBIO EM GERAL**

•

Só opera no Rio de Janeiro

Capital e Reservas

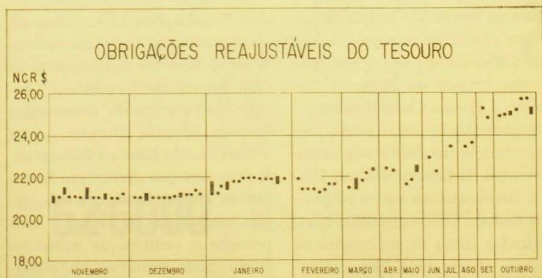
NCr\$ 21.563.546,68

MERCADO DE TÍTULOS — LIGEIRA BAIXA

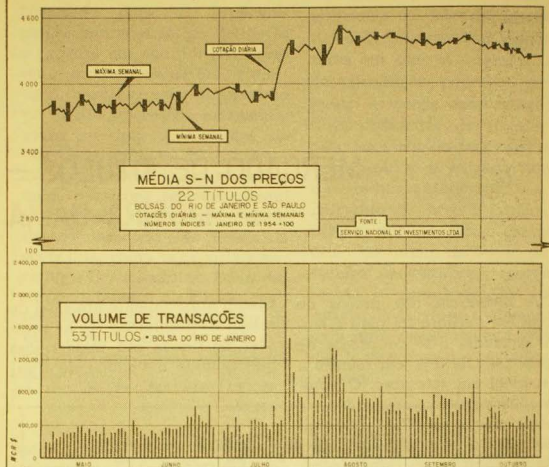
A tendência dos preços de ações em outubro foi para a baixa. A média S-N de preços de ações caiu de 3% em relação a seu nível em setembro. O volume dos negócios, que atingiu a média diária de NCr\$ 536 milhões, foi o menor desde julho. Em conjunto, êsses fatores cons-

tituem normalmente um sinal de relativa estabilidade — as pressões de venda são mais fracas que quando o volume de transações está estável ou em ascensão.

Os Fundos de Investimentos, do Decreto-lei 157, inverteram



MERCADO DE AÇÕES NAS BOLSAS DE VALORES



grandes somas até o fim de outubro, conforme os regulamentos em vigor, dando assim um pouco de firmeza ao mercado. Todavia, o Banco Central tornou a regulamentação mais liberal, removendo a limitação dos investimentos de tais fundos nas Bolsas, desde que as ações adquiridas tenham sido registradas e autorizadas como de sociedades de capital aberto pelo Banco Cen-

tral. Atualmente, 17 emissões estão registradas, das quais somente seis podem ser consideradas de fácil negociação nas Bolsas: *Artex, Manufatura de Brinquedos Estrêla, Mesbla, Duratex, Aços Villares e Cia. Carioca Industrial*. É provável que dentro em breve outras emissões negociáveis sejam registradas. O registro, que permite a compra de ações na Bolsa, pode tornar-se importan-

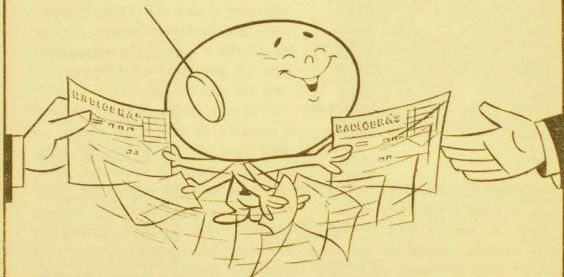
te fator de estabilização das cotações.

O mercado tem oscilado ao sabor de boatos insistentes acerca de desvalorização do cruzeiro, restrição de crédito e elevação das taxas de juros, fatores que se podem considerar prejudiciais a uma recuperação imediata. To-

davia, o interesse crescente das instituições pelo mercado e o fato de que as ações de algumas das principais sociedades anônimas brasileiras, em termos de crescimento de lucros, estão sendo negociadas nas Bôlsas a preços baixos continuam a atrair os investidores a longo prazo.

Telegramas diretos para o mundo inteiro

VIA **RADIOBRÁS**



DISQUE **52-6000**

Você pode ditar seu telegrama pelo telefone ou, se preferir, um mensageiro irá imediatamente buscá-lo

BANCO DE SÃO PAULO S/A

O MAIS ANTIGO ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO PAULISTA

Fundado em 1889

Sede: Rua 15 de Novembro, 347

Capital NCr\$ 12.000.000,00; Reservas NCr\$ 15.250.584,22

MATRIZ: SÃO PAULO

AGÊNCIAS:

NA CIDADE DE SÃO PAULO

Augusta	Ipiranga	Pinheiros
Aurora	Itaim	Rubino de Oliveira
Avenida Paulista	Jardim América	Santana
Belênzinho	Lapa	Santo Amaro
Brás	Liberdade	São João
Brigadeiro Luís Antônio	Marechal Deodoro	São Luís
Cambuci	Marquês de Paranaguá	Saúde
Consolação	Mercado	Tatuapé
Dom José	Moóca	Vila Mariana
Dom José Gaspar	Paraíso	Vila Prudente
Florêncio de Abreu	Penha	

NO ESTADO DE SÃO PAULO

Altinópolis	Itapeva	Pirassununga
Americana	Itápolis	Pompéia
Amparo	Itapuí	Presidente Prudente
Araçatuba	Itararé	Ribeirão Preto
Araraquara	Ituverava	Santo André
Barretos	Jales	Santos
Batatais	Jardinópolis	São Bernardo do Campo
Bauru	Jundiá	São Caetano do Sul
Campinas	Leme	São Carlos
Catanduva	Limeira	São João da Boa Vista
Cedral	Marília	São Joaquim da Barra
Colina	Mogi das Cruzes	São José da Bela Vi-ta
Dois Córregos	Nova Granada	São José do Rio Preto
Dracena	Orlandia	Saudade (Rib. Preto)
Franca	Osasco	Sertãozinho
Garça	Osvaldo Cruz	Sorocaba
Getulina	Patrocínio Paulista	Taubaté
Guira	Pederneiras	Valparaíso
Guarulhos	Pindorama	Vargem Grande do Sul
Ibitinga	Piracicaba	Vila Tibério (Rib. Preto)

NO ESTADO DA GUANABARA

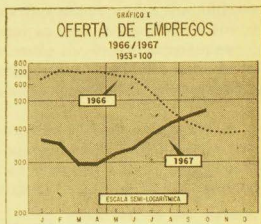
Rio de Janeiro

NO ESTADO DO PARANÁ

Apucarana	Maringá
Arapongas	Paranaguá
Jacarezinho	Paranavaí
Londrina	

MERCADO DE EMPREGOS — FIRME COM CAUTELA

Continua a firmar-se a procura de pessoal nas empresas paulistas, vista através dos anúncios publicados na imprensa (GRÁFICO 1). De um ponto baixo, no primeiro trimestre, cresceu constantemente a oferta de empregos, não havendo, no momento, indicação de que ela permaneça estacionária. Ainda falta muito para que se alcance a situação do início do ano passado, quando se ultrapassaram todos os níveis anteriores, o que indica grande cautela de parte das firmas, relativamente aos seus quadros de pessoal. As duas crises pós-revolucionárias (meados de 1965 e fins de 1966 — início de 1967), juntamente com a forte redução do lucro em muitas empresas ou verificação de prejuízos em outras, fizeram com que os esforços de racionaliza-

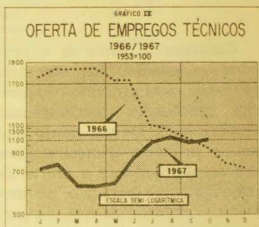
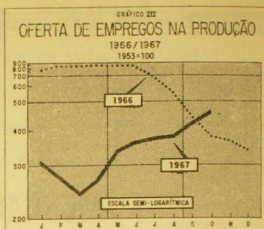
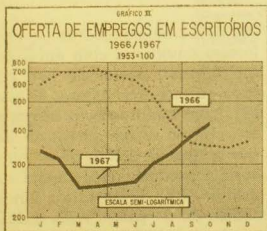


ção na administração de pessoal fôssem envidados com entusiasmo bastante maior do que em anos precedentes. Muitas firmas têm hoje quadros bem menores em relação à sua produção do que antes de 1964/65 e, embora a produtividade média da mão-de-obra direta esteja ainda abaixo da de países mais industrializados, a mão-de-obra indi-

reta decresce continuamente, o que importa em razoável aumento da produtividade global.

Acresce que as empresas parecem estar procurando trabalhar abaixo do nível de encomendas recebidas, sem dúvida para evitar um excessivo aumento da produção, com receio de uma eventual queda das vendas, de danosos efeitos sobre os estoques. Tal efeito contribuirá para manter estável a economia, sem interferir na tendência de lento acréscimo, verificada a longo prazo. Por outro lado, essa estabilidade talvez venha a atrair novos investimentos, com as suas conseqüências favoráveis sobre o nível da atividade econômica global.

A procura de pessoal burocrático (GRÁFICO II), que acompanha o ritmo geral, é pequena, não havendo sinais de que se chegue



a oferecer grande número de vagas. No setor de produção industrial, o crescimento é mais rápido, conquanto esteja ainda baixo o nível geral. Em grande parte isso se deve a que vagas na produção são mais comumente preenchidas — em época de disponibilidade de mão-de-obra — às portas das fábricas, do que por anúncios. Uma vez empregada a mão-de-obra qualificada,



sobe rapidamente o número de vagas oferecidas por anúncios, sem que isso implique em igual aumento de vagas.

Ainda é relativamente baixa a oferta de pessoal em cargos téc-

nicos (GRÁFICO IV), situação que não abre perspectivas favoráveis para o futuro. Seria de desejar que as empresas desenvolvessem maiores esforços nos setores técnicos, de racionalização e projetos, o que implica, a longo prazo, em substancial aumento da produtividade. Por outro lado, depois de longo período de apatia no setor de vendas, parece haver hoje nova animação (GRÁFICO V), em parte causada pela proximidade do fim de ano, que sempre significou aumento na oferta de empregos no setor. O nível que agora se atingiu é bem superior ao máximo anteriormente registrado.

AIR FRANCE...

já é **PARIS**
que vem ao seu alcance.

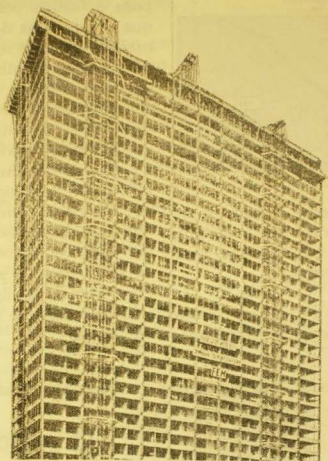
...e PARIS, encruzilhada europeia e coração da rede aérea da Air France, é, certamente, o sonho dourado de suas próximas férias - maravilhosa oportunidade de alguns dias na doçura de viver na capital da França.

Não hesite em informar-se, ainda hoje mesmo, sobre as facilidades que lhe oferece a Air France para sua próxima viagem à França ou à Europa - seu Agente de Viagens lhe dará todas as informações necessárias.

à votre service

AIR FRANCE

A MAIOR REDE AÉREA DO MUNDO



**A Fábrica de Estruturas Metálicas
da Companhia Siderúrgica
Nacional produziu e montou a
estrutura do Edifício Avenida
Central, no Rio, a mais
alta da América do Sul.**

Seja qual for o seu ramo de construção, a Fábrica de Estruturas Metálicas resolve o problema das estruturas. Ela está organizada e preparada para projetar, detalhar, fabricar e montar qualquer tipo de estrutura metálica. Traga o seu problema e converse com nossos engenheiros e projetistas. Eles o solucionarão, com muito prazer.

Que é que você tem para construir?

FEM
FÁBRICA DE ESTRUTURAS METÁLICAS
Avenida Treze de Maio, 13 - B. - andar

PREÇOS — FAVORÁVEL O COMPORTAMENTO

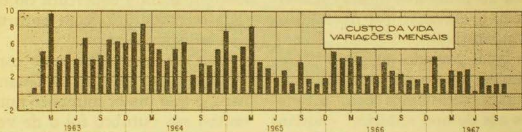
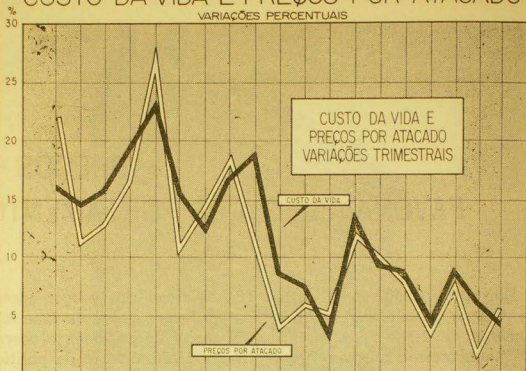
Em outubro último, o custo da vida na Guanabara acusou o aumento de 1,1%, contra . . . 1,6% no mesmo mês de 1966. Nos 10 primeiros meses do exercício, a elevação foi de 22,6%, comparativamente aos 37,4% de igual período de 1966. Também os preços por atacado mostraram acréscimos bem inferiores aos do ano anterior: enquanto até outubro de 1966 foi de 36,0%, nos últimos 10 meses alcançou 19,0%, isto é, quase a metade daquela cifra. Em outubro os preços por atacado subiram 2,2% em cotejo com os 2,5% no mesmo mês de 1966. Espera-se que até o fim do ano a elevação, tanto do custo da vida como dos preços por atacado, não ultrapasse os 25%. Este resultado, que só não foi obtido nos 3 últimos anos, em virtude da correção da política de conten-

ção artificial dos preços adotada por longos anos e da expansão dos meios de pagamento ocorrida em 1965, é fruto da política monetária e da cobertura do déficit orçamentário com recursos não inflacionários.

Dos 7 agregados que compõem o custo da vida na Guanabara, o que maior aumento apresentou em outubro foi o de vestuário, com 2,2%. Entretanto, a habitação, com 1,4%, teve mais influência no global em fase de seu maior peso. Foi porém a alimentação, com 1,2%, que maior pressão exerceu sobre o custo da vida, dada a grande percentagem com que participa do índice total. Neste item os incrementos mais significativos foram os dos ovos (8,1%) e carnes frescas (6,3%), contrabalançados em parte pela redução nas frutas (3,3%), vegetais frescos

CUSTO DA VIDA E PREÇOS POR ATACADO

VARIAÇÕES PERCENTUAIS



(3,0%) etc. Os outros agregados tiveram acréscimos inferiores à média, sendo de notar que os serviços públicos ficaram inalterados durante todo o decorrer do mês. Nos 10 primeiros meses do ano, o grupo habitação apresentou acréscimo bem superior aos demais (40,9%), principalmente por causa da correção paulatina da política de congelamento mantida por mais de 20 anos. Por outro lado, o item ali-

mentação tem sido o único responsável por este resultado bem melhor que o de 1966, pois acusou somente 13,4% de aumento nestes 10 meses, enquanto os restantes itens apresentaram acréscimos superiores ao do índice global. Deve-se isto às boas safras obtidas no ano em curso.

Se excluirmos o café dos preços por atacado, teremos dados ainda melhores do que os acima referidos. No mês em análise, o

incremento foi de 2,1%, em confronto com os 2,7% de igual mês de 1966. Nos 10 últimos meses, temos 18,6% contra 40,0% em idêntico período do ano p. findo. A influência das boas safras aludidas se nota igualmente em relação aos preços por atacado. Os produtos agrícolas e os gêneros alimentícios nesta dezena de meses foram os agregados que menor elevação mostraram — ambos com 16,6%. Esta tendência é observada pelas matérias-primas, que acusaram 17,5% de acréscimo.

Os produtos industriais, porém, foram os que pressionaram o índice geral para cima, com 21,0% de incremento. Neste final de ano, a tendência se inverteu, em parte porque já alcançamos o período de entressafra para a maioria dos produtos agropecuários. No mês de outubro, os produtos industriais foram o grupo que sofreu aumento menor que o global, 1,2%. As matérias-primas (3,3%), os produtos agrícolas (3,2%) e os gêneros alimentícios (2,8%) tiveram acréscimos maiores que o índice total.

FICREI S.A.

- EMPRESA DE CAPITAL ABERTO
(Certificado de 17/3/67 do B.C.B.)
- Agente Financeiro do FINAME

LETRAS DE CÂMBIO FICREI

- Com correção monetária pré-fixada.
- Alta rentabilidade.
- Sólidas garantias.
- Liquidez absoluta.

LETRAS IMOBILIÁRIAS FICREI

- Garantidas pelo B.N.H. e pela CIA. FICREI DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO.
- Os juros de 8% a.a., mais a correção monetária, são pagos trimestralmente.
- As LETRAS IMOBILIÁRIAS FICREI, são títulos ao portador e isentas de imposto de renda.

AÇÕES: veja os dividendos pagos pelas ações da FICREI

1964	18%
1965	25%
1966	30%

Correspondente particular:

GUANABARA

Av. Pres. Vargas, 590 - 13.^o
Fone: 23-0430

CAPITAL E RESERVA
NCR\$ 4.544.180,51

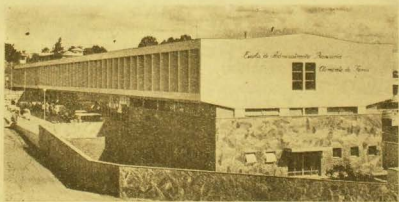


FINANCIAMENTO, CRÉDITO E INVESTIMENTO
FICREI S.A.

R. Dr. Bozano, 1302 - Sta. Maria - R.G.S.
Carta de autorização nº 164 de 16/12/63
C.G.C. nº 95.592.887/1



Quando um funcionário do Banco da Lavoura de Minas Gerais demonstra excelentes condições para ser gerente, nós o afastamos imediatamente.



V. não imagina o valor que nós damos àquela plaquinha que diz "Gerente".

Ninguém senta atrás dela sem antes aprender muito bem uma coisa: que o lado mais importante é o outro.

Lá onde fica v., toda a vez que vai encontrar o gerente, esperando ouvir dele uma solução para o seu problema.

É para isso que existe a nossa Escola de Administração Bancária Clemente de Faria.

Aliás, costumamos dizer que ela não forma apenas gerentes, mas conselheiros de negócios.

Nós achamos muito justo que um bom número

Ele passa 50 dias aqui, aprendendo a não dizer apenas não, não, não...

Curso de Formação de Gerentes, o único na América.

V. também vai achar justo que sejamos rigorosos assim, no dia em que fôr falar com o gerente e não encontrar um ex-caixa, ex-escriturário, ex-arquivista.

É encontrar somente aquilo que v. esperava: um gerente em quem v. pode confiar.

Pois não vai ficar só dizendo não, não, não...

de nossos funcionários sonhar um dia sentar atrás de uma dessas plaquinhas.

Mas antes, eles têm de passar aqueles 50 dias no nosso

EMISSÕES DE CAPITAL – EM NÍVEL ELEVADO

Pela terceira vez este ano as emissões de capital das sociedades anônimas atingiram nível superior a 1 bilhão de cruzeiros novos, cifra nunca alcançada até abril último, quando ocorreu pela primeira vez recorde tão significativo. Contribuíram substancialmente para êsses resultados não só as correções monetárias do ativo, como as subscrições em dinheiro, que se encontram anormalmente elevadas. De janeiro a setembro de 1967 já contamos NCr\$ 7.477,6 milhões em emissões de capital, ou seja, mais 70,9% em relação às de igual período de 1966, que ficaram em NCr\$ 4.375,3 milhões (ver QUADRO III). Note-se que o aumento médio dos preços por atacado de um para o outro período foi de 26,1%.

Em setembro p. passado as emissões de capital somaram NCr\$ 1.004,2 milhões, contra NCr\$ 901,5 milhões e NCr\$ 656,2 milhões em agosto deste ano e em setembro de 1966, respectivamente. Os dois tipos de acréscimos de capital acima citados são responsáveis por 83,4% do montante global (ver QUADRO I). Se subtrairmos do total das emissões as reavaliações de ativo, que são simples incrementos nominais de capital, teremos, em setembro, 507,1 milhões de cruzeiros novos, em cotejo com a média mensal dos últimos 12 meses de 350,1 milhões.

As correções monetárias do ativo montaram a NCr\$ 497,1 milhões, enquanto em agosto de 1967 e setembro de 1966 totali-

I — EMISSÕES DE CAPITAL — SETEMBRO

(Em NCr\$ 1 000)

UNIDADES FEDERADAS	TOTAL GERAL	NOVAS SOCIE- DADES	AUMENTO DE CAPITAL MEDIANTE:					
			Total	Subscrição em dinheiro	Incorporação de reservas	Incorporação de C/C	Reavaliação de ativo	Outras operações
Alagoas	101,0	1,0	100,0	100,0	—	—	—	—
Amazonas	376,4	—	376,4	83,2	63,3	—	229,9	—
Bahia	39 453,2	82,0	39 371,2	20 881,1	2 464,1	208,6	15 575,2	252,2
Ceará	9 282,1	285,0	8 457,1	6 348,1	1 402,4	—	706,6	—
Distrito Federal	808,3	444,0	364,3	250,0	—	—	114,3	—
Espírito Santo	2 042,9	100,0	1 942,9	950,0	146,5	—	846,4	—
Goiás	4 917,6	110,0	4 807,6	1 500,0	418,9	142,1	2 746,6	—
Guanabara	122 687,9	3 825,0	118 862,9	24 592,7	37 293,7	5 822,7	50 478,8	675,0
Mato Grosso	8 559,4	3 615,0	4 944,4	2 599,3	25,0	—	1 949,3	370,8
Minas Gerais	2 846,5	553,6	2 292,9	26,0	120,0	80,0	2 066,9	—
Paraíba	5 006,4	521,0	4 485,4	3 778,4	358,5	—	348,5	—
Paraná	13 966,1	4 895,0	9 071,1	1 414,2	905,9	485,0	5 977,6	288,4
Pernambuco	27 854,4	345,0	27 509,4	12 267,1	1 464,0	662,2	13 058,6	57,5
Rio de Janeiro	5 847,1	—	5 847,1	1 400,0	843,1	13,6	3 009,1	581,3
R. G. do Norte	3 143,8	1,0	3 142,8	1 914,7	323,3	—	904,8	—
R. G. do Sul	17 472,1	2 400,0	15 072,1	5 900,0	2 105,6	407,0	6 659,5	—
Santa Catarina	8 109,2	50,0	8 059,2	975,5	764,5	—	6 319,2	—
São Paulo	731 129,5	9 762,1	721 367,4	255 069,3	36 034,0	12 043,0	386 002,9	32 218,2
Sergipe	636,0	—	636,0	115,0	384,6	—	136,4	—
TOTAL	1 004 239,9	27 529,7	976 710,2	340 164,6	85 117,4	19 864,2	497 120,6	34 443,4

FONTE: Diários Oficiais.

II — EMISSÕES DE CAPITAL — SETEMBRO DE 1967
(NCr\$ 1 000)

UNIDADES FEDERADAS	RAMOS DE ATIVIDADE											
	BANCOS E SEGUROS		COMERCIAL		IMOBILIÁRIO		INDUSTRIAL		SERVIÇOS PÚBLICOS		DIVERSOS	
	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital
Alagoas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,0	100,0
Amazonas	—	—	—	33,0	—	—	—	193,4	—	—	—	150,0
Bahia	—	6 350,0	—	1 069,5	—	300,0	50,0	30 798,7	30,0	—	2,0	853,0
Ceará	—	218,3	360,0	508,0	—	—	427,0	2 730,8	35,0	5 000,0	3,0	—
Distrito Federal ..	—	—	45,0	114,3	—	50,0	10,0	—	—	—	389,0	200,0
Espírito Santo ..	—	900,0	—	225,0	—	—	—	817,9	—	—	100,0	—
Goiás	—	2 500,0	—	722,6	—	—	110,0	1 444,0	—	—	—	141,0
Guanabara	—	8 792,0	—	420,0	130,0	1 920,0	3 615,0	100 869,9	—	1 250,0	80,0	5 611,0
Mato Grosso	—	—	—	—	—	508,0	260,0	—	—	990,0	3 355,0	3 446,4
Minas Gerais ...	—	—	—	147,0	—	—	500,0	2 029,7	41,6	116,2	12,0	—
Paraíba	—	2 880,0	—	—	—	—	511,0	1 142,0	—	—	10,0	463,4
Paraná	—	—	650,0	3 654,4	5,0	65,2	4 040,0	4 031,5	—	—	200,0	1 320,0
Pernambuco	—	3 838,0	262,0	4 140,0	—	691,6	82,0	16 988,3	—	—	1,0	1 851,5
Rio de Janeiro ..	—	95,0	—	67,9	—	30,0	—	4 813,6	—	310,0	—	530,6
R. G. do Norte ..	—	—	—	539,0	—	—	—	2 603,8	—	—	1,0	—
R. G. do Sul	—	6 710,0	—	1 542,0	—	—	2 200,0	4 878,4	—	243,6	200,0	1 698,1
Santa Catarina ..	—	—	50,0	118,0	—	127,0	—	2 163,2	—	5 651,0	—	—
São Paulo	—	16 655,6	1 500,0	14 004,8	4 060,0	—	1 616,6	208 972,0	230,0	460 135,6	2 355,5	21 599,4
Sergipe	—	—	—	—	—	—	—	626,0	—	10,0	—	—
TOTAL	—	48 938,9	2 867,0	27 305,5	4 195,0	3 691,8	13 421,6	385 103,2	336,6	473 706,4	6 709,5	37 964,4

experiência



Experiência... eficiência... segurança. Tudo que um grande Banco lhe possa oferecer, você encontra nos serviços do Banco Irmãos Guimarães S.A. Nosso pessoal é treinado para dar-lhe um tratamento de amigo para amigo. De ano para ano, o número de nossos depositantes só faz aumentar cada vez mais. Pergunte a um de nossos clientes o que acha de nossos serviços. Depois venha ver-nos. Verá por que, há 30 anos, nós fazemos bons amigos... com bons serviços!



Dê sua preferência ao

BANCO IRMÃOS GUIMARÃES S. A.

Capital e Reservas:
mais de NCr\$ 22.000.000,00

11.481

zaram NCr\$ 343,3 milhões e NCr\$ 395,5 milhões, respectivamente. Este tipo de elevação de capital apresentou em abril sua maior quantia (NCr\$ 1.317,4 milhões), caindo em seguida para pouco menos da metade, mas permanecendo ainda acima da correspondente média mensal dos 12 meses anteriores. Aguarda-se, entretanto, queda para os próximos meses, pois as reavaliações a serem realizadas pelas sociedades de economia mista, de acordo com o Decreto-lei 62/66, já o foram em sua maioria.

As subscrições em dinheiro também se encontram altas. Os estímulos criados pelos Decretos-leis 157 e 238/67 parecem apresentar seus efeitos. No mês em análise tais subscrições acusaram 340,2 milhões de cruzeiros novos, contra 439,9 milhões em agosto de 1967 e 154,5 milhões em setembro de 1966. As incorporações de reservas próprias e de acionistas, estas mantidas até então em conta corrente, atingiram NCr\$ 105,0 milhões, em comparação com os NCr\$ 87,6 milhões de agosto de 1967 e os NCr\$ 82,8 milhões de setembro de 1966. As outras operações, consideradas como tal as incorporações de empresas de outro tipo que não sociedade anônima, as incorporações de bens etc.,

III — EMISSÕES DE CAPITAL — JANEIRO A SETEMBRO DE 1967
(Em NCr\$ 1 000)

UNIDADES FEDERADAS	TOTAL	FUNDAÇÕES	AUMENTO
Bahia	183 108,6	18 182,7	164 925,9
Distrito Federal	412 863,8	100 564,0	312 299,8
Guanabara	2 558 812,8	105 984,9	2 452 827,9
Minas Gerais	497 267,3	5 625,8	491 641,5
Paraná	165 916,4	14 376,0	151 540,4
Pernambuco	117 540,2	1 910,4	115 629,8
R. G. do Sul	249 135,0	17 742,0	231 393,0
Santa Catarina	52 094,6	775,9	51 318,7
São Paulo	2 944 621,8	66 691,8	2 877 930,0
Outros	296 200,0	43 315,7	252 884,3
TOTAL	7 477 560,5	375 169,2	7 102 391,3

FONTE: Diários Oficiais.

apresentaram 34,4 milhões de cruzeiros novos, valor 2,5 vezes a média mensal do período compreendido entre setembro de 1966 e agosto deste ano, que foi de 13,7 milhões. Estas operações costumam oscilar com grande afastamento da média, porém não é comum o aqui apresentado. Fundaram-se em setembro 97 sociedades anônimas com o capital de NCr\$ 27,5 milhões, ao mesmo tempo em que 810 outras elevaram seus capitais em NCr\$ 976,7 milhões. Duas sociedades anônimas foram autorizadas a emitir debêntures, isto é, títulos de dívida a prazo e juros fixos, no montante de NCr\$ 1,8 milhão.

As emissões em estudo tiveram a seguinte composição: 49,5% provieram das reavaliações de ativo; 33,9% das subscrições em dinheiro; 10,5% das incorporações de reservas; 3,4% das outras operações; e os restantes 2,7% das novas sociedades. No que tange aos ramos de atividade, os serviços públicos foram o item que mais contribuiu para as emissões de setembro, com 47,2%; a indústria vem em 2.º lugar, com 39,7%; os bancos e securitários com 4,9% ocuparam o 3.º lugar, seguidos de diversos pequenos ramos com 4,4%, do comércio com 3,0%, e do imobiliário com o resíduo de 0,8%.



Uma residência
ou um edifício
de 34 andares
merecem o
mesmo cuidado.

Exagêro?



O edifício é o "Avenida Central", na Avenida Rio Branco (GB) e se ergue sobre 172 perfis metálicos de 18,60 m para carga até 25 t e 95 tubulões com camisas de aço para carga até 1.250 t. A residência foi construída na Rua Itiquira, 125 (GB) sobre 23 estacas de 350 mm com 11,85 m de comprimento médio para carga até 50 t. Mas o nome que subscreve ambas as fundações é o mesmo: Franki. E a responsabilidade com que essas fundações foram estudadas, calculadas e executadas é também a mesma. Para Franki, tanto faz que a obra seja um arranha-céu, uma ponte, uma refinaria, uma residência: é sempre igual o cuidado com que estuda e realiza a melhor solução técnica e econômica para as fundações.

FRANKI
fundações ■ infra-estruturas

Estacas Franki Ltda. Matriz: Av. Rio Branco, 311 - 10.º and. tel.: 22-7630 e 52-6659 - Rio de Janeiro. Sucursal: Rua Marquês de Itú, 266 - 5.º and. - tel.: 36-3790 - São Paulo. Filiais: Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília, Salvador e Recife. Agentes em Vitória, Belém, Goiânia e Juiz de Fora.

INSOLVÊNCIAS — CONTINUA MELHORANDO

Graças ao vagaroso crescimento dos compromissos vencidos e à reanimação dos negócios em numerosos setores, os devedores por papéis comerciais puderam, nas principais praças, atender em outubro as suas obrigações financeiras em melhor escala do que no mês anterior. Os resultados ainda incompletos indicam que o protesto de títulos se situou quase 5% abaixo do nível de setembro. O número de falências e concordatas por enquanto noticiadas como tendo sido requeridas em outubro tão pouco alcançou a quantidade correspondente do mês anterior.

Esta melhoria já se faz sentir há algum tempo. Na Guanabara continuou a declinar em setembro a falta de pagamento de títulos. Deixaram de ser liquida-

das então 2,9 mil promissórias e duplicatas no valor de NCr\$ 1,5 milhão, contra 3,3 mil por NCr\$ 1,9 milhão em agosto. Em São Paulo a situação permaneceu praticamente estacionária. Os responsáveis não atenderam o pagamento de 11,9 mil papéis perfazendo NCr\$ 5,9 milhões em comparação com 11,8 mil no total de NCr\$ 5,3 milhões no mês anterior. A incidência de falências e concordatas melhorou, entretanto. Deram entrada na justiça 141 processos falimentares, contra 220 no mês anterior. No Rio de Janeiro foi pedida a insolvência de 48 firmas (igual número em agosto).

TENDÊNCIA FAVORÁVEL NA
GUANABARA

Conforme já adiantamos
(ver "Conjuntura Econômica" de

outubro último), em agosto deram entrada na justiça 48 requerimentos de insolvência no Rio de Janeiro e 220 em São Paulo. Na primeira praça trata-se de 44 falências e 4 concordatas e na segunda de 203 e 17 respectivamente (ver QUADRO I). Às falências continua a corresponder elevada parcela dos insucessos (quase 90% no mês analisado). Segundo indica, todavia o GRÁFICO, a incidência máxima de insolvências na presente fase evolutiva foi ultrapassada em ambas as cidades pesquisadas. O período março/abril se mostrou o mais desfavorável para a Gua-

nabara e maio/junho para São Paulo. Cumpre ainda chamar a atenção para o contraste com o ano anterior. Em 1966 o número de falências e concordatas solicitadas, segundo se verifica no GRÁFICO, seguiu até agosto um curso em ascensão constante.

O nosso conhecimento das variações sazonais do protesto de títulos e dos coeficientes de vulnerabilidade ou de insolvência efetiva permite estimar os resultados prováveis até o fim do corrente ano. À base das observações feitas até agosto, deverão ser levados a protesto no Rio de

I — FALÊNCIAS E CONCORDATAS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO
AGOSTO DE 1967

PRAÇA E PERÍODO	FALÊNCIAS			CONCORDATAS		
	Reque- ridas	Decre- tadas	Dene- gadas	Reque- ridas	Defe- ridas	Dene- gadas

RIO DE JANEIRO:

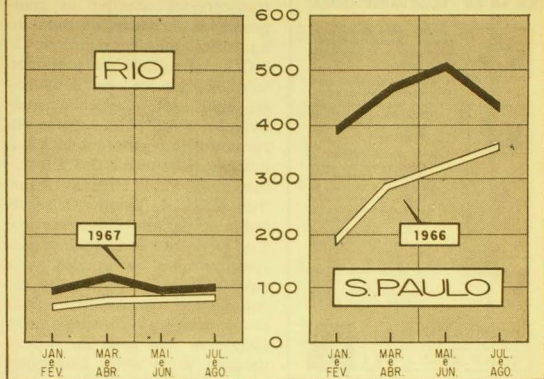
Agosto de 1967	44	8	10	4	2	1
Janeiro a agosto de 1967	351	69	89	54	49	30
Janeiro a agosto de 1966	235	42	49	70	54	17

SÃO PAULO:

Agosto de 1967	203	31	1	17	14	—
Janeiro a agosto de 1967	1 603	228	4	185	182	1
Janeiro a agosto de 1966	992	134	2	175	123	1

FONTE: Cartórios.

NÚMERO DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS REQUERIDAS



Janeiro em 1967 cêrca de 47 mil títulos, o que implica na falta de liquidação de 3,8 mil promissórias e duplicatas em cada um dos 4 meses restantes, em média, contra 4 mil até agosto. É de prever ainda que seja pedida mensalmente a falência ou concordata de 42 firmas (média nos 8 meses transatos: 51). Para São Paulo uma projeção semelhante deixa antever o protesto de 16 mil títulos (média anterior: 14 mil) e o início de 248 processos falimentares ao mês, de setembro a dezembro (224 até agosto).

MELHOR LIQUIDEZ EM ALGUNS RAMOS

Durante o ano em curso diminuiu tanto a quantidade como o montante global de promissórias e duplicatas de valor unitário elevado não pagas pelos responsáveis. Ao mesmo tempo aumentou o número e o total dos papéis protestados, que haviam sido emitidos por quantias moderadas (ver QUADRO II). Levando ainda em conta o índice de solvência pouco satisfatório nos meses transatos, é de concluir que os estabelecimentos de crédito não mostraram última-

3a8 DÉCIMOS % SOBRE O VALOR DA MERCADORIA!



É o que custará guardá-la com toda a segurança dentro das mais modernas técnicas de armazenagem.



- Sobre a mercadoria depositada poderá ser emitida um "warrant" que é aceito pelos Bancos e por Companhias de Investimento e Financiamento.



- Os serviços GRUMEY incluem: transbordo, carga, descarga, transporte de qualquer mercadoria e colocação de maquinaria pesada em suas bases. Os talões de peso certificado emitidos pela nossa Balança são aceitos em qualquer parte.



- Os serviços GRUMEY dispõem de um Pôsto de serviço para lubrificação em qualquer tipo de veículo.

GRUMEY S.A.

ARMAZENAMENTO DE QUALQUER TIPO
Praça de São Cristóvão, 24 e 34
Tel: 54-1501 e 34-4973 - Rio - Gb



consideradas os particulares e os devedores do setor de bens de consumo conseguiram nos meses transcorridos atender os compromissos de vulto, de maneira a provocar um decréscimo de . . NCr\$ 1,4 milhão de prejuízos sofridos pelos credores. A melhoria total neste particular, atribuível a todos os devedores em conjunto, importou em NCr\$ 2 milhões, dos quais NCr\$ 1,9 milhão a São Paulo e NCr\$ 0,1 milhão ao Rio de Janeiro. Os resultados acima bem ilustram a importância predominante dos compromissos assumidos por pessoas físicas e pelos produtores, respectivamente distribuidores de artigos de consumo, mormente os com sede na capital paulista. É de notar ainda que entre 1966 e 1967 (8 meses em cada ano) a importância média de um título de valor unitário alto levado a protesto aumentou na Guanabara de NCr\$ 9 mil

mente excessiva liberalidade na concessão de financiamentos vultosos. Segundo indica o QUADRO III, em ambas as praças

II — PROTESTO DE TÍTULOS SEGUNDO O VALOR UNITÁRIO JANEIRO A AGOSTO — 1966/67 (NCr\$ milhares)

PRAÇA E VALOR INDIVIDUAL	1967	1966
RIO DE JANEIRO:		
Títulos de valor moderado	14 563	8 569
" " " elevado	4 122	4 271
SÃO PAULO:		
Títulos de valor moderado	48 239	27 822
" " " elevado	8 059	9 917

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Cartórios.

III — TÍTULOS VULTOSOS PROTESTADOS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO

SEGUNDO A CATEGORIA DOS DEVEDORES

JANEIRO A AGOSTO — 1966/67

(Valôres em milhares de NCr\$)

DEVEDORES	RIO DE JANEIRO				SÃO PAULO			
	1967		1966		1967		1966	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Bens de Consumo	68	1 022	167	1 356	89	2 368	270	2 944
Bens de Produção	23	1 026	99	956	45	930	112	1 422
Ramos Imobiliários	19	355	36	316	16	779	33	775
Particulares	40	928	106	1 096	81	1 815	245	2 148
Indeterminados	28	395	21	214	77	1 618	126	1 867
Diversos	38	396	33	333	30	549	78	761
TOTAL	216	4 122	462	4 271	338	8 059	864	9 917

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Cartórios.

IV — TÍTULOS VULTOSOS PROTESTADOS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO

PRINCIPAIS DEVEDORES — JANEIRO A AGÔSTO — 1966/67

RIO DE JANEIRO			SÃO PAULO		
DEVEDORES	1967	1966	DEVEDORES	1967	1966
Particulares	928	1 096	Particulares	1 815	2 148
Máquinas/Equipamentos	669	618	Gêneros alimentícios	950	311
Gêneros alimentícios	415	325	Construção civil	664	147
Gráficas	317	25	Vestuário	617	617
Imp./Export. e Represent.	283	193	Imp./Export. e Represent.	588	725
Construção civil	203	302	Veículos	553	897
Vestuário	15	395	Transportes	206	22
Aparelhos domésticos	33	225	Material p/ construção	93	581
Vidro	—	205	Máquinas e equipamentos	66	511
			Artefatos metais	—	450
			Agropecuária	98	365

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Cartórios.

V — TÍTULOS PROTESTADOS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO
AGOSTO DE 1967

Número em milhares — Valores em NCr\$ 1 000

PRAÇA E PERÍODO	PROMISSÓRIAS		DUPLICATAS		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
RIO DE JANEIRO:						
Agosto de 1967	1,3	1 167	2,8	683	3,3	1 850
Janeiro a agosto de 1967	10,1	9 665	22,0	9 020	32,1	18 685
Janeiro a agosto de 1966	9,2	6 690	17,6	6 150	26,7	12 840
SÃO PAULO:						
Agosto de 1967	5,4	3 152	6,4	2 174	11,8	5 326
Janeiro a agosto de 1967	47,3	32 793	66,9	23 505	114,2	56 298
Janeiro a agosto de 1966	33,8	21 266	50,0	16 472	83,8	37 739

FONTE: Cartórios.

para 18 mil e em São Paulo de NCr\$ 11 mil para 23 mil.

Uma comparação dos principais devedores faltosos no corrente ano e no anterior nos permite obter uma noção aproximada da conjuntura válida para os diferentes ramos de atividade. No Rio se agravou a posição de 4 grupos de firmas (Máquinas e Equipamentos, Alimentos, Gráficas e Editôras e Representações, Importação/Exportação) e melhorou a de outros 4 (Construção, Vestuário, Aparelhos Domésticos e Vidro). Em São Paulo aumentou o valor de títulos vultosos não liquidados por

casas de 3 ramos (Alimentos, Construção e Transportes) e diminuiu o montante referente a 6 outros setores (Representações, Importação/Exportação, Veículos, Materiais de construção, Máquinas e Equipamentos, Artefatos de metais e Agropecuária). Estas observações mostram que uma evolução similar ocorreu nas duas praças para alguns ramos e tendências contrastantes em relação a outros. Isto se explica, em parte, pelo predomínio da atividade de fabricação em São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro prevalece a comercialização dos bens já produzidos.

Companhia Docas de Santos

EXTRATO DO RELATÓRIO DA DIRETORIA CORRESPONDENTE AO ANO DE 1966

O ano de 1966 caracterizou-se por estabelecer novo recorde no movimento de mercadorias no pórtio de Santos, que alcançou 13.972.127 t, superior em 1.014.036 t ao do ano de 1965.

Também novo recorde mensal verificou-se em agosto, quando foram movimentadas 1.340.568 t de carga.

Sem dúvida, este recorde na movimentação e a ausência de congestionamento se devem à instituição do regime de dois períodos normais de trabalho e à perfeita ordem e disciplina com que se realizaram os serviços portuários, graças ao eficiente trabalho de todos os empregados no pórtio.

De conformidade com o disposto na Lei n.º 4.357, de 16 de julho de 1964, e no artigo 68 da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, procedemos à correção monetária do registro contábil do valor de bens do ativo imobilizados integrantes do capital já reconhecido da concessão, registrado contabilmente em livro oficial próprio, resultando o aumento líquido de NCr\$ 14.713.403,33, integralmente lançado como reserva especial como futura incorporação, ao capital social. Nessas condições, o capital da concessão para todos os efeitos legais passou a ser NCr\$ 69.263.784,93, a partir de 27 de abril de 1966.

A Assembléia Geral Extraordinária, de 27 de abril de 1966, mandou distribuir na forma da lei aos acionistas 2 (duas) ações para cada grupo de três, de que fossem titulares.

Em decorrência do deliberado, o capital social passou a ser de NCrI 50.000.000, dividido em 50 milhões de ações do valor de NCr\$ 1,00 cada uma.

O Banco Central do Brasil expediu, em 13 de junho de 1966, o certificado de Sociedade de Capital Aberto, por prazo indeterminado, de nossa Companhia. Entre as vantagens legais decorrentes dessa condição, ressalta o gozo, pelos senhores acionistas, dos benefícios concedidos pela legislação do imposto de renda.

Por decisão do Conselho Nacional de Política Salarial, tomada em fevereiro de 1966, o percentual de reajustamento salarial autorizado para os empregados desta Companhia, pela Portaria n.º 12, de 4-1-66, foi elevado de 25% para 26%, com vigência, porém, a partir de 1-1-66.

Ainda por determinação do referido Conselho, de novembro de 1966, foi concedido a todo o pessoal desta Companhia o reajustamento salarial de 25%, com vigência a partir de 1-1-67.

De 1964 a 1966, as taxas da tarifa, salvo os casos especiais das tabelas "C", "D" e "H", sofreram um aumento médio da ordem de 36% no período resultante das reduções e dos aumentos tarifários havidos nesses 3 anos.

Confrontando-se esse percentual médio do período com os atribuídos às empresas de transportes coletivos, transportes ferroviários, telefones, combustíveis, energia elétrica (luz e força) e gás, verifica-se ter sido muito menor o do pórtio de Santos.

Constata-se assim que as tarifas do pórtio favorece aos usuários do "hinterland" a que serve, apesar de nesse triênio ter havido aumentos salariais de 57%, 26% e 25%, ou seja, aumento médio de 48%

MERCADO IMOBILIÁRIO – AINDA POUCO ANIMADO

Nenhum fator positivo se manifestou em outubro, a ponto de se notar reanimação do movimento imobiliário. Os resultados parciais já disponíveis ao redigirmos o presente comentário indicam que a quantidade de promessas de compra e venda de bens de raiz foi quase idêntica à do mês anterior. Tornou-se, porém, mais difícil vender propriedades de valor unitário elevado. Já os negócios levados a termo em setembro refletem a influência de algumas transações de vulto. Alcançou NCr\$ 2.177 mil o valor global dos prédios, terrenos e apartamentos prometidos, contra NCr\$ 1.498 mil em agosto e NCr\$ 798 mil em julho. Foram, porém, registradas apenas 149 transações, contra 191 e 209 nos 2 meses precedentes.

Em agosto aumentou muito a importância correspondente à inversão média em um imóvel. Embora só tenham sido negociados 191 prédios, terrenos e apartamentos, contra 209 no mês anterior, o valor total destas propriedades importou em NCr\$ 1.498 mil, contra NCr\$ 798 mil em julho. Assim, o valor venal realizado cresceu de NCr\$ 3,8 mil para 7,8 mil/unidade. Bruscas variações da quantia aplicada em um imóvel são frequentemente prenúncios da nova onda altista. Nos últimos meses a procura de apartamentos em construção por detentores de poupanças talvez provoque expansão da atividade de construção civil e se reflita sobre os bens de raiz eventualmente disponíveis para negócios.

I — PROMESSAS DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS NO RIO DE JANEIRO
AGOSTO DE 1967

Áreas em mil m² — Valores em NCr\$ mil

ZONA E PERÍODO	PRÉDIOS			TERRENOS			APARTAMENTOS	
	N.º	Área	Valor	N.º	Área	Valor	N.º	Valor
Subúrbios	34	20	150	27	11	10	37	298
Norte	4	1	52	2	1	6	19	195
Centro	—	—	—	—	—	—	6	23
Sul	2	1	61	—	—	—	55	668
Ilhas	2	1	20	3	1	13	—	—
TOTAL	42	23	283	32	13	31	117	1 184
Janeiro a agosto de 1967	276	88	1 163	496	380	498	1 121	6 997
Janeiro a agosto de 1966	510	249	1 858	533	345	339	1 390	8 222

FONTE: Cartórios.

Computadas as transações até agosto, verifica-se que o movimento no corrente ano permaneceu, por enquanto, aquém do resultado em igual época de 1966. Nos últimos 8 meses se negociaram 1.893 imóveis por NCr\$. . 8.658 mil, contra 2.433 prédios, terrenos e apartamentos, totalizando NCr\$ 10.419 mil (ver QUADRO I) no mesmo período do ano anterior. Mesmo no período em curso não se observa animação mais do que transitória. Até

abril último ainda haviam sido levadas a termo 1.173 promessas de compra e venda, no montante de NCr\$ 4.460 mil. No 2.º quadrimestre, porém, os negócios se limitaram a 720 transações, correspondendo o preço global a NCr\$ 4.198 mil.

COMPRA E VENDA DE PESSOAS
FÍSICAS E JURÍDICAS

Durante o ano corrente, indivíduos adquiriram cerca de 1,8 mil imóveis no valor declarado

II — COMPRADORES DE IMÓVEIS NO RIO DE JANEIRO

JANEIRO A AGOSTO — 1966/67

(Milhares de NCr\$)

COMPRADORES	1967		1966	
	N.º	Valor	N.º	Valor
Comércio	12	120	5	8
Bancos	4	42	6	766
Empresas Imobiliárias	19	34	1	51
Indústria	3	1	16	198
Inst. Benef., Prev. Social e Cias. de Seguros e de Capitalização	3	15	3	69
Outras Pessoas Jurídicas	24	178	19	206
Todas as Pessoas Jurídicas	65	390	50	1 298
Pessoas Físicas	1 828	8 268	2 383	9 121
TOTAL	1 893	8 658	2 433	10 419

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Cartórios.

de NCr\$ 8,3 milhões, contra 2,4 mil por NCr\$ 9,1 milhões até agosto 1966 (ver QUADRO II). Verificou-se, assim, uma diminuição de 25% quanto ao número de propriedades negociadas. Os compradores particulares aplicaram, em média, NCr\$ 4,6 mil na compra em 1967 de um prédio, terreno ou apartamento, contra NCr\$ 3,8 mil no ano anterior, até agosto.

Em contraste com a atitude das pessoas físicas, as diversas entidades, em conjunto, adqui-

raram, nos 8 meses iniciais do ano, 72 propriedades, contra 50 em igual época de 1966, mas investiram nestes bens de raiz somente NCr\$ 390 mil, contra NCr\$ 1.298 mil no ano passado. A maioria dos imóveis comprados foi, portanto, de reduzido valor unitário. De fato, 80% da quantia empregada corresponderam a terrenos (ver QUADRO II). Firms comerciais voltaram a ampliar as compras de imóveis, mas os bancos, a indústria e as empresas imobiliárias não

desenvolveram ainda atividade condizente com o mercado.

As pessoas jurídicas venderam neste ano quase 600 imóveis, no valor declarado de aproximadamente NCr\$ 1 milhão, contra pouco mais de 500 unidades no montante de NCr\$ 1,6 milhão em igual época de 1966 (ver QUADRO III). Com a melhoria ultimamente verificada em sua liquidez, firmas industriais se desfizeram de algumas propriedades de reduzido valor, porém não se viram mais compelidas a negociar bens de vulto, como aconteceu no ano transato. Empresas imobiliárias conseguiram alienar maior quantidade de seus próprios imóveis do que no ano anterior e apuraram quantia superior.

Também em relação às vendas, os particulares tiveram que se conformar com uma queda apreciável do movimento, visto que só negociaram 1,3 mil pré-

dios, terrenos e apartamentos, contra quase 1,9 mil até agosto de 1966. Realizaram, todavia, em média a importância de NCr\$ 5,9 mil/imóvel, contra NCr\$ 4,6 mil no ano anterior.

MAIS DIFÍCEIS AS TRANSAÇÕES NA ZONA SUL

Dada a sua posição privilegiada na proximidade da orla marítima, muitas propriedades situadas em bairros da zona Sul mantêm inalterada a sua atração sobre interessados. Apesar dos altos valores venais, fica assim assegurada a importância extraordinária desta parte da cidade no mercado de bens de raiz. No corrente ano foram assinadas, por exemplo, as promessas de compra e venda de 552 apartamentos (ver QUADRO IV), correspondentes a 49% de todas as unidades desta categoria negociadas na Guanabara. Seu valor global fez, outrossim, ... 59% da soma despendida na

Chapas; ferro para construção, Macstahl (Cat50), chato, cantoneira, quadrado, Tee, vigas, tubos para todos os fins, arames; cimento.

D. F.: Brasília, Taguatinga
Guanabara: Rio, Realengo
E. do Rio: Niterói, Nova Iguaçu, Caxias, Rezende

S. Paulo: Capital, Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, São José do Rio Preto, Ilhéus, Prêto, Pres. Prudente, Marília, Araraquara, Sorocaba, Botucatu, Araçatuba, Franca, Catanduva, Sto. André

MACIFE

Faraná: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina

R. G. Sul: Porto Alegre

Minas: Belo Horizonte, Gov. Valadares, Montes Claros, Uberlândia

Goiás: Goiânia

E. Santo: Vitória

Desde 1936 servindo a Indústria e a construção civil do Brasil.

III — VENDEDORES DE IMÓVEIS NO RIO DE JANEIRO

JANEIRO A AGOSTO — 1966/67

(Milhares de NCr\$)

VENDEDORES	1967		1966	
	N.º	Valor	N.º	Valor
Empresas Imobiliárias	332	607	316	436
Instituições Beneficentes	34	91	8	45
Cias. de Seguros e de Capitalização	31	87	23	55
Indústria	63	44	68	876
Outras Pessoas Jurídicas	127	139	123	175
Tôdas as Pessoas Jurídicas	587	968	538	1 587
Pessoas Físicas	1 306	7 690	1 895	8 832
TOTAL	1 893	8 658	2 433	14 419

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Cartórios.

IV — PROMESSAS DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS NA ZONA SUL

(Valôres em milhares de NCr\$)

PERÍODO	APARTAMENTOS		PRÊDIOS	
	N.º	Valor	N.º	Valor
Janeiro a abril de 1967	341	2 278	10	53
Maior a agosto de 1967	211	1 849	4	67
TOTAL	552	4 127	14	120

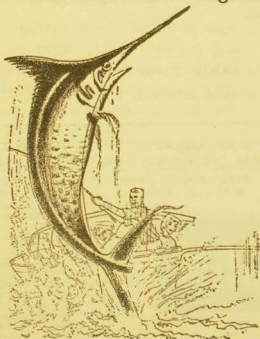
FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Cartórios.

compra de apartamentos no Rio de Janeiro.

Acompanhando a tendência geral do mercado, as vendas de imóveis na zona Sul diminuíram no decorrer do ano, conforme indica o QUADRO IV. Os preços médios, apesar disso, aumentaram. A queda quantitativa importou entre o 1.º e o 2.º quadrimestres em cerca de 40%, enquanto os valores venais experimentavam uma alta aproximada de 30%. A importância média obtida em uma transação passou de NCr\$ 6,7 mil para 8,8 mil.

Em virtude da rigorosa seleção dos incorporadores feita pelo público inversor, continua moderada a edificação de novos condomínios e, conseqüentemente, também são pouco numerosas as demolições de antigas casas ou as compras de prédios. Neste ano somente foram registradas, até agosto, 14 promessas de compra e venda de prédios, no total de NCr\$ 120 mil, perfazendo 5% dos bens desta categoria negociados em toda a cidade e 10% da importância correspondente.

Momentos felizes... merecem ser festejados com Brahma Extra



Ullmann - 329



Formidável! Você faz jus ao brinde
mais elusivo! Você merece
Brahma Extra. Com o cativante sabor
de Brahma Extra você e seus amigos
vivem momentos de alegria extra!
Brahma Extra é a criação máxima da
esmerada qualidade Brahma.
Exija algo extra para festejar seus
instantes mais felizes.
Brahma Extra é digna
de sua escolha!

*20º Aniversário*EVOLUÇÃO DA ECONOMIA
BRASILEIRA — 1947/1967

Os últimos vinte anos trouxeram provavelmente maiores transformações e problemas para a economia brasileira do que qualquer período idêntico anterior de sua história. De 50 milhões de habitantes, a população ascendeu a 85 milhões, devendo alcançar a casa dos 107 milhões em 1975. A indústria, que no início do período produzia 1/5 da renda nacional, gera hoje 1/3, tendo-se invertido a relação indústrias tradicionais (tecidos, produtos alimentares etc.) / indústrias dinâmicas mais modernas (metalúrgica, mecânica etc.), de 60/40 para 40/60. A produção agrícola experimentou acentuada expansão (cêrca de 130%), embora seja ainda insuficiente para proporcionar dieta adequada a todos os segmentos da população. Essas transformações foram acompanhadas de perturbações sérias, algumas das quais se manifestaram por uma processo de majoração contínua dos preços. Estes ao fim do período haviam atingido nível 115 vêzes superior ao de 1947.

POPULAÇÃO

Entre 1947 e 1967, a população brasileira aumentou de 48 438 000 para 85 655 000 habitantes, ou seja, de 77%. Esse extraordinário incremento demográfico decorreu da combinação de uma queda na taxa bruta

de mortalidade de mais de 50% (21‰ para 10‰), com a manutenção da taxa de natalidade em tórno de 41‰. Disso resultou elevação da taxa média anual de crescimento populacional de 2,4% na década de 1940 para 3,1% na de 1950, visto que a imigração foi relativamente re-

duzida no período. Por outro lado, êsse aumento da população produziu, através da modificação de sua composição etária, um acréscimo do "ônus demográfico", pois, para cada 100 pessoas em idade economicamente ativa em 1960, existiam 80 crianças ou velhos, enquanto, nos Estados Unidos, por exemplo, a proporção era de apenas 39 para 100 em 1958.

A diferença na composição setorial da população economicamente ativa constitui a característica estrutural isolada mais importante que distingue países desenvolvidos dos menos desenvolvidos. Não obstante a especialização imperfeita da mão-de-obra rural, o nível de desenvolvimento econômico pode ser focalizado através da proporção de emprego na agricultura de um país, em comparação com a de outros países desenvolvidos. Mesmo em nações como a Austrália e a Nova Zelândia, de elevada renda *per capita* e exportadores de produtos de origem primária, a proporção de pessoas ocupadas na agricultura representa menos de 20% do emprego total. Essas diferenças estruturais observadas no tempo e na comparação entre países decorrem principalmente de modificações na composição da demanda final de bens e serviços associados a diferentes níveis de renda

per capita e à evolução da produtividade setorial da *mão-de-obra*.

O QUADRO I indica a distribuição da ocupação em atividades primárias, secundárias e terciárias, no Brasil, em 1940, 1950 e 1960. A segunda parte dessa tabela mostra o ritmo de aumento do emprego nos três setores. A taxa média de crescimento anual na agricultura aumentou de 0,7 para 1,7% dos anos 1940 para os de 1950. Observe-se que a taxa de acréscimo do emprego na indústria caiu entre os dois decênios. Isso se deveu às características dos gêneros de indústria que tiveram maior expansão nos anos 1950, com tecnologias de uso intensivo de capital e absorção relativamente reduzida de mão-de-obra. Além das características tecnológicas inerentes à indústria automobilística, mecânica, química etc., a legislação trabalhista e os encargos sociais do empregador podem também ter contribuído para o fenômeno. A expansão do emprego nos serviços aumentou de forma acentuada no decênio 1950-60 em relação ao anterior, graças, sobretudo, ao considerável incremento da urbanização e à reduzida absorção de mão-de-obra pela indústria a que acabamos de aludir.

Além disso, embora já se haja verificado sensível declínio na

QUADRO I

(a) POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA

1940, 1950 E 1960

SETORES	1940		1950		1960	
	1 000 habi- tantes	%	1 000 habi- tantes	%	1 000 habi- tantes	%
Agricultura	12 074	71,0	12 968	64,4	15 344	58,5
Indústria	1 513	8,9	2 598	12,9	3 328	12,7
Serviços	3 418	20,1	4 571	22,7	7 551	28,8
TOTAL	17 005	100,0	20 137	100,0	26 223	100,0

(b) POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA: TAXAS DE CRESCIMENTO
MÉDIO GEOMÉTRICO ANUAL (%)

SETORES	1940-50	1950-60	1940-60
Agricultura	0,7	1,7	1,2
Indústria	5,6	2,5	4,0
Serviços	2,9	5,2	4,0
TOTAL	1,7	2,7	2,2

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

proporção da ocupação rural, ela ainda era de 58% em 1960. A indústria havia participado então com 13% da mão-de-obra e os serviços os restantes 29%. Essas modificações na estrutura ocupacional da população refletiram-se na taxa de urbanização, que passou de 32% em 1940 para 49% em 1960. Daí resultaram alguns dos grandes problemas das principais áreas metropolitanas do país — habitação, abastecimento de água e sub-emprêgo, especialmente no setor terciário.

A expressiva elevação da proporção dos indivíduos que sabem ler e escrever (população de 15 anos e mais), de 44 para 61%, entre 1940 e 1960, indica certa melhoria na qualidade da mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho, conquanto essa taxa seja ainda bastante reduzida.

A ATIVIDADE ECONÔMICA

A produção de bens e serviços teve aumento considerável nos últimos vinte anos. Em 1966, o produto interno bruto — medida do valor da produção de bens e serviços finais — alcançara a cifra de 44 369,1 milhões de cruzeiros novos. Entre 1947 e 1966, o aumento real da produção foi de 173,2%. Se descontarmos dêste acréscimo o da população (71,7%), o incremento do pro-

duto médio por habitante foi, no período, de 59,1%.

Ao longo dêsses vinte anos, o ritmo de crescimento da economia não foi, contudo, uniforme. Para o período como um todo, a taxa média anual foi de 5,4%, com expansão mais rápida entre 1956 e 1960 (6,9% a.a.) e mais lenta entre 1964 e 1966 (4,1% a.a.). Entre 1953/54 e 1963/64, as taxas de crescimento médio anual da economia de alguns países industrializados foram as seguintes: Inglaterra, 2,7%; França, 4,9%; Itália, 5,6%; República Federal da Alemanha, 6%; e Japão 9,6%. Na comparação dêsses dados com os do Brasil, é preciso levar em conta que aqui a taxa de crescimento demográfico é bem maior do que nos países que acabamos de focalizar.

Os QUADROS II e III são complementares, indicando a aceleração da expansão da produção industrial e a conseqüente modificação da estrutura setorial da economia.

A aspiração coletiva por padrão de vida mais alto, a pressão demográfica e as condições adversas para os produtos primários no mercado mundial, acen-tuaram o processo de industrialização do País no período do após-guerra. Por outro lado, essa

II — TAXAS DE CRESCIMENTO (%) DA PRODUÇÃO

EM TERMOS REAIS, SEGUNDO SETORES

PERÍODOS	PRODUTO REAL TOTAL	AGRICUL- TURA	INDÚSTRIA		SERVIÇOS
			Total	Transfor- mação	
1947/52	6,2	4,5	8,9	8,7	5,9
1952/56	4,9	3,2	8,7	9,2	3,8
1956/60	6,9	5,4	11,1	11,3	5,1
1960/64	4,3	3,8	6,0	6,1	3,4
1964/66	4,1	5,6	3,2	3,3	4,0
1947/60	6,0	4,4	9,5	9,7	5,0
1947/66	5,4	4,4	8,1	8,2	4,6

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

III— COMPOSIÇÃO SETORIAL (%) DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO

(A CUSTO DE FATÓRES)*

ANO	AGRICUL- TURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1947	28,5	20,5	50,8	100,0
1948	28,2	21,0	50,8	100,0
1959	24,0	30,5	45,5	100,0
1960	23,6	31,4	45,0	100,0
1965	25,3	30,7	44,0	100,0
1966	23,8	32,8	43,4	100,0

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

(*) Calculado com base no produto a preços constantes.

aspiração foi grandemente influenciada pela tomada de consciência da defasagem crescente em relação aos países ricos em termos de desenvolvimento material.

A disparidade dos ritmos de expansão das transações mundiais de produtos primários e de produtos industriais reflete as diferenças das elasticidades-renda desses produtos, pois a expansão da renda real dos países desenvolvidos estimula mais que proporcionalmente a demanda de produtos industriais e menos a de produtos agrícolas. Isso torna cada vez mais difícil a aquisição de matérias-primas essenciais e de equipamentos indispensáveis para o aumento da capacidade produtiva do País, por via exclusiva da exportação de produtos primários.

É preciso considerar também que a combinação de variedade de recursos naturais e mercado interno potencial de certa importância predestinavam mais ou menos o país à industrialização.

Alguns dos principais instrumentos do processo de industrialização foram, ademais, na década dos 1950, a lei do similar nacional, a proteção tarifária da produção nacional e o financiamento prioritário a longo prazo

de empreendimentos considerados básicos, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Esses instrumentos tiveram significativo papel na atração de investimentos diretos do exterior, particularmente na segunda metade dos anos 1950. O aumento, em termos reais de quase quatro vezes e meia da produção industrial foi acompanhado do declínio relativo de setores tradicionais (tecidos, produtos alimentares etc.), que cederam lugar à indústria química e aos produtos de metal: mecânica, material de transporte etc. (QUADRO IV).

COMÉRCIO EXTERIOR

A proporção dos bens e serviços utilizados na economia brasileira provenientes do exterior é relativamente baixa: 7,7% em média no período 1957/60. Em anos mais recentes essa proporção chegou a 4,5% nos anos 1965/66. O coeficiente de importação baixo está em grande parte associado à diversidade de recursos com que conta o país. Já o declínio desse coeficiente, que acabamos de mencionar, deve originar-se do efeito combinado do processo de substituição de importações e da diminuição do ritmo de atividades na economia brasileira nos anos 1960, que explica a queda na importação de equipamento e de maté-

IV — INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
(% SÔBRE O TOTAL)

1949 e média 1962-64

GÊNEROS	1949	MÉDIA 1962-64
Minerais não metálicos	7,3	5,1
Metalúrgica	9,4	11,7
Produtos de metal (mecânica, material de transporte e material elétrico)	6,0	19,9
Madeira e mobiliário	6,3	4,0
Papel e papelão	2,2	2,7
Borracha	1,9	2,0
Couros e peles e produtos similares	1,3	0,8
Química	9,4	16,2
Têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos	24,0	15,2
Produtos alimentares, bebidas e fumo	26,3	18,6
Diversos (inclusive editorial e gráfica)	5,9	3,8
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: Dados básicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

rias-primas observada nesses anos.

Os últimos vinte anos caracterizaram-se por saldos negativos crônicos no balanço de pagamentos, causados por expansão do poder de compra no exterior pelas nossas exportações insuficientes face ao aumento das importações de mercadorias e serviços (QUADRO V). Embora em anos mais recentes hajam ocorridos saldos positivos no balanço de pagamentos, estes resultaram do aumento das exportações e do declínio das importações a que nos referimos antes.

É pouco provável que, com taxa mais elevada de crescimento da economia, possam tais saldos positivos subsistir. Isso depende essencialmente de maior diversificação da pauta de nossas exportações, pois a dependência relativa do exterior em termos de importações não poderá sofrer redução acentuada, uma vez que em grande número de setores já se atingiu praticamente o limite da substituição de importações.

SETOR PÚBLICO

De um lado, a pressão da população em processo de crescimento rápido e a necessidade da formação de capital de infra-estrutura vinculada à aceleração

do crescimento econômico, e, de outro, o ônus crescente de uma burocracia governamental pouco eficiente, contribuíram para elevar a proporção dos gastos do setor público sobre o produto interno bruto, de 14% no início do período em foco, para mais de 20% em anos recentes.

Como o aumento da carga tributária necessária para financiar o dispêndio governamental não acompanhou o crescimento deste, o deficit do setor público da economia subiu de modo contínuo durante as duas décadas, constituindo-se em fator decisivo na aceleração do processo de elevação dos custos e preços internos. De 15% ao fim dos anos 1940, a carga tributária bruta chegou a representar quase 30% do PIB em 1966. A carga tributária líquida, isto é, descontadas as devoluções feitas ao setor privado sob a forma de transferências e subsídios, duplicou em vinte anos, de 11,1% para 20,5%.

Para o setor público em conjunto, isto é, para todos os níveis de governo, nos anos 1947/49 o dispêndio praticamente correspondeu à receita. Na segunda metade da década de 1950, entretanto, o excedente da despesa chegou a quase 20% e na de 1960 alcançou em alguns anos 35%.

V — CRESCIMENTO DA ECONOMIA E BALANÇO DE PAGAMENTOS

(Milhões de NCr\$ de 1953)

PERÍODO	PRODUTO INTERNO BRUTO (a)	CAPACI- DADE DE IMPOR- TAR* (b)	IMPOR- TAÇÃO DE MERCA- DORIAS E SERVIÇOS (c)	SALDO DO BALANÇO DE PAGA- MENTOS (d) = (b) - (c)	ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR		
					PIB	Capacidade de importar	Importação de merca- dorias e serviços
1947/1952	365,9	24,4	28,0	-3,6	—	—	—
1953/1955	473,7	38,0	39,0	-1,0	1,30	1,48	1,40
1957/1960	597,9	41,3	50,1	-8,3	1,26	1,10	1,28
1961/1964	747,0	39,0	41,6	-2,6	1,25	0,93	0,83
1965/1966	828,0	43,6	39,3	+4,3	1,11	1,12	0,94

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

(*) Valor das exportações a preços constantes ajustado pela relação de trocas.

PERSPECTIVA PARA O FUTURO

As três áreas de importância estratégica para o crescimento futuro da economia brasileira podem ser identificadas como sendo, em primeiro lugar, o problema da reconciliação dos objetivos de alcançar elevada taxa de crescimento econômico e o de criar novos empregos de modo a absorver a oferta crescente de mão-de-obra. Será de grande importância conceber, nesse contexto, uma política para a agricultura que crie condições de ex-

pansão da produção sem liberação substancial da mão-de-obra e com ampliação do mercado interno. Em segundo lugar, a necessidade de uma política adequada de expansão das exportações, possivelmente dando ênfase a artigos com demanda potencial mais favorável, como carne, entre os produtos primários, e produtos industriais em geral. Finalmente, o planejamento dos gastos públicos, com maior racionalidade, atendendo em especial a aumentos da eficiência da burocracia governamental.

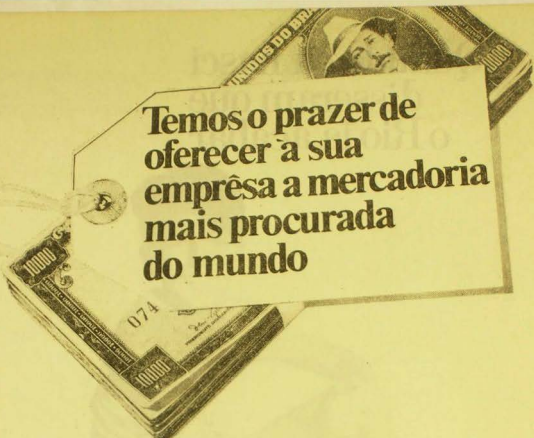
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DEPÓSITO COM CORREÇÃO MONETÁRIA

CONDIÇÕES DO DEPÓSITO

- I - Correção monetária no 1.º dia de cada trimestre civil, após o transcurso do período de carência, na mesma proporção de variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro (O.R.T.).
- II - Juros de 3% (três por cento) ao ano calculados sobre o valor dos depósitos acrescido da correção monetária e capitalizados semestralmente.
- III - Para usufruir dos benefícios da correção monetária e dos juros, os depósitos deverão ser mantidos por prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias.
- IV - A retirada antecipada implicará na perda dos juros e correção monetária.
- V - O prazo de permanência dos depósitos será contado a partir do 1.º dia do mês subsequente ao da sua realização.
- VI - A correção monetária e os juros estarão à disposição do depositante, a partir do 5.º (quinto) dia útil, após o vencimento do depósito.
- VII - Após o seu vencimento, o depósito será renovado trimestralmente, se não houver manifestação contrária do depositante, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir do vencimento.
- VIII - Decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias do depósito inicial o depositante poderá solicitar financiamento para compra de casa própria, obedecidas as normas da Carteira de Habitação.

Dinheiro na CAIXA é mais dinheiro PARA VOCÊ



**Temos o prazer de
oferecer à sua
empresa a mercadoria
mais procurada
do mundo**

Você já pensou como é ótimo dispor de dois bancos comerciais, um banco de investimentos e uma companhia financeira unidos para resolver os seus problemas de crédito? Venha falar conosco: a curto, médio ou longo prazo, nossa especialidade é essa - financiar os seus negócios. Outras especialidades que


oferecemos à sua empresa: Lançamento de ações e debêntures - Empréstimos externos - Estudo e análise de projetos - Financiamento de exportação e importação - Transferência e repasse de empréstimos e fundos do exterior - Financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos, através do Finame.



B.G.I. - Banco Geral de Investimentos S.A.



Banco Moreira Gomes S.A.

 **Banco Monteiro de Castro S.A.**

PAMIG S.A. (em transformação para C.G.C. - Companhia Geral de Crédito, Financiamento e Investimentos)

RIO: Rua da Alfândega, 27

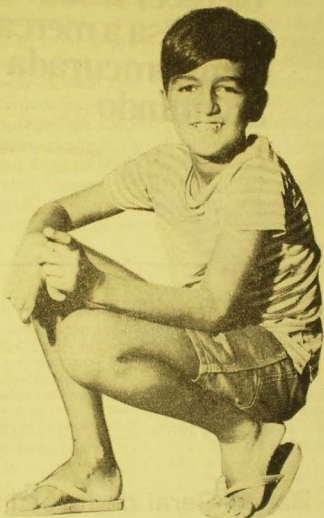
S. PAULO: Rua da Quitanda, 77

BELO HORIZONTE: Rua Espírito Santo, 605 - 17.º andar

SALVADOR: Avenida Estados Unidos, 1

BELÉM: Rua XV de Novembro, 188

Quando eu nasci disseram que o Rio ia acabar



Foi em 1960, quando o presidente levou a capital para Brasília. As pessoas diziam que o Rio, não produzia nada e não podia viver sem a capital.

Quando eu fui para a escola, fundaram a COPEG e disseram que era para aumentar o progresso do Estado da Guanabara. Eu achei esquisito querer aumentar o progresso da cidade se ela ia acabar.

Agora papai chegou em casa com uns pedaços de papel, que ele chama de "Letras da Copeg" e diz que aquilo é um dinheiro que ele guardou para quando eu for de maior, e então na hora de eu ir buscar vai ter muito mais.

Eu perguntei a ele o que é que a COPEG vai fazer com meu dinheiro até quando eu for de maior e ele me explicou que ela ajuda os outros a construir fábricas e casas.

Depois, me disseram que a COPEG já emprestou mais de 18 milhões de cruzeiros novos para 251 fábricas, e está ajudando a construir 645 casas.

Foi aí que eu vi que essa história de Rio acabar era conversa de gente velha.

COPEG

Rua da Candelária, 9 - 10º andar

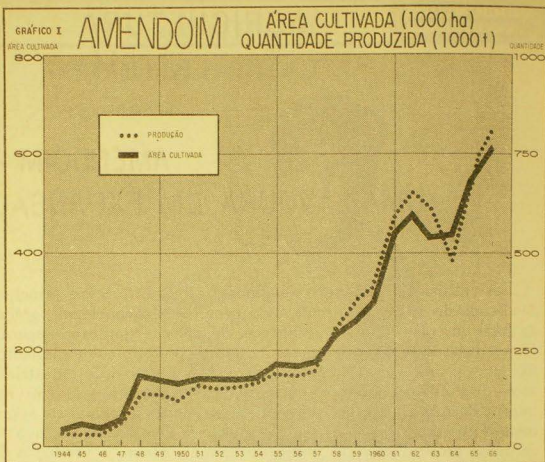
AMENDOIM –
UMA LAVOURA EM EXPANSÃO

A cultura de sementes oleaginosas no Brasil, desde princípio da década de 1950, vem realizando progressos excepcionais, graças ao forte impulso dado às indústrias de óleos e gorduras vegetais comestíveis. Este setor de nossas indústrias produtoras de alimentos foi talvez o único que acompanhou o processo global de industrialização do País, isso em decorrência da notável expansão do consumo interno de tais alimentos, que vieram preencher a lacuna de suprimentos que dia a dia se alargava, resultante da escassez relativa de gorduras provenientes da produção animal. Assim, a produção de óleos e gorduras vegetais é quase totalmente absorvida pelo mercado interno, cabendo lembrar que a de amendoim, nos dias que correm, disputa com a de carôço de algodão o primeiro pôsto no volume produzido (ver QUADRO I).

Vimos em CONJUNTURA ECONÔMICA de julho último a evolução recente da cultura de soja no Sul do País. Agora, seguindo o mesmo esquema de análise ali adotado, examinaremos o desenvolvimento do cultivo do amendoim, também fortemente concentrado na Região Sul numa proporção superior a 95%, sendo que somente o Estado de S. Paulo contribui com 90% das

I — PRODUÇÃO DE ÓLEOS ALIMENTÍCIOS (EXCETO OS DE CÓCOS)
EM 1965

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (t)
Amendoim	102 885
Café	2 771
Carôço de algodão	103 169
Gergelim	1 376
Girassol	1 589
Milho	5 130
Soja	45 540



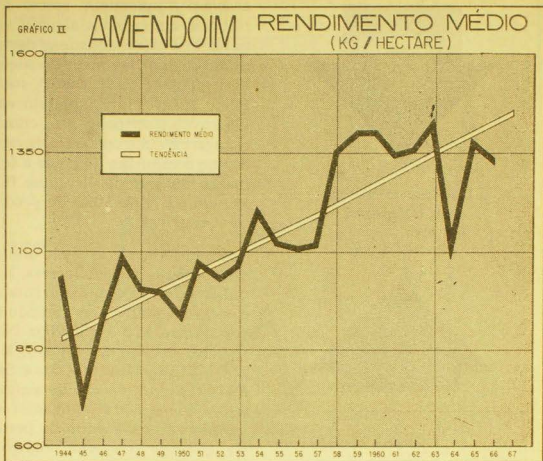
colheitas nacionais. No caso da soja, é o Rio Grande do Sul o detentor de 80% das safras dessa leguminosa.

Os levantamentos estatísticos do Ministério da Agricultura mostram a extraordinária expansão da lavoura de amendoim nos últimos 20 anos. No triênio 1944-46, a produção brasileira de amendoim girava em torno da média de 31 mil t; 10 anos depois, subia para pouco mais de 180 mil t, para alcançar cerca de 810 mil t em 1966. Estas cifras

revelam que em 2 decênios as colheitas de amendoim foram multiplicadas por mais de 25 vezes, ou seja, em média, mais que dobrava anualmente. Embora o desenvolvimento da lavoura se haja processado rapidamente no decorrer das duas últimas décadas, cumpre realçar aumentos, em termos absolutos, mais acentuados a partir de 1960.

EVOLUÇÃO DO CULTIVO

Confirmada aquela colheita 810 mil t de amendoim com cas-



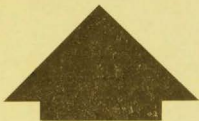
ca, em 1966, numa área de cerca de 605 mil hectares, registaremos um rendimento cultural médio da ordem de 1340 kg/ha, ligeiramente menor que o de 1965 (1374 kg/ha), mas superior aos dos anos que antecederam 1958. Ao lado do pequeno aumento da produção por unidade de área plantada a partir de fins da década de 1950, a expansão da superfície cultivada em ritmo acelerado foi o principal fator responsável pelo grande acréscimo da produção. Considere-se ainda o preço

real pago ao produtor, cuja tendência tem sido ascendente, como outro fator que influiu no desenvolvimento das colheitas de amendoim (ver GRÁFICO I).

Quanto ao rendimento da cultura de amendoim, a linha de tendência, ajustada para o período 1944/66, apresenta o incremento médio de aproximadamente 25 kg ao ano (ver GRÁFICO II). Em reforço a essa vantagem em termos de produtividade, auferida pelos lavradores da leguminosa, os preços reais pagos na



Tudo que se reveste
com FORMIPLAC
fica mais bonito e
dura muito mais



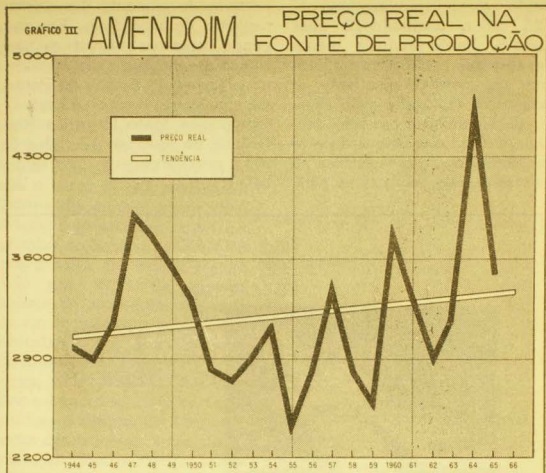
fonte de produção também aumentaram ligeiramente, indicando tendência positiva (no mesmo período) expressa pela média anual de NCr\$ 0,014/t (ver GRÁFICO III). Certamente, foi essa conjunção de fatores favoráveis, aliada à demanda sempre crescente do mercado interno, o fundamento da rápida expansão das colheitas de amendoim, feita sobretudo com apoio num alargamento paralelo da área de plantio.

O amendoim é originário do Brasil e pertence à família das leguminosas, compreendendo 2 grandes grupos de gênero

arachis: o amendoim erecto e o rasteiro, ambos com alguma variedade e subvariedades, destacando-se na lavoura brasileira as seguintes: tatuí, cateto, roxo, Pôrto Alegre, tatu, amarelo etc. Desenvolve-se bem nos climas tropicais e subtropicais, sabendo-se que o calor lhe favorece a formação do teor de óleo, que flutua em torno de 30% do produto comestível.

Preferindo terras bem drenadas, porosas, férteis, frescas, notadamente as planas e arenosas, o ciclo vegetativo do amendoim varia entre 120 e 150 dias. Nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo há duas épocas de semeadura: comêço das chuvas (setembro-outubro) e fim do período chuvoso (fevereiro-março), sendo a primeira a mais importante; no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul geralmente o amendoim é plantado em setembro-outubro. Nos Estados do Leste e Nordeste a semeadura é feita no início da estação chuvosa; e na Região amazônica a época varia, não raro se plantando a leguminosa no período menos chuvoso do ano.

Quando na época do descobrimento os europeus chegaram à América do Sul, o amendoim já era cultivado pelos nativos. Dois tipos então predominam



vam: um brasileiro e outro peruano. O tipo brasileiro foi levado pelos portugueses para a metrópole e regiões da África Ocidental, enquanto os espanhóis transportaram sementes do tipo peruano para a Espanha, México e outros países do Pacífico. Atualmente, são grandes produtores de amendoim, por ordem de importância das colheitas, a Índia, China, Nigéria, Senegal, Brasil, Indonésia, Argentina, Birmânia etc. No extremo meridional da Espanha, nas

terras irrigadas de Valença, há a maior cultura européia da leguminosa.

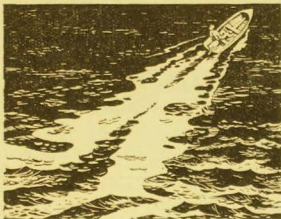
AMENDOIM EM SÃO PAULO

Não obstante a cultura do amendoim ser conhecida em quase todo o território nacional, o Estado de S. Paulo, conforme dissemos antes, detém 90% das colheitas do país. Por exemplo, em 1966, para uma produção total estimada em 810 mil t, a lavoura paulista deve ter contri-

buído com aproximadamente 725 mil t, enquanto 10 anos atrás S. Paulo produzia menos de 180 mil t. Estas cifras indicam de maneira eloqüente os progressos realizados pelo cultivo de leguminosa em solo bandeirante. Admite-se que, face às propícias condições agrícolas ali existentes, são enormes as pers-

pectivas de aumento das safras paulistas de amendoim. Em segundo lugar nas estatísticas nacionais de produção da leguminosa, aparece o Estado do Paraná, com pouco mais de 42 mil t, seguindo-se Mato Grosso e Rio Grande do Sul com 17 mil e 8 mil t, respectivamente (ver QUADRO II).

NÃO IMPORTA
QUE ALGUÉM
ESTEJA SÓ.



DE
CERTA MANEIRA,
SHELL TAMBÉM
ESTÁ PRESENTE.

Num detalhe. Ou em algo de extrema importância. Em parte ou no todo. Tanto faz. O fato é que Shell está presente. Porque, cada vez mais, petróleo e bem-estar se identificam em função do homem. E muitas pesquisas e descobertas sobre isso foram e continuam sendo feitas nos laboratórios Shell. É uma

resina sintética anticorrosiva, um melhor óleo lubrificante... Tudo o que exige um mundo de trabalho, até diluir-se no dia-a-dia de todos. Pois o que importa é que Shell também possa estar presente onde quer que alguém esteja, mesmo só.

VOCÊ PODE CONFIAR NA



O amendoim é hoje uma das mais importantes atividades da economia agrícola do Estado de S. Paulo; é a 8.^a fonte fornecedora de renda à agricultura paulista, sendo superado apenas pela carne bovina, café, algodão, milho, leite, cana de açúcar e arroz. Ocupa 10% da área total plantada e cerca de 13 milhões de homens/dia, ou seja, quase 3,5% do total engajado nas atividades agrícolas do Estado (dados relativos à safra de 1965). Realça ainda que 90% da colheita paulista de amendoim são obtidos em 3 regiões, a saber: Alta Sorocabana, nos Municípios de Martinópolis a Presidente Venceslau; Alta Paulista, de Vera Cruz a Dracema; a Noroeste, de Getulina a Birigui. Os 10% restantes das colheitas estão distribuídos em muitos outros Municípios, mas a maioria deles nas proximidades das ferrovias que dão nome àquelas mencionadas regiões.

A área cultivada com a leguminosa no Estado de S. Paulo tem flutuado razoavelmente e o rendimento da cultura também apresenta freqüentes oscilações. Quando se compara o rendimento da lavoura paulista de amendoim com o de outros países grandes produtores, observa-se ser ele sensivelmente baixo, o que, segundo os técnicos em agronomia, decorre de inade-

II — PRODUÇÃO BRASILEIRA DE AMENDOIM

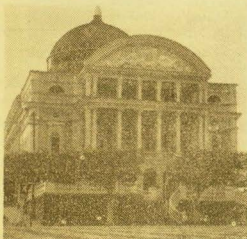
1966		
ESTADOS PRODUTORES	QUANTIDADE (1 000 t)	ÁREA (1 000 ha)
São Paulo	725,0	530
Paraná	42,4	36
Mato Grosso	17,3	9
R. G. do Sul	8,5	9
Outros	16,8	21
TOTAL	810,0	605

quado preparo do solo, baixa utilização de adubos e corretivos de solos, assim como da falta de tratamento apropriado das sementes, de combate às pragas e de rotação de cultura, além de semeadura em terras não indicadas para tanto. Essa inferioridade relativa da cultura do amendoim em S. Paulo — Estado líder da agricultura brasileira — vem sendo motivada pela escassez de capital no setor e reduzido preparo técnico da maioria dos lavradores, devendo-se considerar algumas incertezas de mercado próprias às matérias-primas industriais.



Manaus zona livre...

Hoje, com a ZONA LIVRE que foi criada para beneficiar a todos - permitindo a importação de qualquer mercadoria - MANAUS será a plataforma do progresso da Amazonia. O Banco de Londres é o único banco internacional na região amazônica, e com ela, por mais de 6 décadas, vem colaborando ininterruptamente com seus amplos recursos e experiência em finanças e câmbio. Consulte-nos e veja como é fácil transacionar através de nossa carteira de câmbio!



O Banco que conhece o mundo
Manaus: R. Guilherme Moreira, 147 - tel.: 2599
São Paulo: Rua 15 de Novembro, 165
Rio de Janeiro: Rua da Alfândega, 29-35

Record - 25.224A

Os preços pagos aos lavradores da leguminosa têm subido ano após ano, mesmo vistos em termos reais, embora, sob este ângulo, lentamente. As variações sazonais dos preços do amendoim são pouco sensíveis: o mínimo é quase sempre registrado em junho e o máximo em novembro, mas a diferença entre esses extremos não vai além de 25%. Em junho dá entrada no mercado a conhecida safra de amendoim da seca e em janeiro/fevereiro a safra das águas. Esta última encontra sempre preços mais favoráveis. Em maio/junho, ocasião em que tem início a comercialização da colheita da seca, as cotações do produto são mais baixas. Os peritos no mercado da leguminosa alegam que razões de natureza comercial têm determinado que os preços do amendoim da seca (comercialização de junho/dezembro) sejam quase 10% mais altas que os da safra das águas (janeiro/maio).

CONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO DO AMENDOIM

Pelos seus comprovados méritos dietéticos, o amendoim se vem constituindo em destacada matéria-prima para a indústria alimentar. "In natura" é largamente consumido torrado, cozido ou associado a outros alimentos — doce, chocolates e confei-

III — EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE AMENDOIM, SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS

1964/1966

PRODUTOS	VOLUME EM TONELADAS			VALOR EM US\$ 1.000		
	1964	1965	1966	1964	1965	1966
Amendoim	103	18 437	13 727	19	4 100	3 442
Farelo de amendoim ...	27 964	115 993	149 417	1 829	8 191	11 228
Torta de amendoim ...	—	5 799	5 163	—	447	403
T O T A L	—	—	—	1 848	12 738	15 073

FONTE: SEEF — Ministério da Fazenda.

tos. É como a soja uma leguminosa rica em óleo e proteína. Fornece óleo comestível de primeira ordem, quando sua extração é feita a frio. Retirado sob o emprêgo de alta temperatura, o óleo somente tem finalidades industriais. Na sua industrialização, o amendoim pode proporcionar até 30% de óleo comestível, durante a primeira compressão (a frio), e mais 5% a 10% de óleo industrial na segunda (sob a ação de calor). Por ordem de teor de gordura, o amendoim ocupa o 3.º lugar entre os vegetais produtores de

óleo. A soja detém o 1.º e a semente do algodão o 2.º.

Depois de extraído o óleo sobra a torta de amendoim, produto possuidor de reconhecidas qualidades alimentícias, desde que separadas as películas: com pouco mais de 15% de óleo e 22% de substâncias protéicas, representa um ótimo elemento para a dieta humana. Com essa torta fabrica-se uma farinha que possui cerca de 55% de substâncias azotadas, contendo caroteno e vitaminas do grupo B; um homem pode comer diariamente

NÃO
CONHECEMOS
DISTÂNCIAS:
ESTAMOS NAS
PRINCIPAIS
CIDADES
(DO BRASIL E
DO MUNDO)
OFERECENDO
SERVIÇOS RÁPIDOS,
DIA E NOITE,
NO SETOR DAS
TELECOMUNICAÇÕES.
NÃO É ISSO
QUE LHE
INTERESSA
QUANDO DESEJA
PASSAR TELEGRAMAS?

E LEMBRE-SE:
É VIA **WESTERN!**
É PRA JÁ!



WESTERN
THE WESTERN
TELEGRAPH CO. LTD.

DO GRUPO CABLE AND WIRELESS
DE COMUNICAÇÕES MUNDIAIS

25% de farinha de amendoim em sua alimentação. De outro lado, a torta com películas é boa forragem. As cascas de amendoim são usadas na adubação: dispõem de 5% de substâncias azotadas, 3,5% de minerais, principalmente potassa, e 70% de sílica.

Técnicos dedicados aos problemas de merenda escolar já se pronunciaram sobre o valor da farinha desengordurada de amendoim como suplemento protéico na alimentação das crianças das escolas primárias. Tratando das diversas fontes de proteínas vegetais, tais como a soja, amendoim, castanha-do-Pará e castanha de caju, afirmaram que não obstante os esforços despendidos para a introdução da soja em nossa alimentação, o sucesso tem sido insignificante dado a pequena aceitabilidade dessa importante leguminosa. A castanha-do-Pará e a castanha de caju, apesar de abundantes em determinadas partes do País, não são ainda convenientemente exploradas e sua produção é feita sob o regime extrativista. No entanto, a produção de amendoim tem crescido bastante e já permite pensar no uso dessa leguminosa como fonte mais habitual de proteínas.

Aquêles especialistas em questões dietéticas lembram que o amendoim fornece de 26% a 30% de proteínas, cuja compo-

sição em amino-ácidos essenciais é muito variada. Os fatores limitantes da proteína de amendoim são: a metionina, a lisina e a leucina. Esse fato não impede, porém, a sua utilização como suplemento em regime alimentar predominante de hidrocarbonados, sobretudo quando entra nestes regimes uma quota razoável de leite. Misturados a outras proteínas (milho, trigo etc.), as do amendoim tornam-se mais completas.

Mais de metade da produção da leguminosa tem sido destinada à fabricação de óleo, ficando o restante para ser consumido como amendoim torrado, salgado, com açúcar e na forma de doces, além da apreciável quantidade deixada para semente e exportação aos mercados estrangeiros. Em 1966, as exportações de produtos de amendoim compreenderam 13,7 mil t de grãos, 149,4 mil t de farelo e 5,2 mil t de torta, perfazendo essas quantidades o valor de 15,1 milhões de dólares. No triênio 1964/66 não se verificou exportação de óleo, sendo que a última registrada se deu em 1963, com 72,4 t, no valor de 20,3 mil dólares.

A região geoeconômica de S. Paulo demanda mais de 150 mil t de óleo de amendoim (45% dos óleos vegetais consumidos), correspondendo a mais de 550

mil t, ou 22 milhões de sacas do produto em casca. O amendoim descascado representa apenas 65% desse total. Partindo-se dessa estimativa de consumo, admite-se que na safra em curso se verifique ainda um consumo "in natura" de 37,5 mil t (1,5 milhão de sacas), reservas para semente de 50 mil t (2 milhões de sacas), com o que as necessidades globais do Estado sobem a 25,5 milhões de sacas, ou seja, 637,5 mil t. A produção estimada para 1966 cifra-se em 725 mil t, ficando, portanto, certa quantidade para a exportação.

Pelo visto, graças especialmente às grandes fábricas de óleos vegetais, à cultura de amendoim no País, em particular no Estado de S. Paulo, já se encontra em adiantado estágio de lavoura comercial, praticada pelos processos extensivos e intensivos. Sem dúvida, prevalecem ainda as práticas extensivas, pois somente uma parcela dos produtores utiliza de forma completa os métodos racionais recomendados pelos órgãos técnicos. O desejado aumento da lavoura depende de planejamento da consorciação de culturas, para que se possa ter um uso uniforme e contínuo da mão-de-obra durante o ano agrícola, bem como da introdução progressiva de melhores técnicas de cultivo.



Talvez mais tarde ele venha a ser um médico de verdade. E o brinquedo da infância - a caravela - ressurgirá em sua vida como um símbolo de segurança e prosperidade. Há 49 anos, a nossa caravela está presente lado a lado com os profissionais que trabalham pelo bem-estar da comunidade e pelo desenvolvimento do País. Atualmente

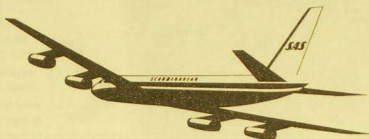


BANCO PORTUGUÊS DO BRASIL S.A.

... onde todos se dão bem há quase meio século!

SAS APRESENTA DC-8-62 "SUPER-FAN"

- o mais avançado jato do mundo!



A partir de 26 de outubro, a SAS oferece-lhe o meio mais confortável de viajar à Europa:
DC-8-62 "Super-Fan"

- o jato de alcance ultralongo, com

espaço extra... novo tipo de poltrona elimina a posição de "pernas encolhidas"

conforto extra... podendo transportar 189 passageiros, a SAS limitou esse número para 146 - pensando no prazer da sua viagem

serviço extra... ou, antes, extraordinário - como acontece a bordo de todos os aviões da SAS


economia extra... com a nova Tarifa Especial de Excursão, você pode viajar, até 15 de junho de 1968, com uma economia de 25%.

Portanto, agora é
o momento ideal de passar "aquelas"
férias na Europa!

SAS SCANDINAVIAN AIRLINES



- primeira com o DC-8-62 "Super-Fan" no Atlântico Sul



Tempo de sorrir...



...Quando todos se unem para construir um lugar cada vez melhor para viver e trabalhar. Quando as empresas realmente integradas na vida

do país contribuem para o objetivo comum. É por isso que oferecemos aos universitários brasileiros os prêmios Esso de Literatura e de Ciência, bolsas de estudos, estágios em nossa organização ou, ainda, livros técnicos. Toda gente sabe que nosso negócio é petróleo. Mas vamos um pouco além.



*Gente como você
trabalhando
para servi-lo*

IMPÔSTO DO SÊLO —
RESUMO FINAL

Pela última vez, foi cobrado, em 1966, o impôsto do sêlo, juntamente com os chamados “afins”, a que nos referiremos mais adiante. Já em 1966, não era mais um impôsto do sêlo propriamente dito e sim um impôsto sôbre obrigações financeiras, ao lado de outro sôbre operações de câmbio e transações de seguros. O impôsto tinha êsse nome, porque assim era a forma original de sua cobrança, um sêlo, ou — falando a linguagem de hoje — um carimbo aplicado a papéis. A estampilha, cujo nome hoje é sinônimo do sêlo, só veio a surgir mais tarde, junto com o sêlo adesivo postal.

Foi provávelmente êste o impôsto que mais tempo guardou um caráter puramente fiscalista, isto é, servia para arrecadar dinheiro, sem considerações econômicas. Nunca foi um impôsto muito popular e uma das causas pelas quais as então colônias de Sua Majestade Britânica resolveram desligar-se da metrópole foi justamente a resistência contra a cobrança de tal tributo. A legislação dos últimos tempos é descendente direta do Alvará, com força de lei de 10.3.1797, atendo-se, salvo nos anos mais

recentes, ao princípio documental. Assim, o impôsto recaía sôbre o documento. A consequência era imediata — e sempre o fci: procurava-se evitar ou esconder o documento. Até hoje, sem o saberem por que, muita gente imprime as suas notas fiscais com os dizeres “Não vale como recibo”. Recibo pagava sêlo e ninguém queria arriscar o arbítrio de um fiscal, que poderia achar que a nota fiscal constituía um recibo, se não de outra coisa, ao menos de entrega da mercadoria.

É preciso notar, contudo, que a forma de cobrança, ou seja, o selo adesivo, ou estampilha, não deve ser rejeitada, sem maior exame. Com efeito, nas pequenas incidências, o selo sem dúvida é uma forma mais prática, não exigindo tanta fiscalização. Todavia, o imposto ficou, por assim dizer, desmoralizado, à medida que sucessivos governos iam introduzindo novas incidências. O próprio absurdo era demonstrado pelo fato de que o governo se viu obrigado a conceder um sem-núme-

ro de isenções, como na primeira via de certidão de nascimento, nos documentos escolares, nos trabalhistas e assim por diante. Por outro lado, a introdução das máquinas de selar, que são as mesmas do Correio, serviu para facilitar de muito o registro de operações. É de desejar, entretanto, que não se abandonem integralmente a estampilha e a máquina de selar, em especial na taxa de serviços federais, remuneração de serviços prestados ao público pela União, onde a co-

I — TAXA DE PROTESTO DE TÍTULOS E ÍNDICE DE SOLVÊNCIA
NO RIO DE JANEIRO

1957/67

(NCr\$ milhões)

ANO	TAXA DE PROTESTO (por mil)	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA (1954 = 100)	TÍTULOS PROTESTADOS	EMPR. BANC. VENCIDOS (med. mens.)
1957	7,0	95	0,3	42
1958	9,3	125	0,5	49
1959	11,8	160	0,7	59
1960	9,7	181	0,7	73
1961	7,9	107	0,8	96
1962	7,6	103	1,0	128
1963	8,2	110	2	185
1964	13,8	186	4	289
1965	14,8	200	7	503
1966	31,0	419	23	756
1967	32,0*	432*	14	895

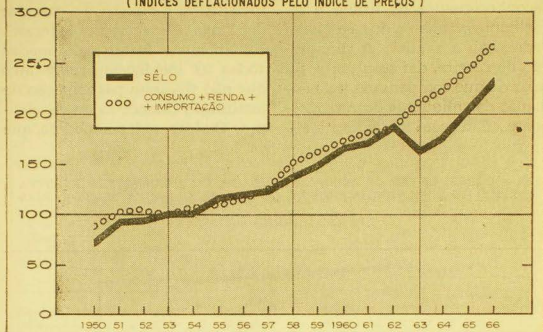
(*) Estimativa.

GRÁFICO I

ARRECAÇÃO REAL DOS IMPOSTOS FEDERAIS

1953 = 100

(ÍNDICES DEFLACIONADOS PELO "ÍNDICE DE PREÇOS")



brança, sob essa forma, deveria reduzir bastante as despesas de contabilização e fiscalização.

A REFORMA TRIBUTÁRIA

Nos trabalhos de reforma tributária, adiante referidos, prevaleceu então a idéia fundamental, de não ser este imposto fonte ideal de receita, comprovada aliás pelo fato de que, nos modernos sistemas tributários, estar declinando consideravelmente a sua importância. Outro fator significativo foi a realidade da sonegação, em praticamente todas as transações realizadas entre particulares.

Dentro do quadro geral da arrecadação tributária federal — distinta da receita industrial, patrimonial e outras espécies — o sêlo sempre representou parcela vultosa e, em 1966, atingiu mais de 500 milhões de cruzeiros novos, ou seja, perto de 1/8 do total dos 4 grandes impostos: consumo, renda, importação e sêlo. O QUADRO I mostra a evolução da cobrança.

Convém lembrar, a respeito, que desde 1958 vinham sendo desenvolvidos esforços no sentido de eliminar as incidências anti-econômicas. Tais esforços culminaram na chamada Refor-

ma Tributária, que entrou em vigor no início dêste ano. O primeiro estágio foi a eliminação do sêlo em requerimentos, fôlhas, reconhecimentos de firmas e semelhantes, além do adicional "educação e saúde". A diminuição de receita, daí resultante, foi mais do que compensada pelo aumento das alíquotas do remanescente. Em seguida, vieram a eli-

minação do sêlo de recibo, a supressão de tôdas as incidências de atos não econômicos, a isenção dos atos relativos a ações de sociedades, a criação do conceito de "taxa de serviços federais". Finalmente, foram eliminadas tôdas as incidências sôbre atos que não tivessem participação de instituição financeira ou de seguros. O alcance dessa medida, que

II — COEFICIENTES DE VULNERABILIDADE, DE INSOLVÊNCIA EFETIVA E RISCO DE INSOLVÊNCIA EFETIVA OU DE DIFICULDADES TEMPORÁRIAS

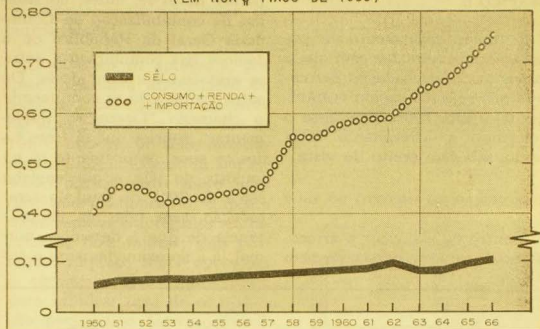
RIO DE JANEIRO — 1953/67

ANO	COEFICIENTE DE:		RISCO DE (%)	
	Vulnerabilidade	Insolvência efetiva	Insolvência efetiva	Dificuldades temporárias
1953	16,6	9,8	59	41
1954	19,9	10,9	55	45
1955	18,3	11,8	65	35
1956	18,5	9,5	51	49
1957	13,6	9,0	66	34
1958	14,5	6,5	45	55
1959	22,2	11,9	53	47
1960	12,6	7,0	56	44
1961	14,0	7,5	53	47
1962	13,2	6,2	47	53
1963	11,4	4,1	36	64
1964	11,4	4,2	37	63
1965	10,5	4,1	39	61
1966	11,5	3,8	33	67
1967 — 1.º semestre ..	12,2	3,9	32	68

GRÁFICO II

ARRECAÇÃO "PER CAPITA" DOS IMPOSTOS FEDERAIS

(EM NCR \$ FIXOS DE 1953)



representa a vitória, dentro do Ministério da Fazenda, da corrente que procura basear a arrecadação no bom-senso, ultrapassa os limites desse imposto e deveria servir de exemplo aos fiscos estaduais, onde ainda impera o espírito de criar dificuldades aos contribuintes, em vez de facilitar a cobrança.

Assim, eliminadas as outras incidências, desapareceu, ao mesmo tempo, a sonegação e, mais, a necessidade de manter uma complicada máquina de fiscalização que, pelo menos no ramo de imóveis, não deve, no passado, ter podido cobrar nem 1/10 do que

era realmente devido. Maior alíquota com menor amplitude de incidência resulta em cobrança bem mais econômica. Acresce que a cobrança hoje é feita e fiscalizada pelo Banco Central, que dá às importâncias destino previsto em lei, para reservas monetárias, em vez de as recolher ao Tesouro Nacional.

Nota-se no QUADRO I que, durante o atual decênio, a receita do selo em NCr\$ de 1953 se manteve razoavelmente constante, só aumentando em 1965 e, graças ao adicional, em 1966. Enquanto isso, os resultados da cobrança dos outros 3 impostos

foram bem mais favoráveis. Os valores do referido QUADRO aparecem, sob a forma de índices, no GRÁFICO I.

O rápido crescimento da população brasileira faz com que o aumento da arrecadação *per capita* não seja tão rápido (GRÁFICO II). Em 1966, não fôsse o adicional, a arrecadação teria caído, sob esse ponto de vista.

COMPOSIÇÃO DO IMPÔSTO DO SÊLO

Dentro do exercício, a arrecadação do impôsto parece ser bem

irregular. Tal fato, contudo, não encontra apoio em um estudo pormenorizado das incidências e parece dever-se, antes, ao sistema de contabilização da Contadoria Geral da República ou à demora nas comunicações entre as exatorias e a Contadoria. De outra forma, não se compreende o chamado "Dezembro Suplementar", rubrica que aparece todos os anos, praticamente só no impôsto do sêlo, e que engloba cerca de 20% do total da arrecadação, sem falar na circunstância de que o dezembro normal já é aproximadamente o tri-



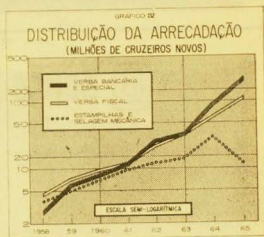
plo de um mês comum. O GRÁFICO III dá uma idéia da arrecadação, mês a mês, com o "Dezembro Suplementar" distribuído proporcionalmente entre os outros meses.

O QUADRO III apresenta, por quadrimestre, a arrecadação de cada uma das rubricas, inclusive os "afins", que eram, até o fim de 1966: imposto do sêlo, propriamente dito; adicional da Lei n.º 4 863/65; imposto sôbre loterias; sêlo penitenciário; imposto sôbre capitais empregados em hipotecas; taxa militar; sêlo pró-fauna; imposto sôbre operações a têrmo; imposto sôbre vales para brindes; taxa de recuperação pecuária e fomento rural;

III — TÍTULOS VULTOSOS PROTESTADOS NO RIO DE JANEIRO

(NCr\$ mil)

ANO	DEVEDORES PARTICULARES	TODOS OS DEVEDORES
1963	204	589
1964	905	2 112
1965	905	2 364
1966	1 570	8 222
1967 (1.º sem.)	684	3 324



sêlo especial para aposentadoria dos serventuários da justiça; e taxa de serviços federais.

O imposto do sêlo tomou o nome de imposto sôbre operações financeiras, passando a ser cobrado pelas instituições financeiras (bancos e companhias de seguro) com base no saldo mensal de suas aplicações ou prêmios e arrecadado pelo Banco Central do Brasil, que o contabiliza como

“reserva monetária”, com a destinação que a lei determinou. A taxa de serviços federais continua sob nova tabela e classificada como “taxa” e não “impôsto”. O restante desapareceu.

O QUADRO II mostra, mais uma vez, a irregular distribuição de tôdas as rubricas, durante o ano, mesmo com o “Dezembro Suplementar” distribuído. Por outro lado, o GRÁFICO IV apresenta a distribuição da rubrica do sêlo

própriamente dito, pelas diversas formas de arrecadação, até 1965. Como se vê, mesmo antes do término, a importância da estampilha já havia diminuído fortemente.

A sensação geral, com o fim dêsse impôsto, parece ter sido de alívio. O contribuinte, mesmo tendo que pagar certa importância, prefere, sem dúvida, pagá-la sob menos rubricas, alíquotas, incidências.



BANCO LOWNDES S.A.

Cx. Postal 509 — Tel. 23-8145 (*) — Telex 462
Inscrição no C. G. C. nº 33.104.506

MATRIZ — AV. PRESIDENTE VARGAS, 290-A — Edifício Lowndes — Sede Própria

AGÊNCIAS NO RIO DE JANEIRO

Castelo:
Rua México, 90 — Tel. 42-1358
Copacabana:
Av. Copacabana, 777-A — Tel. 37-9755
Leblon:
Av. Ataulfo de Paiva, 794 — Tel. 47-4990
Botafogo:
Praia de Botafogo, 360 — Tel. 46-7004

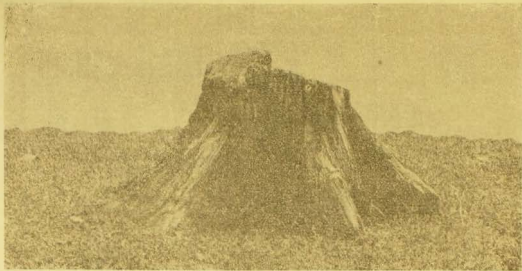
EM SÃO PAULO

Sucursal — Rua da Quitanda, 144
Cx. Postal 8168 — Tel. 36-7174 — Telex 531
Agência Bela Vista
Rua Maria Paula, 29 — Tel. 36-4545
Agência Brasília
Av. W3 — Setor CR — Quadra 507
Bloco A nº 3 Zona Sul

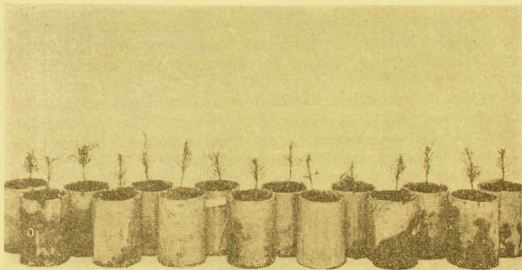
BALANCETE EM 5 DE OUTUBRO DE 1967
Resumo incluindo operações da Sucursal e Agências

ATIVO		PASSIVO	
	NCr\$		NCr\$
Disponível em caixa e Bancos ..	1.610.021,88	Capital e Reservas	4.656.762,06
Empréstimos e descontos	7.854.868,70	Depósitos a vista e a prazo	15.876.030,73
Outras contas	44.483.904,93	Outras contas	33.416.002,72
	<u>53.948.795,51</u>		<u>53.948.795,51</u>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Vivian Lowndes — Presidente do Conselho de Administração; José Garrido Tôres — Diretor Presidente; Donald de Azambuja Lowndes, C. B. E. — Diretor Superintendente; Carlos Freire Zenha — Diretor Gerente; Affonso Almiro — Diretor Gerente; Carlos Augusto Niemeyer Soares — Diretor; Ronaldo Aguinaga Lowndes — Diretor; Raul Gomes de Mattos — Diretor; Walter Frederick Pretlyman — Diretor; Oswaldo Benamin de Azevedo — Diretor; Hans Otto Schultz — Diretor; Roberto Ugolini — Diretor; Francisco Scarpa — Diretor; Octavio Gouvêa de Bulhões — Diretor; Wilson da Cunha (contador - CRC-GB 10.850).



UM...



QUINZE...

Para cada pinheiro que cortamos, plantamos quinze. O resultado é que criamos o maior serviço particular de reforestamento existente em todo o mundo, segundo conclusões da FAO, órgão da ONU. São 36 mil hectares de plantações que representam trabalho intenso de quinze anos. Trabalho feito com recursos próprios, sem qualquer cooperação governamental.

E para que tanto pinheiro?

Para produzir papel de imprensa.

Hoje já atendemos a cerca de 80% do consumo de nossos

jornais. Apenas este ano, isso vai representar uma economia de 18 milhões de dólares em divisas que serão usadas para o desenvolvimento do país.

Ha um dado a mais que V. deve conhecer: a do papel de imprensa foi a única industria nacional que cresceu e se desenvolveu sem qualquer proteção alfandegaria. Ao contrario, a proteção favorece os concorrentes internacionais seculares. Mas a industria brasileira de papel de imprensa venceu.

Graças, em grande parte, a colaboração de jornais dedicados a defesa do interesse nacional. Como este que V. está lendo.

INDÚSTRIAS KLABIN

do Paraná de Celulose S. A. - Monte Alegre (Paraná) - São Paulo - Rio de Janeiro

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BALANÇETE EM 5 DE OUTUBRO DE 1967

ATIVO		PASSIVO	
FINANCEIRO INTERNO		FINANCEIRO EXTERNO	
OPERAÇÕES:		DEPÓSITOS DE ENTIDADES INTERNACIONAIS:	
Apólos e Obrigações	260,00	Associação Internacional de Desenvolvimento	45.596.900,00
Devedores p/ Financiamentos e Refinanciamentos (FUNAGRI)	126.951.536,06	Banco Interamericano de Desenvolvimento	97.370.258,15
Devedores por Refinanciamentos (Res. Bancentral n.º 21)	29.572.909,55	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	89.709.708,91
Emprestimos a Instituições Financeiras	307.680.611,79	Corporação Financeira Internacional	0,55
Títulos Públicos Federais:		Fundo Monetário Internacional	943.566.474,70
Letras do Tesouro Nacional	148.877.936,09		
Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Res- juntável — Operações Especiais	48.387.281,00	FINANCEIRO INTERNO	
Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo não Resajuntável	684.255.425,24	DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:	
Outros Títulos	172.904,96	Depósitos Compulsórios	1.343.611.465,11
Títulos Redescontados	390.973.236,03	Depósitos para Constituição e Aumento de Capital de Insti- tuições Financeiras	57.881.486,15
		Depósitos Decorrentes de Vendas de Câmbio	212.369,50
		Depósitos Voluntários	9.136.669,57
		Outros Depósitos	30.640.233,37
		RECURSOS VINCULADOS:	
		Fundo de Defesa de Produtos Agrícolas	361.571.973,23
		Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Su- plimentos Minerais — FUNFERTIL	4.740.288,36
		Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX)	170.478.453,58
		Fundo Geral para Agricultura e Indústria (FUNAGRI) — De- creto n.º 56.835-65	323.832.313,03
		Fundo para Investimentos Sociais — FUNINBO	4.050.000,00
		Fundo para Correr a Compromissos Decorrentes de Emprésti- mos Externos	3.565,73
		OUTRAS EXIGIBILIDADES:	
		Tesouro Nacional — Recursos de Obrigações Resajuntáveis	277.456.125,76
		Tesouro Nacional — Recursos Originários de Operações Espe- ciais com Entidades Internacionais	87.733.941,70
		Outras Contas	348.631.781,43
			713.820.848,89
			3.210.971.507,54
			4.396.473.649,35
		Total do Passivo Financeiro	
		PERMANENTE	
		PENDENTE	
		PATRIMÔNIO E RESERVAS	
		COMPENSAÇÃO	

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1967

Carlos Meusias Barbosa
Departamento Administrativo
ChefeAthayde de Oliveira Mello
Controlador Geral
C.R.C. — CB — n.º 13.387May Arthur da Silva Lame
Presidente

SOLVABILIDADE E POLÍTICA ANTIINFLACIONÁRIA

Nos últimos 15 anos, certos aspectos das relações comerciais entre credores e devedores na praça do Rio de Janeiro sofreram importantes alterações. A escala de cumprimento de obrigações financeiras assumidas diminuiu apreciavelmente. Não obstante, os credores de firmas em atraso na liquidação de compromissos vencidos relutaram cada vez mais em solicitar a insolvência. Mesmo quando um pedido sobre o particular é encaminhado à justiça, uma porcentagem crescente — no momento a maioria — de organizações faltosas consegue efetuar o respectivo pagamento enquanto tramitam os processos falimentares. A taxa de protesto de títulos e o coeficiente de vulnerabilidade se revelaram sensíveis indicadores das modificações conjunturais. O coeficiente e o risco de insolvência efetiva medem com precisão a capacidade de recuperação depois de terem surgido dificuldades financeiras.

Ainda em 1966 teria sido solicitada a falência ou concordata de 854 firmas, caso prevalecesse um coeficiente de vulnerabilidade de 20 (valor atingido ou excedido em vários anos entre 1954 e 1959). Graças à atitude liberal dos credores, só foram efetivamente apresentados 490 requerimentos neste sentido. Em vez de 427 falências de-

cretadas e concordatas deferidas (que teriam ocorrido, se o coeficiente de insolvência efetiva se houvesse mantido em volta de 10), apenas se contaram 163. Superada a crise transitória das empresas afetadas, 264 empreendimentos continuaram a exercer sem restrições a sua atividade. Isto representa a manutenção em exercício de aproximada-

mente 1 000 empregados e a volta à rentabilidade de substanciais investimentos.

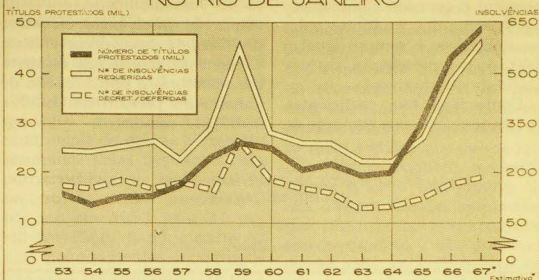
OS COEFICIENTES IMPORTANTES

CONJUNTURA ECONÔMICA recorre, em suas análises periódicas da solvência, a diversas estatísticas e emprega vários medidores, a fim de acompanhar de pronto a evolução deste importante aspecto da economia nacional e aferir com a necessária precisão as alterações ocorridas. Algumas das estatísticas são oficiais, como, por exemplo, a de empréstimos bancários à indústria, ao comércio etc. Outras vêm sendo elaboradas pela própria CONJUNTURA ECONÔMICA, como a de títulos protestados ou a de falências e concordatas. As modificações no campo da solvabilidade são nesses exames focalizadas através de 2 tipos de medidores. Já a simples comparação da incidência do protesto de títulos ou de insolvidências comerciais etc. fornece valiosas informações a respeito da conjuntura. Em certas ocasiões não esclarece, entretanto, as verdadeiras causas de determinadas observações. Estabelecendo, porém, outros instrumentos de medição, com aproveitamento dos já referidos resultados estatísticos, torna-se viável aprofundar a análise. A pesquisa da correlação, interdependência e defasagem em certos perío-

dos da solvabilidade é capaz de fornecer uma série de importantes conhecimentos suplementares aos inicialmente mencionados. Uma melhor noção da solvência não terá então de se limitar a alterações a prazo curto. Com o auxílio de alguns conceitos simples poderemos tornar claras diversas tendências que se manifestam ao longo dos anos.

O primeiro deles é a taxa de protesto de títulos. Trata-se do quociente "títulos protestados/empréstimos bancários vencidos". Os valores obtidos indicam qual a parcela dos compromissos financeiros assumidos pela economia privada a prazo curto que deixou de ser atendida. Outro conceito importante é o que chamamos de coeficiente de vulnerabilidade. Mostra quantas falências ou concordatas foram requeridas ao tempo de se levarem a protesto 1 000 promissórias ou duplicatas. Os credores de firmas que não liquidaram pontualmente títulos vencidos, ou iniciam imediatamente o respectivo processo falimentar, ou então concedem ao devedor em atraso um prazo adicional para que efetue o pagamento. Nesta última hipótese procuram facilitar-lhe a amortização devida e somente solicitam a insolvidência em último recurso, isto é, se da sua liberalidade não resultar a restituição admitida. É de notar, ain-

PROTESTO DE TÍTULOS E INSOLVÊNCIAS NO RIO DE JANEIRO



da, que, além de firmas sujeitas a falência ou concordata, são freqüentemente protestadas promissórias ou duplicatas de responsabilidade de indivíduos. O atraso ou a falta de cumprimento da obrigação assumida por estes não acarreta explicitamente um insucesso comercial. Somente, como efeito secundário, uma organização que tenha a receber substancial quantia de consumidores finais poderia tornar-se insolvente, se grande parte desses compromissos não fôr atendida.

Releva também salientar o coeficiente de insolvência efetiva. Nem todos os pedidos de falência ou concordata tramitam até o julgamento. Muitos pro-

cessos falimentares são abandonados em virtude da liquidação, embora atrasada, dos débitos vencidos pela firma responsável, ou em virtude de ser indeferida pelo juiz a pretensão do credor. Enquanto o coeficiente de vulnerabilidade informa em que escala organizações se encontram em dificuldades financeiras, possivelmente não duradouras, o coeficiente de insolvência efetiva esclarece em que medida tais dificuldades se tornaram definitivas e insuperáveis. Finalmente, é também importante o risco de insolvência efetiva. Determinando que parcela das falências ou concordatas solicitadas chega a ser decretada respectivamente deferida, verifica-se que grau de ameaça à sobrevivência da em-

prêsa representa um princípio de processo falimentar. O "Risco de dificuldades temporárias" constitui o conceito complementar. A soma dos 2 últimos valores numéricos é sempre igual a 100, pois representa a certeza (total de alternativas).

Conhecidos tais coeficientes, podemos examinar a evolução da

solvabilidade levando em conta o comportamento da taxa de protesto de títulos, do coeficiente de vulnerabilidade, do coeficiente de insolvência efetiva e do risco de insolvência efetiva. Como base servirão as estatísticas referentes à praça do Rio de Janeiro no período de 1953 e 1967 (1.º semestre).

I — TAXA DE PROTESTO DE TÍTULOS E ÍNDICE DE SOLVÊNCIA
NO RIO DE JANEIRO

1957/67

(NCr\$ milhões)

ANO	TAXA DE PROTESTO (por mil)	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA (1954 = 100)	TÍTULOS PROTESTADOS	EMPR. BANC. VENCIDOS (méd. mens.)
1957	7,0	95	0,3	42
1958	9,3	125	0,5	49
1959	11,8	160	0,7	59
1960	9,7	131	0,7	73
1961	7,9	107	0,8	96
1962	7,6	103	1,0	128
1963	8,2	110	2	185
1964	13,8	186	4	289
1965	14,8	200	7	503
1966	31,0	419	23	756
1967	32,0*	432*	14	895

(*) Estimativa.

Nos últimos 10 anos (ver QUADRO I) o valor global de promissórias e duplicatas não pagas se elevou 77 vezes, enquanto os empréstimos bancários vencidos só aumentaram 18 vezes. Os compromissos financeiros não liquidados cresceram, portanto, muito mais do que as obrigações assumidas pelos devedores. Em outras palavras: a taxa anual de protesto de títulos passou de 7 por mil em 1957 para 31 por mil em 1966. A não-restituição dos financiamentos quadruplicou, pois, aproximadamente para cada unidade monetária a amortizar, conforme mostram os valores "índice de solvência". Este agravamento se processou de forma progressiva, salvo entre 1960 e 1962, quando a frequência relativa do protesto de títulos melhorou, em caráter temporário, em cerca de 40%. É que a taxa baixou de 11,8 para 7,6 por mil. A partir de 1964 diminuiu rapidamente a capacidade dos devedores de cumprir pontualmente as suas obrigações.

Os resultados numéricos do QUADRO I transmitem, todavia, uma imagem exagerada. A deterioração da solvência não foi tão grave quanto aparenta à primeira vista. Para obter as taxas de protesto, confrontamos o montante de títulos não pagos com o valor dos créditos bancários ven-

cidos, como se estes representassem a totalidade dos financiamentos a amortizar. Acontece, porém, que em certas épocas, quando prevalece uma política de restrição ao crédito, o comércio, a indústria e outros setores da economia nacional se valeram, além dos empréstimos em estabelecimentos de crédito, de recursos cedidos por outras fontes. Não se conhece, evidentemente, a cifra que provém de tais origens. Nessas circunstâncias, algumas das taxas constantes do QUADRO I são provavelmente mais altas do que os resultados ideais que se encontrariam mediante inclusão no cálculo de todos os compromissos assumidos pelos devedores. O mais importante para efeito do presente estudo reside, porém, no fato de as taxas de protesto e os índices de solvência, reproduzindo com razoável fidelidade o fenômeno investigado, revelarem tendência crescente.

DECLINA O COEFICIENTE DE VULNERABILIDADE

No GRÁFICO podemos acompanhar a evolução de 3 fases da insolvência: o protesto de títulos, o requerimento de falência ou concordata e a sua decretação, respectivamente, deferimento. À primeira vista verifica-se que a quantidade de promissórias e duplicatas levadas a protesto cresceu em escala modera-

da até 1959, depois diminuiu até 1963 e aumentou fortemente nos últimos anos. Já o número de insolvências comerciais pedidas até 1963 não segue curso tão regular. São freqüentes os desvios apreciáveis. Mesmo assim, nota-se um período de estabilidade relativa que vai até 1957.

Seguiu-se então um triênio de amplas oscilações. De 1961 a 1964 a quantidade de falências e concordatas solicitadas tendeu a diminuir. Nos últimos 2 anos, finalmente, observa-se de novo incidência bem maior. Quanto às falências decretadas e concordatas deferidas, ao contrário das

II — COEFICIENTES DE VULNERABILIDADE, DE INSOLVÊNCIA EFETIVA E RISCO DE INSOLVÊNCIA EFETIVA OU DE DIFICULDADES TEMPORÁRIAS

RIO DE JANEIRO — 1953/67

ANO	COEFICIENTE DE:		RISCO DE (%):	
	Vulnerabilidade	Insolvência efetiva	Insolvência efetiva	Dificuldades temporárias
1953	16,6	9,8	59	41
1954	19,9	10,9	55	45
1955	18,3	11,8	65	35
1956	18,5	9,5	51	49
1957	13,6	9,0	66	34
1958	14,5	6,5	45	55
1959	22,2	11,9	53	47
1960	12,6	7,0	56	44
1961	14,0	7,5	53	47
1962	13,2	6,2	47	53
1963	11,4	4,1	36	64
1964	11,4	4,2	37	63
1965	10,5	4,1	39	61
1966	11,5	3,8	33	67
1967 — 1.º sem.	12,2	3,9	32	68

requeridas, foram diminutas as flutuações. Recentemente, até se notou tendência no sentido de diminuição, respectivamente, de estabilização.

A fim de aperfeiçoar o nosso conhecimento do fenômeno da insolvabilidade além do acima exposto, vamos basear-nos no fato de, geralmente, o protesto de títulos, quando se refere a firma comercial, industrial ou organização similar, ser seguido ou acompanhado de solicitação de falência ou concordata. Determinamos então a quantidade de insolvências requeridas, que correspondem em cada ano a 1 000 promissórias ou duplicatas não liquidadas. Este "coeficiente de vulnerabilidade" consta do QUADRO II. A sua evolução nos mostra — o que antes não se podia perceber com auxílio do método inicialmente empregado — que, em tese, a não-restituição de uma importância emprestada representou nos últimos 15 anos ameaça cada vez menor à sobrevivência de firmas devedoras, que se revelaram faltosas ou impontuais. O valor numérico de tal medidor se situou entre 1953 e 1956 em volta de 18, de 1957 a 1962 em torno de 14 e desde então só excepcionalmente ultrapassa 12. O aumento recente do número absoluto de insolvências pedidas não indica, portanto, maior vulnerabilidade das or-

III — TÍTULOS VULTOSOS
PROTESTADOS NO RIO
DE JANEIRO
(NCr\$ mil)

ANO	DEVEDORES PARTICULARES	TODOS OS DEVEDORES
1963	204	589
1964	905	2 112
1965	905	2 364
1966	1 570	8 222
1967 (1.º sem.)	684	3 324

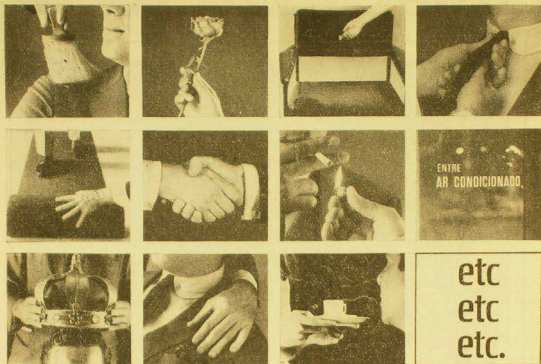
ganizações que operam na praça. O que se observa é justamente o oposto, conforme vimos acima. A expansão do protesto de títulos, entretanto, foi de tal ordem que, apesar do declínio do coeficiente de vulnerabilidade, cresceu a quantidade de firmas que tiveram iniciados processos falimentares. Se este coeficiente tivesse permanecido no nível do princípio do período investigado, a incidência de insucessos comerciais, em consequência da superior quantidade de promissórias e duplicatas não atendidas, teria superado a que efetivamente ocorreu.

Em certa medida o decréscimo do coeficiente de vulnerabilidade também refletiu cota maior da responsabilidade dos devedores particulares no conjunto dos compromissos não satisfeitos. Os empréstimos pessoais e as prestações relativas às compras de bens diversos a crédito constituem parcela importante dos financiamentos que se vencem continuamente. Embora não sejam exatamente conhecidas as porcentagens dos totais que correspondem a tais obrigações ou dos respectivos títulos protestados, a estatística de "Conjuntura Econômica" revela (ver QUADRO III) que no mínimo 20% das promissórias e duplicatas de valor unitário elevado deixam de ser pagas por pessoas físicas. Tais faltas cometidas por devedores particulares não são, por motivos óbvios, seguidas ou acompanhadas de requerimentos de insolvência. Nestas condições, tudo indica que variações quanto ao protesto de títulos de responsabilidade de indivíduos foram, em parte, a causa do decréscimo observado no coeficiente de vulnerabilidade.

Da mesma forma que este medidor indica a quantidade de insolvências solicitadas por ... 1 000 títulos protestados, o "coeficiente de insolvência efeti-

va" informa o número de falências decretadas e concordatas deferidas por 1 000 títulos levados a protesto. Através do primeiro estabelecemos o número de processos falimentares apenas iniciados, independentemente do seu término, levando em conta o protesto de papéis comerciais; já com auxílio do segundo, só computamos, de maneira análoga, os insucessos definitivos de firmas. O coeficiente de insolvência efetiva, segundo se verifica no QUADRO II, acompanhou nos 14 1/2 anos investigados a tendência geral do coeficiente de vulnerabilidade. Decresceu de aproximadamente 11 no início do período para cerca de 4 desde 1963. Todavia, os resultados numéricos deste medidor correspondem desde 1962 a porcentagens cada vez menores do coeficiente de vulnerabilidade.

Este declínio do "risco de insolvência efetiva" (ver QUADRO II e definição do conceito sob (4)) significa que as dificuldades financeiras de firmas envolvidas em processos falimentares foram ultimamente, na maioria dos casos, de caráter temporário, ao passo que no 1.º decênio do período examinado um requerimento de falência ou concordata constituía ameaça bem mais séria à sobrevivência da organização.



**O Banco de Crédito Real
tem a coragem de declarar
que não vive sem você.**

Pense nisso.

Um banco como o Crédito Real não existe apenas para guardar o seu dinheiro e sim para ajudá-lo, com bons serviços. Por isso, sendo um banco que tem a tradição de ser sempre moderno e dinâmico, o Crédito Real oferece:



o melhor equipamento para atender seus clientes com rapidez e segurança, desconta cheques em tempo recorde, controla os serviços

através de computador eletrônico, cobre o Brasil inteiro com sua rede nacional de Telex. Tudo isso para você usá-lo cada vez mais.

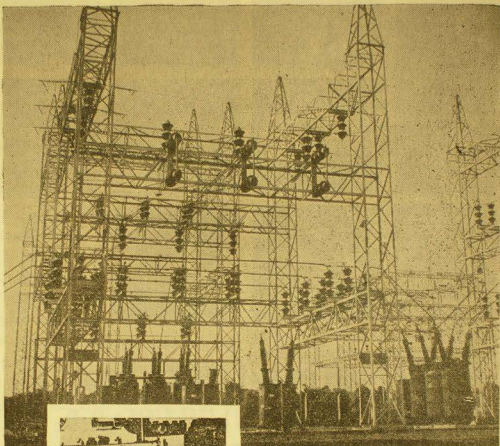
O Crédito Real quer servir melhor a você e está disposto a oferecer sempre mais, para que você apareça sempre.

Durante setenta e oito anos o Crédito Real tem aprendido a viver com seus clientes e obter a confiança deles. Você já é cliente do Crédito Real?



Pense no

BANCO DE CRÉDITO REAL
DE MINAS GERAIS S. A.



GABRIEL

MAIS ENERGIA ELÉTRICA SIGNIFICA
MAIOR CONFORTO E BEM-ESTAR A POPULAÇÃO
E CRIA AS CONDIÇÕES PARA
O CRESCIMENTO INDUSTRIAL, SUPORTE ECONÔMICO
DAS SOCIEDADES DESENVOLVIDAS.
E A CODEPAR TEM DADO TODO O APOIO FINANCEIRO
PARA ACELERAR AS OBRAS DE ELETRIFICAÇÃO
DO PARANÁ, A FIM DE AUMENTAR
NO MAIS CURTO PRAZO A OFERTA
DESSE IMPORTANTE FATOR DE DESENVOLVIMENTO.
O PARANÁ DE HOJE É UMA SÍNTESE DO BRASIL DE AMANHÃ



CODEPAR

**GOVÊNO
PAULO
PIMENTEL**

MAIS INDÚSTRIAS NO PARANÁ



PROGRAMAS DE ELETRIFICAÇÃO NO CENTRO - SUL

A intensificação dos programas energéticos do país, nos últimos 10 anos, adquiriu especial ênfase na região Centro-Sul, principalmente a partir da implantação das etapas iniciais das usinas hidrelétricas de Furnas e Três Marias e do início do interligação dos principais sistemas elétricos locais. Em 1962 e 1963, foram instaladas as unidades geradoras n.ºs 1, 2 e 3, cada uma de 65 mil kW, da Usina Hidrelétrica de Três Marias, a cargo da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A), que faz parte do plano geral de desenvolvimento do Vale do S. Francisco. Em fim de 1965, entrou em operação a 4.^a unidade (também de 65 mil kW), estando prevista para os próximos 15 meses a entrada em operação das 5.^a e 6.^a unidades, e até 1970/1971 a das unidades 7 e 8, tôdas de capacidade unitária de 65 mil kW, totalizando afinal 520 mil kW.

A seu turno, a entrada em operação, em meados de 1965, da 6.^a unidade (de 150 mil kW) assinalou a inauguração da Usina Hidrelétrica de Furnas, no rio Grande, de vez que foi então atingida a capacidade instalada de 900 mil kW, e as unidades 7 e 8 (também de 150 mil kW cada uma), não sendo de "base" mas de "ponta", desti-

nar-se-ão mais a atender demandas críticas do respectivo sistema. Quando montadas, previsivelmente até 1970/71, elevarão para 1,2 milhão de kW a capacidade nominal definitiva da Usina.

Simultaneamente com a inauguração da etapa que elevou a potência instalada daquela usi-

na para 900 mil kW, a Central Elétrica de Furnas S/A, empre-sa de economia mista, subsidiá-ria da ELETROBRÁS, iniciou as obras de implantação da Usina Hidrelétrica do Estreito (600 mil kW, em 4 grupos, de 150 mil kW, elevando-se após para o total de 900 mil kW), no rio Grande, cujas 4 primeiras unida-des entrarão a operar entre 1969 e 1970 (a 1.^a em março de 1969 e as seguintes cada 3 me-ses). Em julho de 1966, a CEMIG iniciou as obras civis da Usina Hidrelétrica de Jaguará, também no rio Grande, a qual deverá pôr em operação seus 6 grupos geradores, dos quais 4 de 100 mil kW cada um e os 2 úl-timos de 120 mil kW cada, no período de 1970 a 1974, totali-zando cerca de 640 mil kW de capacidade.

Vêm sendo, assim, realizadas as primeiras usinas após-Furnas que contam com a regularização do regime fluvial e o máximo de aproveitamento hidráulico pos-sível depois da execução daque-la obra-chave, cuja utilidade não é apenas gerar diretamente ele-tricidade, senão comandar toda a sequência de aproveitamentos do rio Grande, a seu jusante, fa-zendo com que esse curso d'água possa ter, quando inteiramente aproveitado, uma potência ins-talada que se aproximará dos 10 milhões de kW.

Como se recorda, data de duas décadas o aproveitamento inicial do rio Grande, pela CEMIG e pela Cia. Paulista de Fôrça e Luz (com a Usina Hidrelétrica de Peixotos, em sua etapa inicial). Surgiram, assim, as Usinas Hi-drelétricas de Camargos (50 mil kW), Itutinga (50 mil kW) e a citada de Peixotos, esta ainda com 175 mil kW em sua etapa inicial e que, por efeito da regu-larização do rio Grande, por Fur-nas, poderá chegar a 475 mil kW de potência final.

FURNAS E A GUANABARA

Dentro de 60 dias deverá en-trar em operação a linha de transmissão Furnas-Guanabara, de 300 MW de capacidade má-xima e 345 kV de tensão de ser-viço (Furnas-Andrelândia-Valença-Barra do Pirai-Mendes-Nova Iguaçu-Jacarepaguá). Em Jacarepaguá, GB, onde se dá o abaixamento de tensão (345 kV/138 kV), a linha se bifurca indo um ramo para Cascadura e outro para o Jardim Botânico. A linha do Jardim Botânico per-mitirá, já a partir do fim de 1967 e até abril de 1968, a mu-dança da frequência, de 50 para 60 hertz (ciclos/seg), a partir da Gávea, S. Conrado, Leblon. Ipanema, Copacabana (Pôsto 6), Lagca, Flamengo e parte do centro da cidade do Rio de Ja-

neiro. Está aliás sendo divulgada pela ELETROBRÁS o Plano Diretor de Conversão de Frequência da Guanabara, cuja conclusão se prevê até 1971, com a conversão de todo o Estado à nova ciclagem.

O segundo circuito da linha Furnas-Guanabara, também de capacidade até 300 MW e tensão de 345 kV, deverá entrar em funcionamento previsivelmente no 2.º semestre de 1969. Para atendimento a áreas fluminenses da Light e da CBEE (Cia. Brasileira de Energia Elétrica), está igualmente prevista a implantação, até 1968/69, da linha de transmissão Cascadura (GB)-Imbariê (RJ)-Alcantara (RJ), de 100 MW de capacidade e 138 kV de tensão, a ser duplicada 1 a 2 anos após. A implantação possível de uma linha de transmissão entre Cascadura e Macabu ou Campos, RJ, levando a energia de Furnas ao Norte do Estado do Rio de Janeiro, é outra solução que, além das usinas locais existentes e projetadas, poderá servir para o suprimento energético de toda aquela área.

Dado que os aproveitamentos possíveis nas proximidades da Guanabara e no Estado do Rio vêm escasseando, ou se tornando sensivelmente antieconômicos, máxime em face da interli-

gação dos sistemas elétricos da região Centro-Sul, é cada vez maior a dependência desses Estados da energia elétrica gerada nos aproveitamentos do rio Grande.

Estão, atualmente, também a cargo da Central Elétrica de Furnas S/A a Usina Termelétrica de Santa Cruz (160 mil kW, GB, cuja primeira unidade (80 mil kW) entrou em operação em setembro de 1967 e a segunda o fará em março de 1968, e a Usina Hidrelétrica de Funil do Rio Paraíba (210 mil kW), de início operativo previsto para 1969. Está, igualmente, projetada a ampliação da Termelétrica de Santa Cruz, para mais 400 MW (dois grupos de 200 mil kW), para entrada em operação até 1972, com financiamento da AID.

No ano em curso, foi dada concessão a Furnas para a construção e operação das Usinas Hidrelétricas de Pôrto Colômbia (400 MW) e Marimbondo . . . (1.200 MW), no rio Grande, cuja operação se prevê, respectivamente, para 1973 e 1975/1976. Assim, o suprimento da área da Guanabara, que é hoje da ordem de um milhão de kW, deverá ser duplicado, pelo sistema de Furnas, entre 1967 e 1972, de vez que se destinarão à região guanabarina mais 1.070

muitos são dos nossos...



Há mais guarda-chuvas nossos na rua do que você imagina. Realmente, nós gostaríamos de ter muito mais: de oferecer um guarda-chuva financeiro a cada pessoa, de poder atender a todos na hora da chuva... Mas a verdade é que damos preferência aos nossos clientes constantes e pontuais: pessoas e firmas que conhecemos, com quem mantemos permanentes relações de negócios. E estas são numerosas. E são atendidas na medida do possível. Por que não se tornar uma delas? Aproxime-se do Banco Nacional de Minas Gerais. Abra uma conta e comece a trabalhar conosco. Seja nosso depositante e cliente de todo o ano. Cedo você verá que vale a pena contar com um grande banco.

Como o Nacional trabalhará com você:

Rapidez nas respostas

Normalmente. Sim ou Não em 24 horas

Propostas por telefone

Privilegio dos Clientes constantes.

Você será um deles

Crédito imediato das duplicatas aprovadas

Serviço Urgente Telex

Ligando Rio, S. Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Recife, Curitiba e Porto Alegre

Cobertura nacional

137 Agências em todo o Brasil



BANCO NACIONAL

DE MINAS GERAIS S.A.

- o banco que está a seu lado

J M M

MW, sendo: 560 MW da Termelétrica de Santa Cruz, 300 MW do saldo da capacidade transmitida pelas duas linhas Furnas-Guanabara e 210 MW da Hidrelétrica de Funil do Paraíba.

Embora a taxa anual média de crescimento da demanda de eletricidade da Guanabara seja ainda de 5 a 6%, tudo leva a crer que, com o aceleração dos programas de industrialização e urbanização, e bem assim com o Plano de Expansão e Melhoria da Distribuição da LIGHT, aquela taxa se eleve a níveis mais próximos da média brasileira, entre 8 a 9% anuais.

NOVOS PROJETOS DA CEMIG

Além da ampliação da capacidade geradora da Usina de Três Marias, dos atuais 260 MW para 390 MW em 1969 e, afinal, 520 MW em 1971/1972, estão previstos os seguintes aproveitamentos na bacia do rio São Francisco em Minas Gerais, que se supõe realizáveis somente nos dois terços finais da década dos 70: Tabocas — Pompeu (100 MW), Anguereta — Chôro — Retiro (134 MW), Formoso (190 MW), Quartel—Hulha Branca — Rodeado — Alívio (206 MW), Bica Grande (212 MW), Queimado (94 MW), Roncador — Garrote (119

kW), Januária (214 MW) e Bananeiras (187 kW).

Foram êles, como os demais, nos rios Grande, Paranaíba, Tietê, Paraná, Paranapanema, Doce, Jequitinhonha, Paraíba, Ribeira, Itabapoana etc., inventariados, para posterior estudo de viabilidade, pelo Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul do Brasil, constituído em cooperação de técnicos e recursos do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas, Banco Mundial, BNDE, ELETROBRÁS, entidades e empresas que se dedicam ao problema da energia elétrica no Centro-Sul, além da CNEM, CPCAN, CSN e ECOTEC.

Assinalam-se, todavia, como de realização mais imediata, pela CEMIG, além da Usina Hidrelétrica de Jaguará, mais as Usinas de: Igarapava (200 MW) e Volta Grande (400 MW), no rio Grande, de operação inicial prevista, respectivamente, para . . . 1973 e 1975; Canal de São Simão (1.700 MW), no rio Paranaíba, prevista para 1976/1977.

No rio Jequitinhonha, prevê-se como possível a operação até 1976 da Usina Hidrelétrica de Salto da Divisa (400 mil kW, aproximadamente), de concessão da ELETROBRÁS.

A Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba, desempenha papel relevante na interligação dos principais sistemas elétricos da região Centro-Sul com o Estado de Goiás e o Distrito Federal (Brasília). Dispondo atualmente de 28 mil kW de capacidade instalada, tem bastante adiantadas suas obras de ampliação que lhe adicionarão 100 mil kW até fim de 1967/início de 1968, totalizando nessa etapa cerca de 128 mil kW, que poderão chegar, em 1975/1976, a 400 mil kW, em nova expansão na dependência da regularização do rio Paranaíba, também a ser empreendida a partir do início da década dos 70.

Também de interesse do suprimento energético de Brasília (DF), vem sendo estudada a Usina Hidrelétrica de Queimados (150 MW), num afluente do rio Urucuia, em aproveitamento que se admite operável a partir de 1973/1974.

PROJETOS DA CESP

As Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), criadas em 1966 e tendo como subsidiárias a . . . CELUSA (Centrais Elétricas de Urubupungá S/A), a CHERP (Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo), a USELPA (Usinas Elé-

tricas do Paranapanema) e a BELSA (Bandeirante de Eletricidade S/A), deverão pôr em funcionamento operativo, a partir de 1968, diversas usinas. Entre 1968 e 1970, deverão operar as usinas hidrelétricas de: Bariri (ampliação de 82,8 para 124,2 MW), Ibitinga (132 MW), Xavantes (400 MW) e Jupia . . . (1.200 MW), esta integrante do conjunto de Urubupungá. Bariri e Ibitinga deverão operar plenamente em 1968, Jupia, inicialmente em três grupos de 100 MW cada, em fim de 1968/princípio de 1969, e Xavantes em fim de 1970. As primeiras unidades da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira (1.700 MW, indo até a capacidade final de 2.500 MW), também integrante do conjunto de Urubupungá, deverão operar a partir de 1973/1974.

Além do suprimento parcial de energia elétrica decorrente da interligação de sistemas e de pequenas usinas locais, o Paraná deverá operar, em fim de 1969, a Usina Hidrelétrica de Capivari — Cachoeira (250 MW) e acelerar os estudos e projetos definitivos do desvio do rio Negro.

O citado Comitê do Centro-Sul informa que, em relação aos projetos de desvio dos rios Canoas (805 MW) e Negro (3.030 MW), nas vertentes oceânicas de Santa Catarina e

do Paraná, uma parte considerável dos respectivos potenciais energéticos dependerá da efetiva utilização da diversidade de seus regimes hidrológicos face aos das bacias hidrográficas da região Centro-Sul. Tal utilização está, assim, vinculada à operação interligada com os demais sistemas regionais, condicionando o seu aproveitamento.

Vem sendo, igualmente, cogitada a ampliação em mais 100 ou 200 MW da Usina Termelétrica da SOTELCA, no Sul de Santa Catarina, para queima local do carvão-vapor daquele Estado. Tal projeto está, todavia, na dependência dos estudos do Comitê da Região Sul, que, a exemplo do Comitê do Centro-Sul, cuida de realizar o levantamento e equacionar os problemas energéticos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

CONCLUSÃO

Apesar de racionalmente programados os aproveitamentos energéticos da região Centro-Sul, os projetos em curso e os novos empreendimentos estão na dependência direta de recursos nacionais e de financiamentos externos adicionais para que se consiga ritmo adequado de sua implantação. Assim, na me-

dida em que recursos firmes, criundos do impôsto único sôbre energia elétrica e de dotações orçamentárias razoáveis, venham a suprir as necessidades de fundos próprios para tais serviços e obras de eletrificação, êsses programas energéticos poderão cumprir seus prazos e objetivos.

Acresce-se a tais programas a preocupação de dotar o país, ainda em meados da década dos 70, da primeira usina atomelétrica (de 500 MW, possivelmente), talvez na área litorânea Guanabara-Santos, e que amplia-

rã de modo substancial a necessidade de amplos recursos para a geração e transmissão de eletricidade, na região Centro-Sul brasileira.

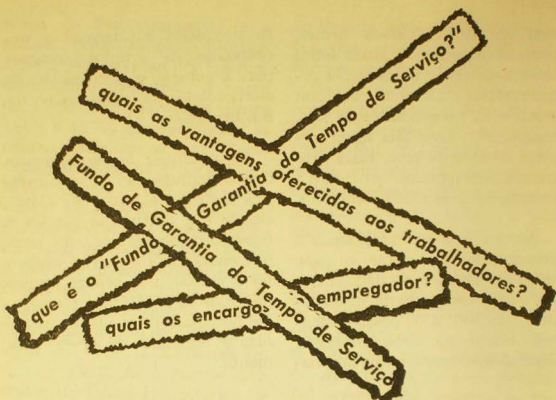
De qualquer forma, somente com a manutenção de uma política realista de tarifas de eletricidade e a destinação maciça e firme de grandes recursos para fins energéticos é que se poderá vir a contar, nos prazos previstos, com os montantes energéticos necessários aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

NYCRON

**O tecido
mais famoso
do Brasil**

a fibra Polyester da

SUDAMTEX



*seja empregado ou empregador, se você não
se encontra seguro nas respostas a estas
perguntas e muitas outras que poderão ser
formuladas, adquira o livro*

FUNDO DE GARANTIA

**de Flávio Rodrigues Silva
Luiz Carlos R. Silva**

fundação getúlio vargas
serviço de publicações



nas principais livrarias, ou pelo reembolso postal
Fundação Getúlio Vargas - serviço de publicações
praia de botafogo 186 caixa postal 29 ZC - 02
Rio de Janeiro GB

Que venham os problemas !

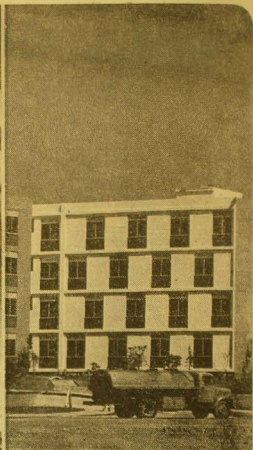


A Esso Chemicals existe para resolver
problemas e oferecer soluções para
a agricultura e a indústria, no campo das
matérias primas. Fornecendo
assessoramento e assistência técnica
permanente e atualizada, a
Esso Chemicals está a serviço do progresso!

COMÉRCIO E INDÚSTRIA
IRETAMAS^{S.A.}

Av. Venezuela, 131 - 9.º andar Rio - GB





Você já imaginou o espaço que seria necessário para mostrarmos todos os financiamentos que concedemos para o progresso do Estado da Guanabara?

Bem, dos 350 contos ao sapateiro Sebastião Anselmo Alves, da Vila Aliança, até os. NCr\$ 4.320.428,42 para a construção de 360 apartamentos em Irajá, pela Engefusa, aprovamos 559 projetos, financiando NCr\$ 63.652.426,89.

E o mais importante é que todos, do sapateiro ao grande industrial, continuam nos procurando, e entrando pela mesma porta.

COPEG

Companhia Progresso do
Estado da Guanabara

Rua da Candelária, 9
10º andar. Tel. 23-1771

A ECONOMIA MUNDIAL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Os últimos 20 anos serão provavelmente caracterizados pelos analistas e historiadores da economia mundial como um período particularmente próspero e brilhante. Antes de defender e confirmar esta tese com cifras precisamos definir algumas expressões básicas utilizadas hoje sob a denominação de "economia mundial". A expressão "economia mundial" — neologismo que data aproximadamente de 1900 — aplica-se a 2 fenômenos muito diferentes. Pode significar a soma de tôdas as economias nacionais e como estas se compõem das economias locais ou regionais do país respectivo. Nesse sentido, pode-se avaliar grosso modo a renda ou o produto nacional bruto de todos os habitantes do globo e calcular com mais precisão a produção anual de açç, de petróleo, trigo, café, automóveis e numerosas outras matérias-primas e produtos acabados no mundo inteiro. Uma comparação dos resultados, digamos, para os anos 1947 e 1967 dá, sem dúvida, uma imagem apreciável da evolução da economia mundial nos últimos 20 anos.

Outra forma de encarar a economia mundial é mais restrita, porém, sob certos aspectos mais instrutiva: ela se limita aos movimentos do comércio internacional, visível (mercadorias) e invisível (serviços), e às transações financeiras entre diferentes

países, inclusive os investimentos e outros movimentos de capitais não diretamente ligados ao comércio exterior. Em outras palavras, trata-se de observar e de medir a evolução da economia mundial na base das balanças comerciais e dos balanços de

pagamentos internacionais. Sob estes aspectos também, a progressão nos últimos 20 anos é notável. O comércio mundial triplicou aproximadamente e, se eliminarmos a alta dos preços, duplicou; as transações financeiras internacionais se ampliaram em proporções ainda maiores.

O "MUNDO" FICOU MENOR

O impulso que teve a economia mundial parece mais impressionante ainda pelo fato de que o "mundo", tal como figura na maioria das estatísticas, se tornou menor. Até 1948, a URSS era virtualmente o único país com um sistema econômico bem distinto daquele que existe no mundo ocidental. Nos anos seguintes, territórios da Europa oriental compreendendo mais de 100 milhões de habitantes e, na Ásia, a China e diversos países vizinhos do Extremo Oriente passaram à economia coletivista. Suas relações comerciais e financeiras com o mundo ocidental foram reduzidas ao extremo e, não obstante a tendência em sentido oposto que se observou nos últimos anos, o comércio entre o Leste e o Oeste não alcança ainda 5% do comércio internacional do Ocidente, enquanto os habitantes do mundo comunista cu em sua órbita constituem 1/3 da população mundial.

Não se deve perder de vista outro fenômeno que contribui para "tornar mais estreita" o que se chama a economia mundial. Frequentemente, essa expressão é identificada com a situação e a evolução econômica em alguns grandes países. Sem dúvida, o peso econômico e sobretudo financeiro das nações difere de uma para outra e não se pode adicionar simplesmente a situação em cada uma, como se contam os votos na Assembléia das Nações Unidas, para medir, pelo método da maioria, a evolução, o progresso ou a regressão da economia mundial. Todavia, o peso dos "grandes" faz às vezes esquecer a situação dos menores e menos favorecidos pelas circunstâncias, o que conduz a julgamentos equívocos sobre a conjuntura da economia mundial.

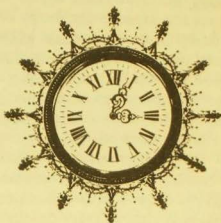
Infelizmente, não existe ainda um método ou fórmula universal para medir e comparar a evolução econômica nos diversos países. O método mais seguro parece ser o das "relações de trocas" isto é, a relação preços dos produtos exportados/preços dos produtos importados; incontestavelmente, esta relação é de grande importância, sobretudo para os países que exportam um número restrito de produtos mas são obrigados a importar grande quantidade de produtos diversos. O Brasil, com a preponde-

rância do café em sua exportação, fornece um exemplo particularmente instrutivo a êste respeito.

Entretanto, as relações de trocas constituem apenas um aspecto, entre muitos outros, ligados ao comércio internacional. O comércio exterior não tem a mesma significação em todos os países. Na Holanda, quase um quarto da renda nacional é absorvida pelas importações e na Nova Zelândia a porcentagem é ainda maior, enquanto nos Estados Unidos ela corresponde apenas a 3% da renda nacional. A velha explicação segundo a qual os países grandes e com recursos naturais diversificados podem contentar-se com um comércio exterior relativamente fraco, enquanto os pequenos têm necessidade de um grande comércio exterior, foi desmentida nos últimos 20 anos. A Alemanha ocidental, rica em recursos próprios, tornou-se o segundo exportador do mundo e sua balança comercial acusa o maior superavit já registrado na Europa.

RECONVERSÃO E RECONSTRUÇÃO

A evolução da economia do mundo ocidental tomou curso bem diferente do que se esperava logo após a guerra. Os dois objetivos principais eram, na América e especialmente nos Estados Unidos, a reconversão da



Sempre é tempo de abrir uma conta (popular ou de correção monetária), no

BANCO COMERCIAL DO ESTADO DE S. PAULO,

que lhe oferece segurança, precisão e bons serviços.

Está na hora, também, de depositar os 10% ou 5% de seu imposto de renda, para aquisição de "certificados de compra de ações" emitido pelo Investibanco - Banco de Investimento e Desenvolvimento Industrial S. A.

Banco Comercial do Estado de São Paulo

meio século de tradição

economia de guerra para a economia de paz, e na Europa a reconstrução das instalações industriais, dos meios de transportes e das habitações destruídos pela guerra.

A primeira das duas tarefas — adaptação da economia americana às necessidades da paz — foi resolvida mais rapidamente do que se pensava. Recordando-se das grandes dificuldades que um trabalho idêntico enfrentou após a primeira guerra mundial, muitos especialistas contavam com a probabilidade de 10-15 milhões e até 20 milhões de desempregados. Na realidade, porém, a desmobilização se efetuou sem graves perturbações econômicas. Apenas num curto período o número de desempregados nos Estados Unidos alcançou 4 milhões. Depois, o mercado de trabalho se normalizou em nível bem mais favorável do que antes da guerra, quando o número de desempregados atingiu durante longos anos 10-12 milhões.

Houve, entretanto, uma retificação do conceito básico — a antiga idéia, geralmente admitida até a grande crise de 1929, de que numa economia próspera 2% da mão-de-obra sem trabalho eram suficientes para assegurar a elasticidade necessária ao organismo econômico; a partir de então e até hoje se consi-

dera na América do Norte que um desemprego correspondendo a 4-5% do efetivo ocupado nada tem de tranquilizador, mesmo nos períodos de boa conjuntura. Ao contrário, na Europa se continuou a encarar um desemprego de tais proporções como mau sinal conjuntural e, por motivos orçamentários, como indesejável. O número de desempregados nos grandes países industriais europeus foi mantido em nível insignificante. Tentou-se conservar a elasticidade do mercado de trabalho com os operários migrantes, oriundos dos países subvoados ou menos florescentes.

No primeiro decênio do pós-guerra a reconstrução na Europa se efetuou em ritmo ultra-rápido. Fábricas maiores, mais modernas, mais eficientes que as antigas destruídas pelos bombardeios, surgiram como cogumelos nos países aliados e, em maior escala ainda, os ex-inimigos, particularmente a Alemanha, cuja produção de aço, de automóveis e máquinas de todo tipo ultrapassaria em breve a da Inglaterra e a da França.

Por certo, nem o talento organizativo dos empresários nem a assiduidade e disciplina dos operários europeus teriam terminado essa gigantesca obra de reconstrução em lapso de tempo tão curto sem a assistência técnica e financeira dos EUA. Em

junho de 1947 o Secretário de Estado dos Estados Unidos, George C. Marshall, expunha em discurso na Universidade de Harvard o plano que receberia mais tarde o seu nome: "restaurar a saúde econômica da Europa Livre" através de ampla ajuda financeira. Nos 3 anos e meio seguintes, o Congresso americano votava créditos no total de 12 bilhões de dólares — a cifra mais alta concedida a quaisquer outros países em tempos de paz.

PROBLEMAS NÃO RESOLVIDOS: HABITAÇÃO

Embora esta assistência maciça tenha contribuído grandemente para o reforço da economia européia, ela lhe deu um caráter expansionista, que ultrapassou o objetivo propriamente dito da reconstrução. O antagonismo entre a expansão e a reconstrução se revelou sobretudo no domínio da habitação. A destruição de dezenas de milhões de residências na Europa Ocidental e central fez da reconstrução residencial uma necessidade das mais prementes. Mas este problema, pelo qual grande parte da população se interessava diretamente, não encontrou solução adequada e até hoje não foi resolvido na maioria dos países europeus.

Por motivos sociais, as autoridades consideraram necessário

manter os aluguéis dos imóveis que tinham sobrevivido à guerra em nível extremamente baixo, o que desestimulou a construção de novas moradias. Os salários dos operários e pequenos empregados se baseavam em geral nos antigos aluguéis e as associações patronais concordavam a respeito, com o seu pessoal, protegido pela legislação dos aluguéis baratos, que não correspondiam de forma alguma ao preço das novas construções; um forte aumento dos aluguéis acarretaria inevitavelmente um acréscimo correspondente dos salários, o que viria pôr em perigo a capacidade competitiva dos produtos europeus no mercado mundial.

Em consequência deste círculo vicioso, o sistema tradicional das residências para locação não podia ser restabelecido. À parte um número inteiramente insatisfatório de novas construções executadas com subvenção governamental, a construção residencial se limitou a habitações para vender e não para alugar, isto é, acessível somente a pequena parte da população. No momento a oferta de tais habitações já ultrapassa a procura e o mercado livre das construções residenciais se acha em diversos países, como por exemplo a França, em vésperas de séria crise.

Os falsos cálculos feitos sobre a construção residencial se refletiram também na indústria, em particular na siderurgia e, em consequência, na exploração das minas de carvão, ou seja, nas duas indústrias básicas consideradas como o verdadeiro fundamento da economia européia. As transformações no armamento repercutiram no mesmo sentido. O fato era indiscutível: o mundo tinha necessidade de menos aço e de menos carvão.

A criação, em 1950, da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA) pelos 6 principais produtores do continente euro-

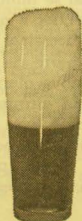
peu — mas sem a Inglaterra — foi saudada como o embrião da futura Europa unida, porém seu efeito econômico continuou modesto. Os progressos da tecnologia se revelavam mais fortes que os sonhos políticos. A CECA permaneceu no fundo um cartel internacional que oferecia aos seus associados certas vantagens às custas de outrem, mas não se distinguia muito das organizações que existiam antes da guerra para numerosas outras matérias-primas.

Uma iniciativa mais ousada e mais bem sucedida levou à criação, em 1957, do Mercado Comum (Comunidade Econômica Européia, CEE). Os membros são



cerveja

PILSEN - EXTRA



**EXTRA... na apresentação,
na qualidade, no sabor.
PILSEN-EXTRA...**

**é a incomparável cerveja
da**

ANTARCTICA



os mesmos da CECA (França, Alemanha Ocidental, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo), mas seu raio de ação é muito mais amplo. Compreende virtualmente todos os produtos industriais, exceto aqueles para os quais a CECA e a EURATOM, a terceira organização dos "Seis", são competentes.

O objetivo do Mercado Comum era chegar, em 15 anos, a uma união aduaneira completa para os produtos industriais, assim como para os agrícolas, mantendo ao mesmo tempo barreiras alfandegárias uniformes para os produtos oriundos dos países não associados. Quanto aos produtos industriais, o período de transição de 15 anos podia ser reduzido, mas no que se refere aos produtos agrícolas havia ainda atraso no programa inicial e, apesar de um acôrdo de princípio concluído em 1967 depois de longas negociações, numerosos problemas estão ainda por solucionar.

Notadamente, os 2 países entre os "Seis", interessados na exportação de seus produtos agrícolas, a França e a Holanda, insistem em preços remuneradores, enquanto os países essencialmente industriais desejam gêneros alimentícios baratos para seus operários. Esse problema delicado provavelmente se complicaria ainda mais se a Inglaterra

entrasse no Mercado Comum, pois os ingleses têm há mais de um século o hábito de se abastecer no Canadá, Austrália, Nova Zelândia, a preços inferiores aos dos concorrentes europeus.

OS INVESTIMENTOS AMERICANOS NA EUROPA

Se o Mercado Comum não conseguiu até agora reduzir os preços — tanto os industriais como os agrícolas — para os consumidores, pôde, no entanto, assegurar lucros apreciáveis à maioria das indústrias dos seus associados. Esta política teve naturalmente influência sobre as correntes internacionais de capitais. Enquanto antes da guerra a Europa parecia um continente em declínio, ela se tornou depois atraente para os capitais não europeus, em particular os americanos.

Segundo estatísticas oficiais norte-americanas elaboradas pelo Departamento de Comércio, os investimentos diretos dos Estados Unidos na Europa passaram de 1,7 bilhão de dólares em 1950 a 6,7 bilhões em 1960 e a 16 bilhões em 1966. Conquanto a participação dos países do Mercado Comum nos investimentos americanos haja aumentado continuamente, as maiores cifras cabem sempre à Grã-Bretanha (em 1966, 5.199 milhões de dólares ou 36,5% dos investi-



UM ÓLEO IDEAL PARA MOTORES DIESEL



um produto da
COMPANHIA
BRASILEIRA
DE PETRÓLEO
IPIRANGA

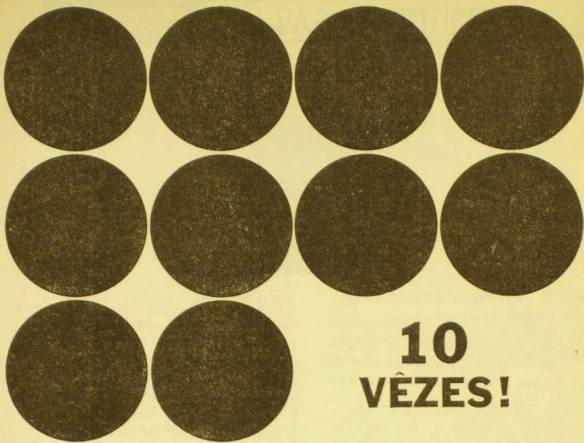
mentos acumulados totais); seguem-se a Alemanha, com 2.471 milhões de dólares, ou 17,5%; a França, com 1.584 milhões . . . (11,4%); e a Suíça, com 1.116 milhões (8%).

Os movimentos de capitais em sentido oposto foram bem mais restritos. Os investimentos europeus nos Estados Unidos apenas triplicaram, passando de 2,2 bilhões de dólares em 1950 a 6,5 bilhões em 1966, enquanto os americanos na Europa quase decuplicaram no mesmo período.

Embora os investimentos americanos sejam em grande parte reinvestimentos dos lucros,

dividendos e juros provenientes de investimentos anteriores, o fluxo de novos capitais constitui, ao lado das despesas dos turistas americanos, uma das principais fontes de receitas em dólares dos países europeus. E os dólares se transformam mais cedo ou mais tarde em ouro. Por certo, os investimentos não são um donativo, como os bilhões do Plano Marshall, mas para os investidores, freqüentemente o começo de um ótimo negócio. Todavia, constituem um dos motivos das perdas contínuas de ouro dos Estados Unidos. No período entre as duas guerras mundiais as reservas de ouro dos Estados Unidos constituíam 2/3 do ouro em poder dos bancos centrais ou dos governos. Hoje elas se reduziram a menos de 1/3, enquanto os países europeus — exclusive os da Europa oriental — acumularam cerca de 60% do ouro mundial.

Não obstante esta modificação das reservas de ouro, a confiança no dólar não se abalou, tanto na Europa quanto nas outras partes do mundo. As reformas prudentes decididas na Assembleia do Fundo Monetário Internacional, há pouco realizada no Rio de Janeiro, reforçaram de novo a posição preponderante dos EUA na economia mundial.



**10
VÊZES!**

é o aumento do consumo per-capita de cimento-amianto Brasilit nestes 25 anos!

Ai está a origem de todo o nosso otimismo. Ai está a base da nossa constante política expansionista. Confiamos entusiasticamente no Brasil. E, para prová-lo, aí estão nossas seis fábricas, nossas 16 agências-depósito, nossos 4.000 revendedores... nossos novos projetos de crescimento! Nesse espaço de tempo, o cimento-amianto tornou-se indispensável na construção brasileira, proporcionando produtos econômicos, de fácil instalação, e muito duráveis - a tal ponto que podemos dizer, da mesma forma como se diz em países de alto índice de desenvolvimento: onde há progresso, há cimento-amianto! Não há, portanto, porque não confiar. Pelo contrário, sobram motivos para ter confiança, para crer com firmeza nos dias cada vez melhores que se sucederão. E no limiar de uma nova era de progresso do país que desejamos consignar - como já o fizemos no passado - a nossa certeza de um Brasil maior, mais rico, mais próspero e mais empenhado em estender sua grandeza a todos os estados, todos os seus filhos!

1942

**14 KG DE BRASILIT
POR 100 BRASILEIROS**

1967

**140 KG DE BRASILIT
POR 100 BRASILEIROS**



S. A. TUBOS BRASILIT

Fábricas:

S. Paulo - fundada em 1937
P. Alegre - Instalada em 1947
Recife - Instalada em 1949

B. Horizonte - Instalada em 1959
Rio de Janeiro - Instalada em 1961
Belém - Instalada em 1963.

QUAL A IMPORTÂNCIA DO ADMINISTRADOR NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE MODERNA?



A análise sociológica contribui para a disciplinação da imaginação do administrador, no sentido da sua transformação num agente ativo e consciente das mudanças sociais. Na trilha clássica de formação da sociologia, como ciência, o autor estuda a admi-

nistração - fato e sistema -, sustentando a tese de que funções da burocracia, sob o ângulo estratégico, positivo ou negativo, está condicionado ao caráter global da sociedade, em particular das estruturas de poder.

administração e estratégia do desenvolvimento

guerreiro ramos

fundação getúlio vargas

serviço de publicações



donato

Nas principais livrarias, ou pelo reembolso postal.

Fundação Getúlio Vargas - Serviço de Publicações

Praia de Botafogo, 186 - caixa postal 29 ZC - 02 - Rio de Janeiro - CB.

**PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS
ALUGADOS PODERÃO RESGATAR
O DESCONTO DE 4 E 6% QUE
FIZERAM EM FAVOR DO BNH**

Os proprietários de imóveis alugados que por força de lei subscreveram letras imobiliárias poderão resgatá-las, antecipadamente, desde que apliquem o seu valor em conta de depósito nas Carteiras de Habitação das Caixas Econômicas, nas Sociedades de Crédito Imobiliário e nas Associações de Poupança e Empréstimo, segundo resolveu o Banco Nacional da Habitação através da Resolução n.º 52/67.

**BNH FINANCIARÁ ÁGUA PARA
BELO HORIZONTE**

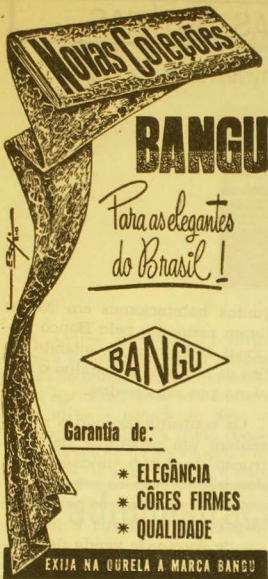
Um convênio no valor de NCr\$ 20 milhões para financiamento das obras de abastecimento d'água de Belo Horizonte e mais de uma dezena de contratos de financiamentos de con-

juntos habitacionais em Minas foram assinados pelo Banco Nacional da Habitação, quando em fins de outubro se instalou o Governo por alguns dias.

Os contratos assinados representam um programa de construção de 6 866 unidades residenciais e, com os convênios e contratos relativos ao serviço de abastecimento d'água e promessas de compra e venda de hipotecas, a receita total da participação do BNH eleva-se a NCr\$ 63.371.291,60.

**INSTITUTO INTERNACIONAL DO
FERRO E DO AÇO**

Os fabricantes de aço de 12 países criaram recentemente o Instituto Internacional do Ferro e do Aço, em Bruxelas. Entre os amplos objetivos visados pelo IISI, incluem-se minuciosos estu-



dos sobre recursos em matérias-primas, intercâmbio tecnológico na indústria, crescimento do mercado e promoção industrial. Prevê-se a publicação de estatísticas sobre a produção de aço, seu uso, novas aplicações e outros assuntos.

O presidente da nova organização, Dr. Hans Günther Sohl, informou que o Instituto reali-

zaria sua primeira conferência anual nos dias 11 e 12 do corrente mês de novembro, em Bruxelas. Esperava-se o comparecimento dos líderes da indústria do aço em todo o mundo, estando representados no IISI: Austrália, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Japão, Luxemburgo, República Federal da Alemanha e União Sul-Africana. À medida que a organização crescer, os associados irão atraindo empresas de outros países produtores de aço que operem sob o regime da livre concorrência. "O surgimento de uma organização como o IISI cria pela primeira vez os meios para realizarmos estudos e programas em escala mundial", disse o Dr. Sohl.

ENB JÁ FINANCIOU 175 PROJETOS
PARA ELETRIFICAÇÃO DE
MUNICÍPIOS

O Banco do Nordeste, desde 1962, instituiu um programa para financiamento a cemunas da Região, destinado a dotá-las de uma infra-estrutura de energia elétrica capaz de fornecer condições satisfatórias ao desenvolvimento dos municípios do interior.

O programa vem sendo executado com êxito por intermédio de Companhias Estaduais

criadas com a finalidade de responsabilizar-se pela execução dos projetos de eletrificação de cada Município sob sua jurisdição.

Até agora já foram financiados 175 Municípios, assim distribuídos: Ceará 77; Paraíba 51; Rio Grande do Norte 38; Alagoas 9.

Além desses, encontram-se em análise no Departamento Industrial do BNB mais de 27 propostas de financiamentos, perfazendo, assim, um total de mais de 200.

O Banco já concedeu, também, créditos no valor de 6.500 mil cruzeiros novos à CENORTE-Compagnia de Eletrificação Centro Nordeste do Ceará, para complementar os recursos destinados à construção da rede de transmissão que levará a energia aos Municípios. Com o mesmo objetivo foi concedido crédito de NCr\$ 2.500.000,00 à CEPISA — Centrais Elétricas do Piauí S.A.

ANÁLISE DE SOLOS NO NORDESTE

Visando à obtenção de informações específicas sobre fertilidade de solos e melhoria de produtividade das lavouras na área de atuação do Banco do Nordeste, o Departamento Rural (DERUR) daquela instituição,

em colaboração com os Institutos de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Nordeste (IPEANE) e do Leste (IPEAL), lançou folheto ensinando, detalhadamente, a maneira de colher material para análise de solo. Mediante tais estudos poder-se-á conhecer, cientificamente, as reais condições da produtividade agrícola, tendo por base a correta adubação do solo.

GENERAL ELETRIC INSTALARÁ FÁBRICA EM RECIFE

A General Electric do Brasil S. A. instalará, próximamente, uma fábrica em Recife.

Para tanto, a GE deu entrada, na Agência do BNB naquela cidade e na SUDENE, de projeto de investimento da ordem de NCr\$ 10 milhões, com o fim de instalar na capital pernambucana uma fábrica de medidores de energia elétrica, lâmpadas e componentes, para atender o mercado nordestino e também do Sul do País.

O fato merece destaque, pois a novel indústria proporcionará a criação de quase 250 novas oportunidades de emprego direto e estável na Região. Registre-se, também, a previsão de recolhimento de impostos no Nordeste, num montante aproximado de NCr\$ 1 milhão anuais.

A Diretoria do Banco do Nordeste, admitiu a viabilidade, em caráter preliminar e excepcional, de financiar projetos de estradas de rodagem, até 80% do valor total das obras, desde que sejam atendidas algumas condições básicas, entre as quais a apresentação de projeto que demonstre a sua exequibilidade técnico-financeira e sua significação social.

Será necessário, também, que as obras a serem executadas com recursos do financiamento do BNB constem do Plano Diretor da SUDENE ou sejam consideradas, pelo seu Conselho Deliberativo, como de interesse para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

APLICAÇÃO DO BNB NO SETOR INDUSTRIAL

No período maio-agosto/67, foram aprovados pela Diretoria do Banco do Nordeste 25 propostas de empréstimos industriais, inclusive 5 elevações de créditos anteriormente concedidos, no valor total de NCr\$ 78,6 milhões. Foram também firmados 20 contratos de empréstimos industriais e de serviços básicos no total de NCr\$ 11 milhões, além de 3 contratos de elevações

de créditos, na importância de NCr\$ 655 mil.

Além disso, em 31-8-67, encontravam-se em fase de contratação 53 empréstimos já autorizados pela Diretoria (inclusive 10 elevações de crédito), no total de NCr\$ 104,3 milhões. Dos 53 empréstimos, 42 se destinam a projetos industriais e 11 a projetos de serviços básicos.

Conforme dados extraídos do balancete de 5 de setembro último, as aplicações do Banco do Nordeste no setor industrial se elevavam a NCr\$. . 125 687 358,88, exclusive operações tipicamente de crédito geral realizadas com indústrias.

LIGAÇÃO ENTRE A CENTRAL DE TELEX DO D.C.T. E DA RADIONAL ITT

Foi há pouco concluída a instalação de 8 novos troncos entre a Central de Telex do DCT e a RADIONAL-ITT, a fim de que sejam proporcionadas maiores facilidades de atendimento aos Assinantes do Serviço Nacional de Telex, ao solicitarem ligações internacionais por intermédio do "0308". Presentemente estão em operação 18 troncos e até novembro corrente novos troncos completarão um total de 30, em funcionamento entre a Central de Telex do DCT e a da RADIONAL-ITT.



PSICOLOGIA ESPORTIVA E PREPARO DO ATLETA

Athayde Ribeiro da Silva

É livro básico sobre Psicologia do Esporte.
Imprescindível ao Psicólogo, ao Educador Físico,
ao Médico, ao Atleta, ao Estudante,
a tantos quantos se dediquem à atividade esportiva.
O autor incorpora ao texto a experiência adquirida
como Psicólogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1962.

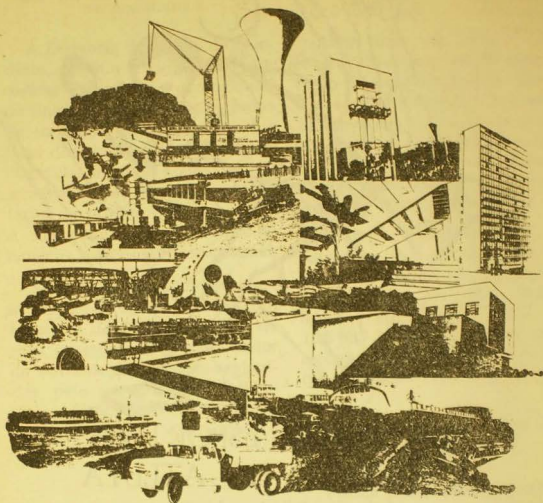


fundação getúlio vargas
serviço de publicações

nas principais livrarias, ou pelo reembolso postal

Fundação Getúlio Vargas - serviço de publicações

praia de botafogo 186 caixa postal 29 ZC - 02 Rio de Janeiro GB



A B Cca

Estamos integrados na construção da Grande São Paulo.

Através de obras em sua imensa área.

Os viadutos Pedroso e Couto de Magalhães. O Paço de São Bernardo do Campo. A Faculdade de Filosofia de Santo André. O alargamento e aprofundamento do Canal do Tamanduatei (4º trecho). E muitas outras. Onde trabalham centenas de operários e são utilizados equipamentos de valor superior a um milhão de cruzeiros novos.

Obras de um grande Prefeito. Obras de grandes Prefeitos.

Para humanizar a grande cidade de todos nós.



CCA
CIA. DE CONSTRUTORES ASSOCIADOS

S. PAULO - R. da Consolação, 65 - 3º - Fones 35-1097 - 35-9657 - 35-4676 - 37-7957
R. DE JANEIRO - R. da Quitanda, 62 - 9º andar - Fones 42-3316, 42-3326 e 22-3405
CURITIBA - Rua Voluntários da Pátria, 475 - 9º - Conj. 902 - Fone 4-5010 - R. 85
BRASILIA - E. S. José Severo, 5º, conj. 501/521 - Set. Com. Sul - Fones 2-1464 2-6056